

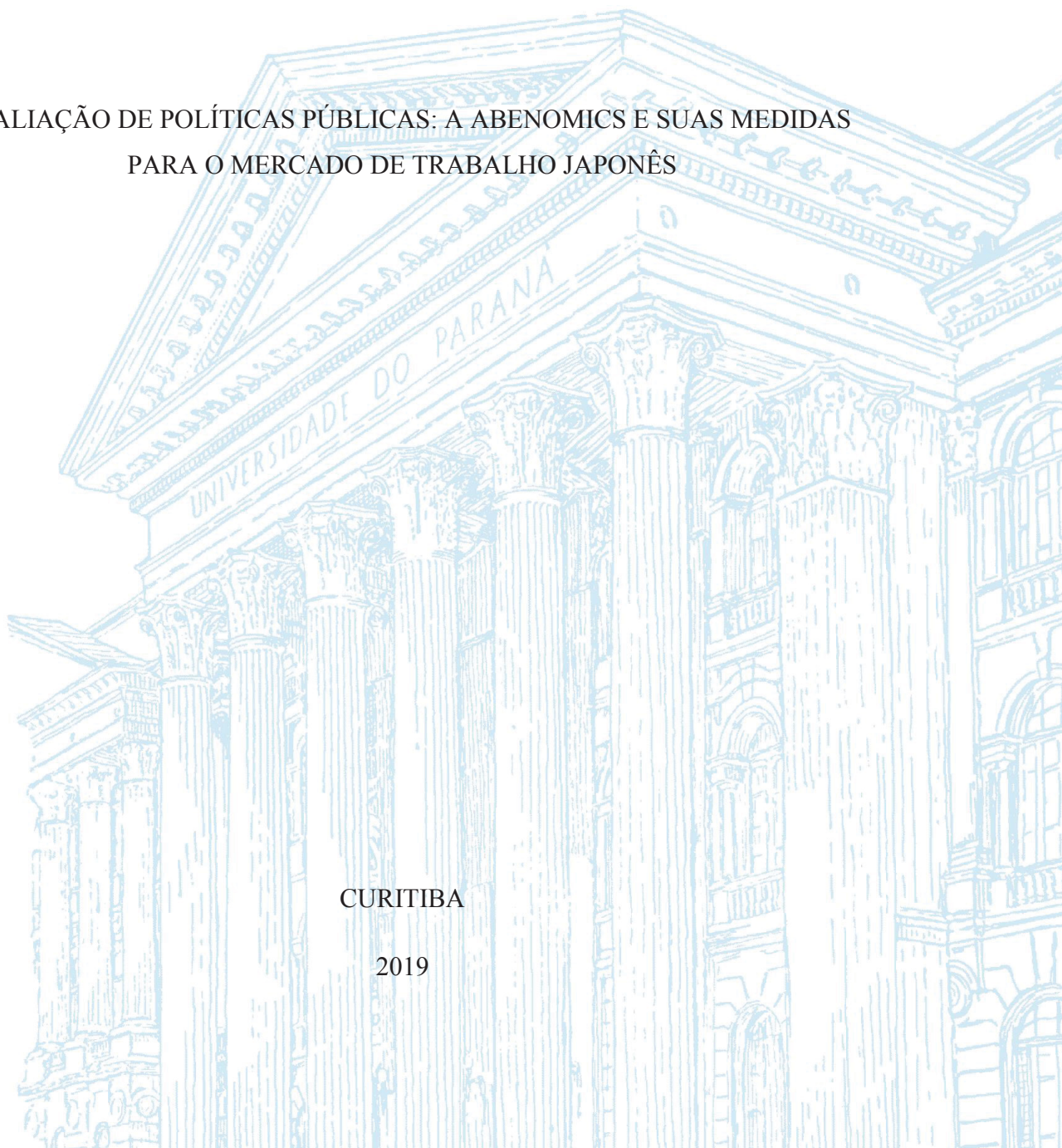
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA LEAL BARCELLOS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ABENOMICS E SUAS MEDIDAS  
PARA O MERCADO DE TRABALHO JAPONÊS

CURITIBA

2019



BRUNA LEAL BARCELLOS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ABENOMICS E SUAS MEDIDAS  
PARA O MERCADO DE TRABALHO JAPONÊS

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Políticas  
Públicas, no Curso de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais, da  
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Aleksandro Eugenio  
Pereira

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A)  
AUTOR(A)

Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB-9/1921

Barcellos, Bruna Leal

Avaliação de Políticas Públicas: a Abenomics e suas medidas para o  
de trabalho japonês / Bruna Leal Barcellos . – 2020.

177 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas  
Públicas.

Orientador: Alexsandro Eugenio Pereira.

Defesa: Curitiba, 2020.

1. Políticas Públicas. 2. Mercado de trabalho. 3. Avaliação. 4. Japão.  
I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas.  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. II. Pereira, Alexsandro  
Eugenio. III. Título.

CDD 331.12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -  
40001016076P0

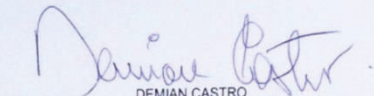
### TERMO DE APROVAÇÃO

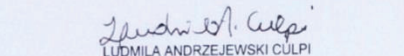
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BRUNA LEAL BARCELLOS**, intitulada: **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A ABENOMICS E SUAS MEDIDAS PARA O MERCADO DE TRABALHO JAPONÊS**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2020.

  
ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA  
Presidente da Banca Examinadora

  
DEMIAN CASTRO  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI  
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Alexsandro, que através de seus apontamentos tornou possível a condução da presente pesquisa. Seu apoio e sensibilidade de considerar o fator humano presente no pesquisador são de extrema inspiração.

Agradeço aos professores Leonardo Mercher e Ludmila Culpi por todo o apoio oferecido e por servirem de inspiração como docentes, pesquisadores e amigos. Agradeço ao professor Demian Castro por todo o conhecimento passado e por seu constante esforço em construir um local de debate para as questões da Ásia dentro da UFPR.

Agradeço a minha mãe por acreditar em mim e me motivar a alcançar minhas metas. Agradeço aos amigos também mestres em Políticas Públicas, Pablo e Alex, pelo companheirismo durante o mestrado, me motivando a continuar no caminho da pesquisa. Agradeço ao apoio de todos os amigos que de uma forma ou outra me apoiaram na escolha do mestrado, em especial aos amigos Cleumar Neves e Allan Giles.

Agradeço a Capes por permitir que esse estude obtivesse dedicação exclusiva.

O mundo é uma esfera, não há Oriente nem Ocidente.

Ai WeiWei



## RESUMO

A escassez na mão de obra se tornou um problema global, exigindo esforços dos governos a fim de garantir que a economia não sofra ainda mais com a diminuição da força de trabalho doméstica. Com diferentes causas para as mudanças na oferta de mão de obra, diferentes soluções devem ser exploradas. Entre diversas políticas presentes para o tema, uma que chama a atenção é a política implementada no Japão a partir da posse do Primeiro Ministro, Shinzo Abe – a Abenomics. A Abenomics se mostra particular devido ao seu intuito de recuperar a economia japonesa ao unir medidas monetárias, fiscais e estruturais, algo não realizado anteriormente no Japão. Dentro do seu pacote para reformas estruturais a Abenomics se dispõe a aumentar a produtividade doméstica, reconhecendo que, para isso, terá de garantir que maior mão de obra esteja disponível para as empresas. Identificando a problemática do envelhecimento populacional, o governo japonês estabelece a Abenomics como uma possível política modelo para outros países que, assim como o Japão, também enfrentam o mesmo problema de escassez. Identificando o próprio objetivo do governo do Japão em transformar a Abenomics em um marco para o tema, a presente pesquisa se dispõe a avaliar as medidas dessa política em relação a três grupos internos do Japão: mulheres, aposentados e expatriados. Reconhecendo a importância desses grupos para o aumento de produtividade interna japonesa, serão analisados dados quantitativos de forma qualitativa, principalmente oriundos de fontes primárias com o intuito de avaliar se as metas pré-estabelecidas foram alcançadas, observando a eficácia, ou não, da Abenomics frente ao problema japonês de escassez de mão de obra doméstica entre os anos de 2012 a 2018. Ao fim da análise dos dados com base na leitura das metas estabelecidas pelo governo japonês, foi possível identificar que ainda que a Abenomics tenha apresentado uma melhora nos pontos pretendidos, muitas vezes ela não consegue alcançar os objetivos pretendidos exercendo a necessidade de constante reformulação e revisão.

Palavras-chave: Abenomics. Japão. Mercado de trabalho. Avaliação.

## ABSTRACT

The shortage in the workforce has become a global problem, requiring governments to make sure the economy does not suffer further from the decline in the domestic workforce. With different causes for changes in the supply of labor, different solutions must be explored. Among the various policies present for the theme, one that stands out is the policy implemented in Japan from the inauguration of Prime Minister Shinzo Abe - Abenomics. Abenomics is particular in its attempt to recover the Japanese economy by joining monetary, fiscal and structural measures, something not previously done in Japan. Within its package for structural reforms, Abenomics aims to increase domestic productivity, recognizing that for this will have to ensure that more labor force is available. Identifying the problem of population aging, the Japanese government establishes Abenomics as a possible model policy for other countries that, like Japan, also face the same problem of labor force shortage. Identifying the Japanese government's own goal of transforming Abenomics into a milestone for the theme, this research is willing to evaluate the policy measures of Japan's three internal groups: women, elders and expatriates. Recognizing the importance of these groups for the increase in Japanese internal productivity, quantitative data will be analyzed in a qualitative way, mainly from primary sources in order to evaluate if the pre-established targets were reached, observing the effectiveness or not of Abenomics to the Japanese problem of a shortage of domestic labor between the years 2012 to 2018. At the end of the analysis of the data based on the reading of the goals established by the Japanese government, it was possible to identify that although Abenomics has shown an improvement in the intended points, it often fails to achieve the intended objectives, exercising the need for constant reformulation and review.

Key-words: Abenomics. Japan. Job market. Evaluation.



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TAXA DE CÂMBIO ENTRE DÓLAR E IENE (1980 – 1999) .....	24
GRÁFICO 2: A TAXA BÁSICA DE DESCONTO E A TAXA BÁSICA DE EMPRÉSTIMO (PORCENTAGEM POR ANO) .....	28
GRÁFICO 3: PRODUTIVIDADE MULTIFACTOR .....	31
GRÁFICO 4: TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E DESCONTOS REALIZADOS PELO BANCO DO JAPÃO (UNIDADE DE 100 MILHÕES DE IENE).....	32
GRÁFICO 5: BALANÇO PATRIMONIAL DO BOJ.....	58
GRÁFICO 6: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE TODOS OS ITENS NO JAPÃO (UNIDADE DE MUDANÇA PERCENTUAL, FREQUÊNCIA ANUAL/MÉDIA).....	60
GRÁFICO 7: RECEITA FISCAL TOTAL (UNIDADE EM IENES/BILHÕES) .....	65
GRÁFICO 8: PRODUTO INTERNO BRUTO COM BASE NA AVALIAÇÃO DA PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) DO PIB DO PAÍS (UNIDADE EM DÓLAR/BILHÕES).....	66
GRÁFICO 9: EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCIMENTO.....	74
GRÁFICO 10: POPULAÇÃO JAPONESA POR IDADE (2005-2010-2015).....	76
GRÁFICO 11: EXPECTATIVA DE VIDA (1970-2011).....	111
GRÁFICO 12: EXPECTATIVA DE VIDA (2012-2016).....	111
GRÁFICO 13: EXPECTATIVA DE VIDA POR SEXO (2012-2016) .....	112
GRÁFICO 14: ENFERMEIROS ATUANTES EM INSTALAÇÕES DE SAÚDE PARA IDOSOS (2012-2016).....	115
GRÁFICO 15: IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO (1970-2018) .....	118
GRÁFICO 16: RESIDENTES ESTRANGEIROS NO JAPÃO (1970-2018) .....	122
GRÁFICO 17: TRABALHADORES ESTRANGEIROS (TOTAL): POR ÁREA DE ATUAÇÃO.....	123
GRÁFICO 18: TRABALHADORES ESTRANGEIROS (TOTAL): TODAS AS NACIONALIDADES .....	125
GRÁFICO 19: TRABALHADORES ESTRANGEIROS PELO TIPO DE VISTO....	126
GRÁFICO 20: STATUS DE RESIDÊNCIA .....	128
GRÁFICO 21: ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO POR SEXO (1970-2015).....	132
GRÁFICO 22: ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO POR IDADE (2018) .....	133

GRÁFICO 23: FORÇA DE TRABALHO FEMININA E MULHERES EMPREGADAS (1970-2018 – 10 MIL PESSOAS).....	135
GRÁFICO 24: FORÇA DE TRABALHO MASCULINA E HOMENS EMPREGADOS (1970-2018 – 10 MIL PESSOAS).....	135
GRÁFICO 25: HOMENS E MULHERES DESEMPREGADOS (1970-2018 – 10 MIL PESSOAS).....	136
GRÁFICO 26: HOMENS E MULHERES QUE NÃO FAZEM PARTE DO MERCADO DE TRABALHO POR ESTAREM “CUIDANDO DE CASA” (1970-2012 – 10 MIL PESSOAS) .....	138
GRÁFICO 27: TRABALHADORES REGULARES POR SEXO (1984-2018 – 10 MIL PESSOAS).....	139
GRÁFICO 28: TRABALHADORES NÃO-REGULARES POR SEXO (1984-2018 – 10 MIL PESSOAS) .....	142
GRÁFICO 29: EMPRESAS QUE RELATARAM “PARTICIPAÇÃO DE MULHERES” (2014) .....	144
GRÁFICO 30: PORCENTAGEM DE MULHERES MEMBROS DE CONSELHOS EM EMPRESAS .....	145
GRÁFICO 31: PROJEÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO POR IDADE E SEXO EM 2030 (%).....	146

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PERÍODOS E CARACTERIZAÇÕES DA DÉCADA PERDIDA .....	34
TABELA 2: MEDIDAS IMPLEMENTADAS NA REFORMULAÇÃO DO PLANO OURO EM 1994.....	43
TABELA 3: BASE PARA DETERMINAÇÃO DE CUSTO MÍNIMO PARA SOBREVIVÊNCIA MENSAL .....	45
TABELA 4: DADOS COMPARATIVOS ENTRE ENFERMEIROS E PROFISSIONAIS DE OUTROS SERVIÇOS .....	78
TABELA 5: RELAÇÃO ENTRE IMPACTOS DESEJÁVEIS E INDESEJÁVEIS... ..	108
TABELA 6: VARIAÇÃO PERCENTUAL ENTRE OS ANOS. ....	124
TABELA 7: VARIAÇÃO PERCENTUAL ENTRE OS ANOS. ....	127

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BOJ - Bank Of Japan

CPI - Consumer Price Index

ETF - Exchange-Trade Fund

FY - Fiscal Year

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

JGB - Japanese Government Bonds

KPI - Key Performance Indicators

ODA - Official Development Assistance

PDCA - Plan-Do-Check-Act

PFI - Private Finance Initiatives

PIB - Produto Interno Bruto

PPP - Purchasing Power Parity

QQE - Quantitative And Qualitative Monetary Easing

TFP - Total Factor Productivity

TPP - Trans Pacific Partnership

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 JAPÃO E A DÉCADA PERDIDA.....</b>	<b>19</b>
2.1 O PERÍODO ANTERIOR AO DECLÍNIO.....	20
Tabela 1: Evolução na estrutura industrial japonesa .....	21
2.2 A DÉCADA DE 1980 – A BOLHA DE ATIVOS FINANCEIROS .....	23
2.3 A DÉCADA DE 1990 E O INÍCIO DOS ANOS 2000 – A DÉCADA PERDIDA .....	27
<b>3 O WELFARE STATE NO JAPÃO .....</b>	<b>37</b>
TABELA 2: MEDIDAS IMPLEMENTADAS NA REFORMULAÇÃO DO PLANO OURO EM 1994....	43
TABELA 3: BASE PARA DETERMINAÇÃO DE CUSTO MÍNIMO PARA SOBREVIVÊNCIA MENSAL .....	45
<b>4 UMA BREVE REVISÃO SOBRE OS ESTUDOS A RESPEITO DA ABENOMICS E O MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>48</b>
4.1 ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA .....	49
<b>5 ABENOMICS.....</b>	<b>55</b>
5.1 POLÍTICA MONETÁRIA.....	56
5.2 POLÍTICA FISCAL .....	62
5.3 REFORMA ESTRUTURAL .....	68
5.3.1 IDOSOS .....	75
5.3.2 EXPATRIADOS .....	80
5.3.3 MULHERES.....	84
5.3.4 REFORMA NO MODELO DE TRABALHO.....	89
<b>6 A FASE DE AVALIAÇÃO DURANTE O CICLO POLÍTICO .....</b>	<b>92</b>
6.1 PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO .....	93
6.2 O QUE É A AVALIAÇÃO .....	94
6.3 ATORES NA AVALIAÇÃO .....	97
6.4 MODELOS E ENFOQUES DE AVALIAÇÃO .....	99
6.5 AVALIAÇÃO EX ANTE .....	102
6.5.1 AVALIAÇÃO CONCOMITANTE E MONITORAMENTO .....	103
6.5.2 AVALIAÇÃO EX POST.....	104
6.6 AVALIAÇÃO SOBRE EFICÁCIA.....	105

6.7 AVALIAÇÃO SOBRE EFICIÊNCIA .....	106
6.7.1 AVALIAÇÃO SOBRE IMPACTO (EFETIVIDADE) .....	106
<b>7 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>110</b>
7.1 IDOSOS .....	110
7.2 EXPATRIADOS .....	121
7.3 MULHERES.....	131
<b>8 CONCLUSÃO .....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>
<b>APENDICE A – FLUXOGRAMA DO WELFARE STATE E PROCESSO ECONÔMICO DO JAPÃO ...</b>	<b>171</b>
<b>APENDICE B - DESAFIOS E MEDIDAS PARA O ALCANCE DA META DE “NINGUÉM OBRIGADO A DEIXAR SEU TRABALHO PARA EXERCER CUIDADOS DE ENFERMAGEM” .....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE C - PARTICULARIDADES DO VISTO OFERTADO PARA EXPATRIADOS PROFISSIONAIS DE ALTA QUALIFICAÇÃO .....</b>	<b>177</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A escassez de mão de obra é um tema que já foi estudado em diversos países, afirmando o avanço desse cenário em uma amplitude global. Uma boa parte dos estudos voltados para esse assunto está conectada com o envelhecimento da população conhecida como *baby boomers*, aqueles nascidos entre 1946 e 1964 nos Estados Unidos, Europa, Canadá e Austrália.

Bergey *et al* (2006) correlaciona boa parte do fenômeno de escassez da mão de obra com o comportamento das indústrias nos Estados Unidos. Para os autores, durante o período dos *baby boomers*, as empresas criaram uma lacuna entre seus próprios funcionários. A escassez específica tratada por esses autores ocorre em relação à capacidade e conhecimento dos funcionários. Nessa discussão, a escassez da mão de obra não está tão ligada à força de obra, mas sim a capacidade da mesma. Claramente essa é uma discussão que difere do debate sobre escassez da mão de obra, mas mostra semelhanças ao abordar a geração dos *baby boomers* como parte do início do problema.

Cappelli (2005) também abordava esse fenômeno como uma geração que viria a preceder a estagnação no crescimento econômico dos anos seguintes. Os *baby boomers* também sofreriam com o aumento do mercado de trabalho, não somente desfrutando de um período de maiores oportunidades, mas também tendo que lidar com efeitos negativos como a diminuição de salários e oportunidades em longo período. O autor também trás à tona o envelhecimento da população, apresentando que os *baby boomers* tem uma expectativa de vida longa, elevando a preocupação não somente em relação à aposentadoria, mas também em relação à disponibilidade de mão de obra.

Freeman (2006) também argumentava sobre o mesmo ponto ao utilizar a geração dos *baby boomers* como uma peça importante na compreensão da escassez da mão de obra. Freeman em 2006 já observava uma tendência na diminuição de mão de obra disponível ao nível global, principalmente em países como China e Índia. Tal consideração em relação a países externos aos Estados Unidos é relevante já que, segundo o autor, uma forma de evitar os danos causados pela escassez de mão de obra é a atração de profissionais estrangeiros. Logo, a escassez de mão de obra a nível global afeta todos os países que já apresentam uma escassez doméstica (FREEMAN, 2006, p. 7).

A China também apresentou uma geração semelhante aos *baby boomers* entre 1960 e 1970. O aumento na mão de obra diminuiu o poder de negociação entre trabalhadores e empregadores, um cenário que provocou efeitos negativos na geração mais nova que estava entrando no mercado de trabalho durante os anos 2000 e teve que lidar com os baixos salários e más condições de trabalho. Para Yang, a mudança na distribuição populacional por idade e sua capacidade no mercado de trabalho é um efeito que será sentido globalmente, apresentando maiores desafios para os governos, argumentando que a China talvez seja o primeiro país desenvolvido que irá “envelhecer” antes mesmo de se tornar próspero, culminando em um cenário onde milhões de idosos se encontrarão na pobreza (YANG, 2005, p. 20-22).

Hamermesh (2001), em um estudo voltado para os Estados Unidos, argumenta sobre a deficiência em estudos que abordem o uso de mão de obra de idosos no mercado de trabalho como forma de compensar a escassez de mão de obra. Para o autor, uma das alternativas para a escassez seria a flexibilização de leis em relação a trabalhadores de outros países, ainda assim, havendo a necessidade de se analisar a possibilidade de incentivar a própria população mais velha a participar do mercado de trabalho.

O envelhecimento da população apresenta uma grande participação na temática de escassez de mão de obra. Segundo Giatti e Barreto (2003), esse efeito teve início em países desenvolvidos, o que justifica os estudos anteriores estarem voltados para os Estados Unidos ou outros países parte do fenômeno de *baby boomers*, mas atualmente também se estendeu para países em desenvolvimento como, por exemplo, o Brasil.

Ao analisar a história, principalmente de países que já vem lidando com o problema há mais tempo, é possível verificar quais políticas foram adotadas e quais foram seus resultados finais ou, até então, preliminares. Uma das políticas que se destaca nessa análise é a Abenomics, implementada pelo Primeiro Ministro japonês, Shinzo Abe após sua posse em 2012. A Abenomics é uma política que tem como objetivo recuperar a economia do Japão após a década perdida vivenciada entre os anos de 1990 e início dos anos 2000, se expandindo, para isso, no setor monetário, financeiro e estrutural japonês. No pacote de medidas para a reforma estrutural, a Abenomics apresenta diversas propostas para o aumento da produtividade interna japonesa. Para isso, envolvendo políticas para maior atração de mulheres, idosos e expatriados para o mercado de trabalho.

Conforme Dourille-Feer (2015) cita, a Abenomics acaba se caracterizando como uma política “única”, atraindo a atenção devido às suas medidas de curto e longo

prazo, assim como programas de oferta e demanda (DOURILLE-FEER, 2015, p. 02). Choi (2015) complementa ao citar que o caráter de unir medidas monetárias, fiscais e de reestruturação em uma só política por si só já diferencia a Abenomics de políticas anteriormente implementadas no Japão, também criando esperança não somente para o cenário japonês, mas em um alcance global sobre a capacidade de um país se recuperar de um período de estagnação (CHOI, 2015, p. 01).

A singularidade da Abenomics a faz uma política modelo para análise a fim de identificar quais as medidas aplicadas, seus resultados e possíveis chances de aplicação do seu modelo em outros países que passam pelo mesmo problema. Como anteriormente mencionado, o envelhecimento populacional assim como a escassez na mão de obra são fenômenos globais. A escolha do Japão como alvo de estudos para esse tema também pode utilizar como justificativa o próprio discurso governamental ao afirmar seu anseio em se tornar um “pioneiro” ao estabelecer um novo modelo social para a solução de suas mudanças demográficas (JAPANGOV, 2018, p. 4). A escolha dos grupos analisados também é apoiada na própria ênfase governamental nos mesmos ao destacar as medidas específicas para mulheres, idosos e expatriados e justificar a importância desses grupos para seu projeto de avanço da produtividade.

Em síntese, essa dissertação fará uma avaliação da Abenomics, mais especificamente, das suas medidas implementadas entre os anos de 2012 e 2018 para o mercado de trabalho e referentes aos grupos de mulheres, aposentados e expatriados. A partir da avaliação *ex post*, se buscará identificar quais os impactos dessas medidas sobre o mercado de trabalho a partir de uma análise qualitativa de dados quantitativos obtidos de fontes primárias disponibilizadas pelo governo japonês. Por fim, sendo possível identificar se as metas pré-determinadas auxiliaram na maior inserção desses três grupos no mercado de trabalho. A problemática é descobrir se a Abenomics cumpriu com os objetivos pré-estabelecidos, sendo sua hipótese a de que, ainda que tenha apresentado avanço considerável na solução do problema de escassez de mão de obra, a Abenomics não foi capaz resolver o problema.

Para conduzir a presente pesquisa esse trabalho se dividirá nos seguintes capítulos. O primeiro fará uma revisão histórica, na qual serão abordadas as mudanças econômicas que ocorreram no Japão a partir da década de 1980, com foco no período conhecido como década perdida que se passou entre os anos de 1990 até início dos anos 2000. Esse capítulo irá contextualizar o cenário onde a Abenomics foi implementada, auxiliando na compreensão do ambiente econômico e social vivido pelo Japão nesse

período. O capítulo seguinte dissertará sobre o referencial teórico utilizado para a pesquisa. Nesse capítulo serão debatidas as principais abordagens da avaliação de políticas públicas, também expondo quais as visões e métodos a serem utilizados no presente estudo. O terceiro capítulo apresentará uma revisão da Abenomics, a política estudada, apresentando suas principais metas e mudanças. O foco será maior para a terceira flecha da política, a Reforma Estrutural, onde as medidas para os três grupos analisados serão exploradas mais a fundo.

O capítulo seguinte servirá como exposição dos dados levantados. Nesse capítulo, a partir das informações obtidas de fontes primárias governamentais, será realizada uma classificação dos dados obtidos no período de tempo analisado, selecionando dados que correspondam às medidas observadas. Esses dados serão analisados mais a fundo no capítulo seguinte, onde também ocorrerá uma maior contextualização sobre o cenário onde as medidas foram executadas a fim de identificar o impacto, ou não, delas. Para isso, será utilizada uma metodologia de análise de dados a partir da utilização das informações de fontes primárias como o governo japonês, assim como de outras fontes secundárias. Os dados quantitativos reunidos serão analisados de forma qualitativa não somente nessa seção, mas também na seção de análise que será apresentada a seguir. Após a análise dos dados será possível verificar o desempenho da Abenomics no que se refere aos grupos selecionados e identificar possíveis novos caminhos de pesquisa para o tema.

## 2 JAPÃO E A DÉCADA PERDIDA

O período conhecido como “década perdida” (失われた10年<sup>1</sup>), que se passou após o estouro da bolha de ativos financeiros da década anterior, faz menção às décadas de 1990 e parte dos anos 2000<sup>2</sup>, marcadas por um longo período de estagnação econômica. A década perdida representou uma queda no PIB japonês que chegou a 0,92% entre 1991 e 2002 (INOUE, OKIMOTO, 2007, p. 321), assim como também marcou um período de queda na criação de vagas de trabalho com o desemprego alcançando uma taxa de 2,1% em 1992, e chegando a 4,7% em 1999 (DASGUPTA, 2009, p. 81).

Existem diferentes prismas de interpretação sobre o que foi a década perdida. Um dos fatores que apresenta uma forte correlação é a bolha da década de 1980, que apesar de apresentar um crescimento positivo do PIB japonês chegando a 6,8% em 1988, é considerada uma das responsáveis pela queda desse crescimento que chegou a 0,2% em 1993 (HORIOKA, 2006, p. 379).

A bolha de ativos japonesa se tornou um evento tão interligado com a década perdida que alguns autores citam como necessário passar a considerar o evento como “Crise dos 20 anos”, onde, a partir de 1985, já seria o ponto de início das mudanças que viriam a acontecer em âmbito doméstico (WAKATABE, 2012, p. 02).

Com o intuito de compreender melhor o período da década perdida, assim como seu antecessor, essa seção se dividirá em dois tópicos. O primeiro será focado na década de 1980 e a bolha de ativos financeiros do período. No segundo, haverá uma discussão sobre a década de 1990 e início dos anos 2000, adentrando no cenário da década perdida e seu impacto na economia japonesa.

---

<sup>1</sup> Ushinawareta Jūnen.

<sup>2</sup> Segundo anotações de Yoshikawa, “The recession that started in May 1997 officially ended in January 1999. According to the government, the Japanese economy subsequently entered an expansionary phase during February 1999–October 2000. Then, another recession started in November 2000, which ended in January 2002. An expansion that started in February 2002 is still continuing as of April 2007.” (YOSHIKAWA, 2007, p. 201)

## 2.1 O PERÍODO ANTERIOR AO DECLÍNIO

O período pós-II Guerra Mundial apresentou um momento de crescimento para a economia japonesa, momento de regulamentação financeira (CANUTO, 1999), e também um período que serviria de base para o Toyotismo no futuro (GRONNING, 2015). Foi também nesse período que a aliança Japão e Estados Unidos na Guerra da Coreia foi estabelecida, importante momento histórico e econômico para o país (SUKUP, 1997, p. 28).

Voltando para o Toyotismo, esse representa um importante ponto na análise do crescimento e expansão externa da indústria japonesa. Foi no ano de 1956, com a visita de Taichi Onho, engenheiro da Toyota, que as mudanças dentro da produção da marca japonesa começaram a ser realizadas. O modelo Fordista que até então servia de exemplo para a fábrica da Toyota foi alterado. A fábrica japonesa adotou uma política de redução de desperdícios, assim como passou a praticar uma separação entre homem e fábrica e adotou o *just in time*, como uma nova orientação para a produção de produtos que atenderiam as demandas, sem continuar o processo de estoque até então visto no modelo Fordista (LOBO, 2015, p. 46-47).

O modelo base da Toyota foi algo planejado entre os anos de 1951 e 1958, sendo o período de produção de massa durante 1959 e 1965 e o período de desenvolvimento entre 1966 e 1973 (GRONNING, 1997, p. 427). Nesse período houve uma combinação do desenvolvimento tecnológico com a “diversificação” das linhas de produção (CANUTO, 1999, p. 2) que contribuíram para o avanço das exportações em conjunto com os constantes financiamentos disponibilizados pelos bancos.

Durante o período de 1950 a indústria do aço também teve um grande crescimento no Japão, recebendo atenção especial do governo através de subsídios para sua exportação durante a metade da década de 1950 até metade da década de 1960. Ohashi (2004, p. 299) apresenta um gráfico que compara a evolução da produção de aço com a evolução do subsídio governamental. É possível notar o início do subsídio a partir de 1951, mas o crescimento em si da produção teve um pico significativo próximo ao ano de 1961. A partir desse ano o subsídio apresenta um declínio que perdura até o fim da década de 1960, enquanto a produção de aço segue num constante crescimento.

Ozawa (1992) confirma o rápido crescimento japonês no pós-II guerra, identificando algumas fases da evolução na estrutura industrial do país, como é possível observar na tabela abaixo:



Tabela 1: Evolução na estrutura industrial japonesa

<b>FASE I</b>	<b>FASE II</b>	<b>FASE III</b>	<b>FASE IV</b>
1950 até metade dos anos 1960	Fim da década de 1950 até início da década de 1970	Fim da década de 1960 até a década de 1990	Início dos anos 1980 em diante
Expansão do setor de manufatura; Importação de bens de capital selecionados; Investimento Estrangeiro Direto (IED) em indústrias de trabalho intensivo em países da Ásia	Modernização da indústria pesada e química; Adaptação da tecnologia ocidental; IED em indústrias de processos e de extração de recursos	Produção em massa de bens de duração; Adaptação e melhora de tecnologia importada; IED em operações fora do país no ramo de eletro, setor automobilístico e afins, assim como finanças, como por exemplo, o Acordo de Plaza	Manufatura flexível baseada em mecatrônica; Indústria Schumpeteriana; IED em químicos, farmacêuticos e maquinaria

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas informações disponibilizadas por Ozawa (1992, p. 38-39).

A década de 1960 foi também um período de crescimento da indústria Sul-coreana que viria a fazer parte do grupo conhecido como “Tigres Asiáticos”. Nesse período, o montante de exportações aumentou de forma significativa, fortalecendo o avanço dessa região e apresentando uma nova dinâmica econômica com a qual o Japão teria que lidar (SUKUP, 1997, p. 35). Magno *et al* (2011, p. 129) adicionam a discussão de que a ascensão dos Tigres Asiáticos acabaram se enquadrando como uma forma de manutenção do equilíbrio econômico no modelo capitalista da região como forma de impedir o avanço comunista, também fortalecendo a influência norte americana na região durante aquele período.

A crise do petróleo desencadeada na década de 1970 forçou uma mudança na estratégia japonesa. De acordo com Lobo (2015, p. 46), o modelo toyotista de diminuição de recursos a partir do *just in time* auxiliou a Toyota a ser um importante

competidor em cenário internacional após a crise do petróleo. Para Canuto (1999, p. 2), o período também significou uma guinada rumo a uma estrutura produtiva, aproximando o Japão de países periféricos; ocorreu, também, um avanço na indústria de metal e mecânica, auxiliando no fortalecimento japonês no mercado mundial. Ainda na década de 1970, o Japão começou a executar uma expansão externa das suas empresas tendo em vista o cenário das crises do petróleo. A expansão externa para os países que compõem os Tigres Asiáticos serviu como forma de transferência de tecnologia e de técnicas avançadas da manufatura e do setor de bens de serviço<sup>3</sup>, algo que os Tigres viriam a também executar com a China e os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) no futuro (MAGNO, et al, 2011, p. 128).

É importante considerar que foi ao fim da década de 1970 que a China implementou sua reforma de abertura de portas, onde passou a promover suas exportações, representando o início da expansão de sua presença internacional e foi o primeiro passo para o avanço das multinacionais chinesas (LIMA, 2011, p. 5). Essa reforma representa um novo momento na economia global, obviamente com especial atenção para a economia da região asiática, sendo que agora o Japão teria que lidar com a gigante chinesa que decidira participar de forma mais ativa da dinâmica comercial internacional.

A participação chinesa saiu de 1,2% em 1983 para 4,0% nos anos 2000. Como Lima (2011) aponta, durante a década de 1990, as exportações chinesas apresentaram um crescimento anual de cerca de 15%. Isso, como o autor argumenta, representaria a “nova dinâmica regional” causada pela expansão comercial chinesa. A participação no comércio da região entre 1970 e 1990 apresenta uma considerável lacuna quando se analisa Japão, China e a Ásia Oriental. Enquanto a Ásia Oriental partiu de uma participação de 10,8% em 1970 para 19,4% em 1990, a China foi de 0,6% para 2,0%, enquanto Japão teve um crescimento de 5,9% para 7,7%. Em 1995, o crescimento econômico dos “Tigres” foi de 6,6%, enquanto a China apresentava um crescimento de 9,0% no mesmo ano (SUKUP, 1997, 41-43).

É indispensável adicionar a discussão que Magno *et al* (2011) trazem ao argumentar que o fortalecimento econômico dos Tigres Asiáticos também contribuiu para o desenvolvimento Chinês. A reincorporação de Hong Kong também foi um importante passo para o crescimento chinês já que faz parte de um espaço

---

<sup>3</sup> Processo conhecido como “gansos voadores”, termo utilizado para o período do Império japonês, e as décadas de 1960 à 1980 (MAGNO, *et al*, 2011, p. 129).

geograficamente estratégico em relação ao comércio exterior (MAGNO, et al, 2011p. 131).

Uma nova focalização produtiva foi realizada em 1980 e na segunda metade da época ocorreu um considerável aumento de investimentos japoneses no exterior. O crescimento japonês perdurou por algum tempo, mas a valorização do iene a partir do Acordo de Plaza (a ser debatido na seção abaixo) acabou contribuindo para o próximo momento econômico a ser vivenciado pelo país (CANUTO, 1999).

## 2.2 A DÉCADA DE 1980 – A BOLHA DE ATIVOS FINANCEIROS

Fukao (2007) aponta que a bolha de ativos financeiros tem origem em três fatores, sendo eles a política monetária “frouxa” do período, as distorções fiscais e desregulamentações financeiras, sendo essa última caracterizada pela alta intervenção financeira dos bancos. Já Shirakawa e Shiratsuka (2001) decidem caracterizar a bolha como fruto de três fatores: “um rápido aumento nos preços dos ativos, o superaquecimento da atividade econômica, e um aumento considerável na oferta de dinheiro e crédito”<sup>4</sup> (SHIRAKAWA, SHIRATSUKA, 2001, p. 397). Os autores mencionam o ano de 1982 como o início do aumento de preços dos ativos, entretanto o ano de 1987 ainda é considerado por muitos como o início da bolha devido aos eventos que se deram nesse ano. Para os autores, durante esse ano houve uma expansão da economia, maior crescimento de oferta de dinheiro e crédito e avanço no preço dos ativos (SHIRAKAWA, SHIRATSUKA, 2001, p. 297).

O avanço na oferta de crédito pelos bancos pode ser justificado pelo otimismo presente na década de 1980 no Japão. Esse otimismo era apoiado no crescimento do país assim como, na baixa inflação e baixas porcentagens de desemprego. Os números positivos da época somados à desregulamentação financeira serviram como fórmula para o colapso do mercado de ações no início da década de 1990 (MISHKIN, 2008, p. 70), dando início a uma década onde o Estado teria que rever suas políticas a fim de resolver os problemas criados pela política monetária anteriormente aplicada.

Um dos problemas oriundos dessa fase de desregulamentação fiscal iniciada em 1980 foi uma crise bancária, momento em que diversos bancos declararam falência,

---

<sup>4</sup> “(...) a rapid rise in asset prices, the overheating of economic activity, and a sizable increase in money supply and credit.”

enquanto outros decidiram por realizar fusões. Essa crise repercutiu nas ações obtidas pelos bancos, conforme Hoshi, Koibuchi e Schaeede (2009) mencionam:

Enquanto em 1987, os grandes bancos detinham 14,9% de ações (em valor de mercado) listadas na Bolsa de Valores de Tóquio, e corporações 30,1%, por 2001, esses índices haviam caído para 10,1% e 21,8%, respectivamente. Uma lei de 2001 limitava as participações no seu capital próprio (Tier 1) e, em 2007, os grandes bancos detinham apenas 4,6% do capital social das ações do TSE. Novos donos surgiram em investidores estrangeiros e institucionais que, em 2007, combinados, detinham quase 50% das ações listadas na TSE<sup>5</sup>. (HOSHI, KOIBUCHI, SCHAEDE, 2009, p. 05 apud TSE 2007; Schaeede 2008. Tradução própria)

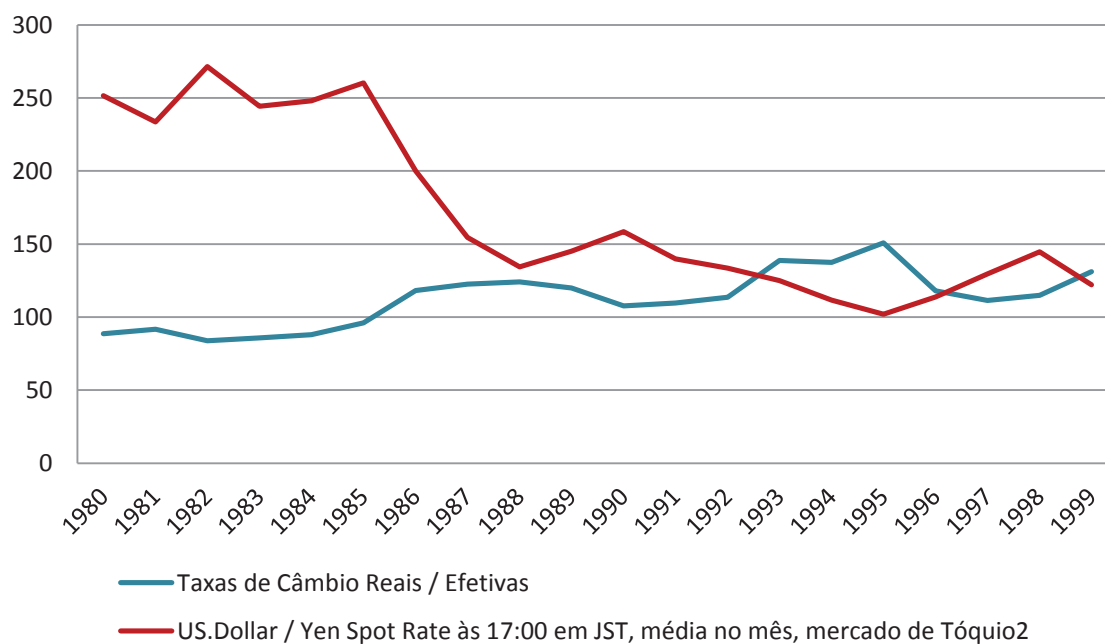
Os autores ainda somam a essa mudança na estrutura de posses uma lei criada em 2001 que limitava a participação do banco em seu próprio capital (*tier 1*), surgindo novos investidores e diminuindo a presença dos bancos na Bolsa de Valores de Tóquio (HOSHI, KOIBUCHI, SCHAEDE, 2009, p. 05).

Outro importante fator a ser considerado na análise sobre a bolha é o Acordo de Plaza realizado entre cinco países em 1985. Nesse acordo, Alemanha e Japão aceitaram conduzir uma valorização de sua moeda como forma de resposta à valorização do dólar realizada durante o governo Reagan, utilizando dessa política como uma forma de cooperar com o governo americano em um período de problemas monetários para os Estados Unidos (WAKATABE, 2012, p. 04). Shirakawa e Shiratsuka (2001) ainda citam que durante o período do Acordo de Plaza (entre 1985 e 1986) o Japão teria passado por uma recessão causada pela valorização do iene (*endaka recession*), o que coincidiu com a elevação dos preços de ativos anteriormente mencionado (SHIRAKAWA, SHIRATSUKA, 2001, p. 397). O Gráfico 1 abaixo demonstra a variação da taxa de câmbio entre o dólar e o iene antes e após o Acordo de Plaza.

#### GRÁFICO 1: TAXA DE CÂMBIO ENTRE DÓLAR E IENE (1980 – 1999)

---

<sup>5</sup> “Whereas in 1987, large banks owned 14.9% of shares (in market value) listed on the Tokyo Stock Exchange, and corporations 30.1%, by 2001 these ratios had dropped to 10.1% and 21.8%, respectively. A 2001 law limited a bank’s shareholdings to its Tier 1 (own) capital, and by 2007 large banks owned only 4.6% of TSE-listed shares. New owners emerged in foreigners and institutional investors who, by 2007, combined to hold almost 50% of TSE-listed shares.”



Fonte: Bank of Japan. Series Data Research.

Taylor (2006) em seu artigo *“Lessons from the Recovery from the “Lost Decade” in Japan: The Case of the Great Intervention and Money Injection*<sup>6</sup>” chega a mencionar a importância da política monetária ter foco em manter o poder de compra do dólar, alertando para o fato de que países que perdem o controle da inflação tendem a cair em uma espiral de instabilidade da sua moeda (TAYLOR, 2006, p. 03).

Hamada e Okada (2009) chegam ainda a ir mais fundo ao correlacionar o Acordo de Plaza e manipulação do iene em busca de sua valorização ao afirmar que: “ (...) A manipulação da taxa de câmbio nominal do iene exerceu, através da mudança de taxa real do iene, significantes impactos na economia real do Japão”<sup>7</sup> (HAMADA, OKADA, 2009, p. 2012, tradução própria). Para os autores, o Acordo de Plaza pode ser considerado um dos eventos que auxiliou a criar uma elevação na taxa de câmbio real.

Os autores buscam trazer um novo foco na análise da década perdida japonesa que, segundo os mesmos, tende a voltar-se para questões de produção, declínio de crescimento e governança. A manipulação da taxa real de troca para o iene após o Acordo de Plaza é vista pelos autores como um dos grandes responsáveis pelos impactos observados na economia japonesa durante o período.

<sup>6</sup> “Lições da recuperação da “década perdida” no Japão: O caso da grande intervenção e injeção de dinheiro.” Tradução própria.

<sup>7</sup> “The manipulation of the yen nominal exchange rate exerted, through the change in the yen real exchange rate, significant impacts on the real economy of Japan.”

Para Hamada e Okada, os fatores externos desse período teriam contribuído para a década perdida tanto quanto os fatores domésticos e não monetários (HAMADA, OKADA, 2009, p. 201). A dificuldade que as indústrias japonesas enfrentaram para se ajustarem aos altos níveis de troca comercial também fizeram parte do período de estagnação japonesa, somente sendo aliviado a partir do seu fortalecimento produtivo e melhora nos termos de trocas comerciais.

Não obstante, Hamada e Okada (2009) levantam o lado positivo do Acordo de Plaza que, segundo os autores, “(...)conseguiu mudar o curso das taxas de câmbio, e em parte na mudança do curso das contas correntes do Japão, os Estados-Membros e outros países do Grupo dos Cinco (...)”<sup>8</sup> (HAMADA, OKADA, 2009, p. 201, tradução própria). Não obstante, os autores não ignoram os efeitos negativos em nível macroeconômico devido à alta do yen durante esse período que acabou se prolongando por alguns anos mesmo quando o dólar passou por uma depreciação (HAMADA, OKADA, 2009, p. 213).

Watakabe (2012) aponta dados que demonstram uma rápida valorização da moeda japonesa que chegou a 1 dólar para 200 ienes em 1985, entretanto, o autor aponta que a política de valorização realizada sobre um momento de pressão deixou falhas em sua elaboração, elevando os preços de ativos, distorcendo a balança interna e criando um problema político ainda maior (WAKATABE, 2012, p. 04).

Essas “falhas” tiveram reflexos que foram sentidos em 1989 quando a *Nikkei 225*<sup>9</sup> apresentou uma queda de 60% a partir desse ano até 1992. Entretanto, registros demonstram que a elevação no preço dos ativos na *Nikkei 225* havia se iniciado já no ano de 1986, com o índice alcançando ¥38,915 em 1989, três vezes maior do que o identificado durante o período do Acordo de Plaza (SHIRAKAWA, SHIRATSUKA, 2001, p. 399). Porém, percebe-se um problema no setor de demanda e oferta nesse período que apresenta uma variável importante na estagnação presenciada pela economia japonesa, sendo esse mais um fator a ser somado junto aos outros anteriormente citados (HAUSMAN, WIELAND, 2014, p. 06).

Sobre a questão da demanda, Fletcher (2012) aponta que em 1985 o Grupo de Investigação Econômica (Keizai Chosakai) chegou a apontar o aumento da demanda

---

<sup>8</sup> “succeeded in changing the course of exchange rates, and partly in changing the course of current accounts of Japan, the United States, and other countries in the Group of Five (...)”

<sup>9</sup> “Nikkei Stock Average” é um dos principais índices econômicos da Ásia.



doméstica como um dos fatores essenciais para alcançar os objetivos de aumento nas exportações e garantir maior estabilização econômica (FLETCHER, 2012, p. 152).

Horioka (2006), entretanto, discorda dessa afirmação, apontando que o consumo das famílias japonesas não pode ser indicado como motivo para a desaceleração da economia japonesa. Entretanto, nota-se, nos dados levantados por Horioka (2006), uma estagnação em relação ao consumo das famílias japonesas durante o período de mandato de Kiichi Miyazawa. Para o autor, a estagnação de renda e o declínio da saúde das famílias podem ser responsáveis pela estagnação identificada no período de 1991 a 2003 (HORIOKA, 2006, p. 390).

No ano de 1981 foi identificado um aumento na desigualdade de ganhos entre famílias, desigualdade essa agravada a partir de 1996 até 2008, sendo em parte também motivada pela estagnação da renda familiar. Durante esse período notou-se também um aumento na desigualdade de consumo. O que faz desse evento algo único é o fato de ambas as desigualdades – de renda e consumo – serem elevadas de forma igual, o que Lise *et al.* (2013) apontam como um fator diferente quando analisado à luz dos Estados Unidos e Reino Unido, nos quais a desigualdade de consumo era mais baixa do que a desigualdade de renda familiar (LISE, *et al.* 2013, p. 02).

Não obstante, encontram-se na literatura outros fatores listados como importantes de serem debatidos em uma análise que busca compreender as causas da década perdida, assim como, suas características. Uma das características descritas que se faz particularmente importante para o presente estudo se trata das mudanças nas políticas de trabalho que foram aplicadas a partir da década de 1980.

Um desses fatores é a mudança na carga horária de trabalho. Após a II Guerra mundial, o número médio de horas trabalhadas semanalmente chegava a 44 horas. Durante esse período, o crescimento econômico japonês era usualmente ligado ao mercado de trabalho, o que pode ou não ser conectado com o apoio adquirido pelo governo para a implementação de novas políticas de trabalho (CHAKRABORTY, 2004, p. 07). As políticas em relação a esse tema apresentaram modificações a partir da década de 1990, o que será mais explorado a partir da próxima seção.

### 2.3 A DÉCADA DE 1990 E O INÍCIO DOS ANOS 2000 – A DÉCADA PERDIDA

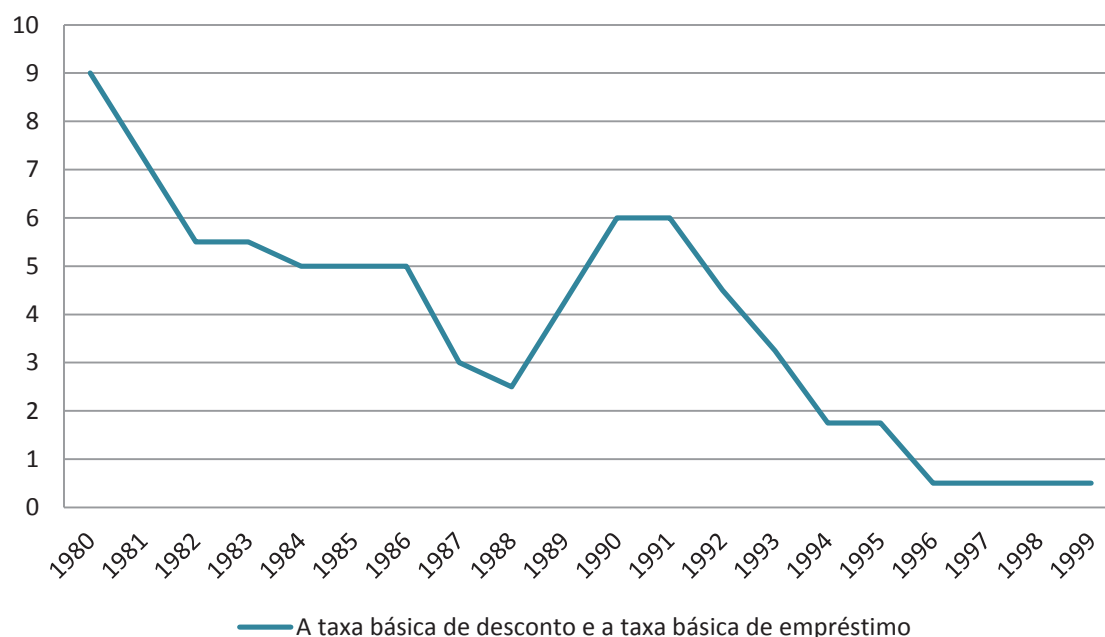
Alguns estudos buscam analisar a relação entre a década perdida e a política monetária japonesa como, por exemplo, Leigh (2004) e Braun e Waki (2006). Leigh (2004) analisa dados que demonstram que as taxas de juros japonesas visavam a inflação, sendo que a meta de inflação durante a década de 1990 chegou a 1%, menos da metade do que apresentava a década anterior (2,5 %). Outros fatores também são levantados pelo autor como uma queda na taxa natural de juros, entretanto, não caracterizando a política monetária como problema primário durante a década perdida (LEIGH, 2004, p. 835).

Já Braun e Waki partem para uma análise mais quantitativa a partir da criação de um modelo que busca prever possíveis políticas que poderiam ter sido aplicadas durante o período de estagnação econômica do Japão. Os autores identificaram uma queda abrupta da taxa de juros nominal que partiu de 7,4% para 0,1%, assim como houve queda da taxa de inflação que chegou a 1,8 %. Os autores também adicionam como importantes fatores a serem reconhecidos dessa época a queda de horas trabalhadas no ano e baixa de investimentos *per capita* (BRAUN, WAKI, 2006, p. 333).

Hayashi e Prescott (2002) apontam uma média de crescimento do PIB *per capita* de 0,5% durante o período caracterizado como década perdida, enquanto que os Estados Unidos, segundo o autor, na mesma época apresentavam um crescimento de 2,6%. A década perdida para o Japão não somente representou o momento onde o Estado japonês deixou de acompanhar (*catching up*) o avanço industrial global, como também perdeu seu espaço nesse cenário (HAYASHI, PRESCOTT, 2002, p. 209).

Fukao demonstra que, em 1990, a relação do empréstimo bancário e o produto interno bruto chegou a 108%, assim como, o aumento do envolvimento dos bancos com os empréstimos imobiliários. Em suma, pode-se considerar que esse período se caracterizou pela facilidade de crédito oferecida pelos bancos, fator fortalecido pela liberalização financeira (FUKAO, 2007, p. 273). No Gráfico 2 apresentado abaixo é possível perceber a elevação da taxa básica de desconto e empréstimo na década de 1990.

**GRÁFICO 2: A TAXA BÁSICA DE DESCONTO E A TAXA BÁSICA DE EMPRÉSTIMO (PORCENTAGEM POR ANO)**



Fonte: Bank of Japan. Series Data Research, 2018.

Para Uzuhashi (2003), o aumento da desigualdade que se fortaleceu durante a década perdida como fruto do avanço do desemprego (tendo uma taxa de 5 a 6% durante a década de 1990) foi um fator de risco para a manutenção do modelo de *Welfare State* no Japão, assim como ameaçou o modelo de pleno emprego que fez parte da organização de trabalho no país. Em seu artigo “*Japanese Model of Welfare State: How it was changed throughout “the lost decade” of the 1990’s ?*”<sup>10</sup> Uzuhashi ainda aponta que existiram duas alternativas para o cenário que se construiu durante a década perdida. Uma delas seria continuar em busca de um plano universal de segurança social, o que, para o autor, não se faz mais presente nas discussões atuais sobre o tema. Como outra alternativa, Uzuhashi aponta a expansão da rede de segurança básica ligada às assistências sociais e de desemprego, o que para o autor corresponderia a opção mais adequada para orientações futuras na criação de políticas. (UZUHASHI, 2003, p. 09).

Correlacionado com a relação de desemprego deve-se citar a iniciativa do Primeiro-ministro japonês eleito em 1991, Kiichi Miyazawa. Visando aumentar a demanda doméstica, Miyazawa adotou uma lógica de “*Seikatsu Taikoku*”, ou, “ótimo país habitável”, que tinha como uma de suas políticas a redução de horas trabalhadas

<sup>10</sup> “Modelo japonês de Estado de bem-estar social: como foi mudado ao longo da “década perdida” dos anos 1990?” Tradução própria.

por ano para 1800, o que posteriormente foi considerada uma das políticas responsáveis pela estagnação da década perdida (WAKATABE, 2012, p. 05).

Em 1993 as horas semanais de trabalho foram diminuídas para 40. Seria a primeira vez em 40 anos que o governo alteraria as leis de trabalho. Essas mudanças incluíam, além da diminuição de 6 para 5 dias de trabalho por semana, a inclusão de mais feriados nacionais e o fechamento de instituições do Estado em determinados dias da semana (HAYASHI, 2002, p. 209). Entretanto, um importante dado é levantado por Chakraborty (2004) ao mencionar que os impactos negativos sobre a média de horas de trabalho acabam sendo aliviados pelo aumento do desemprego que ocorreu no período seguinte.

Ainda que em determinados aspectos relacionados ao mercado de trabalho a década de 1990 pode ter sido o marco de algumas políticas que representam uma mudança importante na estrutura organizacional do Japão. Esse período permaneceu marcado como um momento de estagnação econômica com um impacto não somente nacional, mas também no nível global.

Não obstante, a relação entre o mercado de trabalho e a então década perdida se torna ainda mais forte quando se relaciona ao que Kambayashi e Kato (2012) chamaram de trabalho primário (*good job*<sup>11</sup>) e o trabalho secundário (*bad job*<sup>12</sup>). De acordo com os autores, um dos principais aspectos do mercado de trabalho japonês se faz em relação ao emprego de longo termo, sendo essa uma característica não presente naqueles que estão inseridos no grupo de trabalho secundário (KAMBAYASHI, KATO, 2012, p. 06).

Para Kambayashi e Kato, é possível verificar uma mudança na organização de trabalhos de *good job* para *bad job* nos grupos de mulheres e jovens que, segundo o autor, ajudariam a caracterizar uma resposta lenta ao choque de crises externas. Parte dessas mudanças de fato tem um reflexo das decisões tomadas no período da bolha, onde os trabalhos secundários foram convertidos em trabalhos primários devido à falta de mão de obra da época, vindo a alocar principalmente as mulheres dentro dessas mudanças, o que, por fim, causou alguns conflitos entre os interesses das empresas, dos funcionários primários e secundários (KAMBAYASHI, KATO, 2012, p. 16).

A mudança na estrutura organizacional de trabalho que diminuiu a ideia de emprego para a toda a vida é também tratada por Yoshikawa (2007) que aponta que, em

---

<sup>11</sup> “Bom trabalho.” Tradução própria.

<sup>12</sup> “Mau trabalho.” Tradução própria.

2005, o número de trabalhadores de meio período dobrou para 1/3 em relação aos trabalhadores de regime integral (YOSHIKAWA, 2007, p. 186).

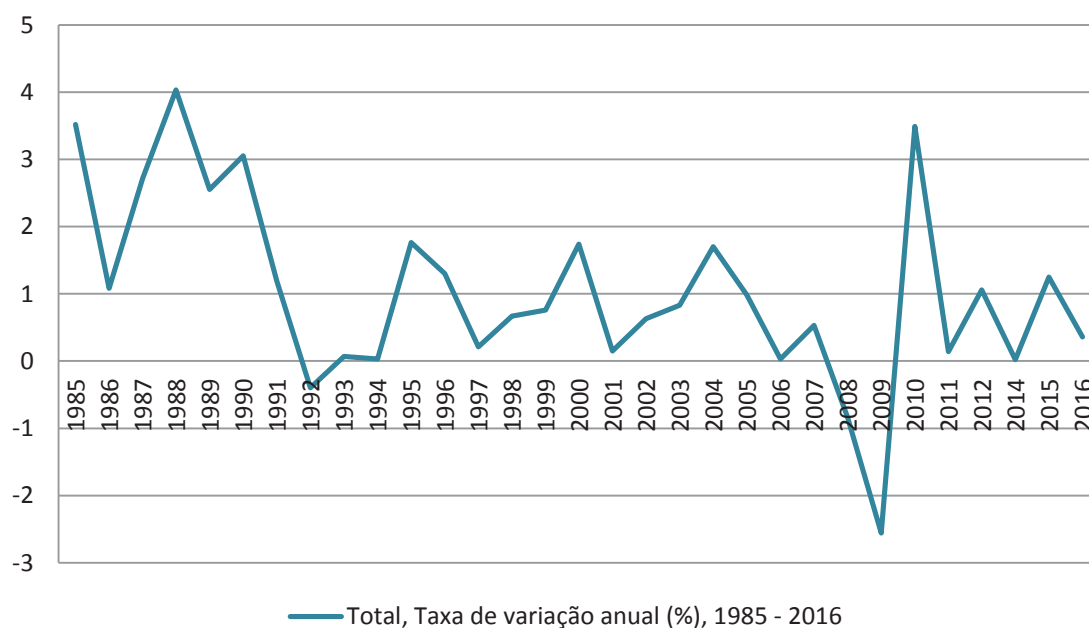
Todos esses aspectos da década perdida japonesa ganham um destaque ainda maior quando comparados com os presentes no pós-II guerra mundial. As políticas governamentais no período do pós-II guerra tinham aspectos protecionistas, utilizando restrições em importações ao mesmo que buscavam promover uma maior produção interna através de incentivos no setor de exportação. Durante esse tempo foi identificado um avanço no número de importações de tecnologia apoiada pelo suporte governamental aos exportadores a partir de créditos, gerando ao fim um aumento no PIB *per capita* desse período (CHAKRABORTY, 2004, p. 02).

Wakatabe (2012) aponta esse período como também um marco da instabilidade política, sendo a reforma política o objeto central de debate enquanto a valorização do iene se tornava cada vez mais acelerada, o que foi considerada por Haruhiko Kuroda como um dos problemas macroeconômicos mais sérios a ocorrer (WAKATABE, 2012, p. 05). No mesmo período que marcou a década perdida foi identificada uma queda na taxa de crescimento do fator total da produtividade (TFP<sup>13</sup>), indicando uma diminuição do crescimento estável assim como aumentando a fuga de capitais (HAYASHI, PRESCOTT, 2002, p. 207). Mais detalhes sobre a variação da TFP podem ser observados no Gráfico 3 apresentado abaixo.

### GRÁFICO 3: PRODUTIVIDADE MULTIFACTOR

---

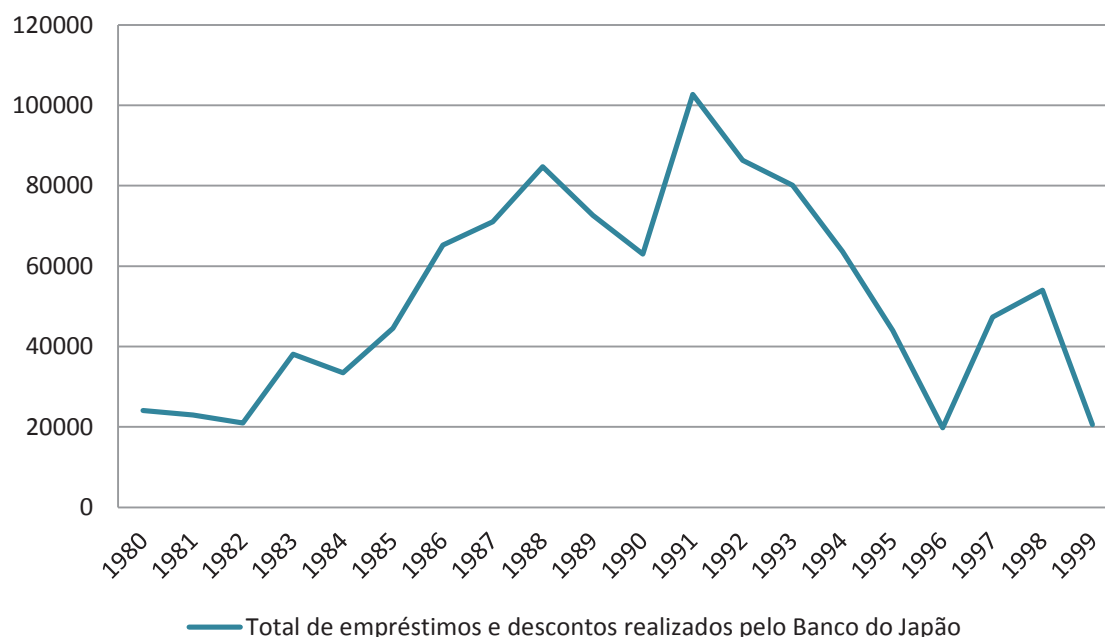
<sup>13</sup> “Total factor productivity”.



Fonte: OECD, Data, 2019.

O TFP também está interligado com outro importante fator, sendo esse denominado como hipótese “*zombie*”. Essa hipótese faz relação com a existência de empresas *zombies* durante a década de 1990, sendo essas uma barreira para o crescimento de empresas produtivas e afetando negativamente o TFP. Parte da existência das empresas *zombies* durante esse período se faz devido ao fato de que os bancos japoneses mantiveram em pé devedores que tinham poucas chances de conseguir se recuperar e de fato pagar o empréstimo feito (FUKAO, KWON, 2006, p. 195). No Gráfico 4 abaixo é possível notar o aumento de empréstimos a partir da década de 1990.

GRÁFICO 4: TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E DESCONTOS REALIZADOS PELO BANCO DO JAPÃO (UNIDADE DE 100 MILHÕES DE IENE)



Fonte: Bank of Japan. Series Data Research.

Fukao e Kwon apontam divergências na literatura em relação à queda do TFP, sendo que alguns autores demonstram uma visão mais pessimista ao apontar uma acentuada queda, enquanto outros não identificam uma mudança tão grave. Os autores também colocam luz em outro aspecto ligado à queda do TFP: sua maior ocorrência na indústria de manufatura do que em outras. Segundo os autores, a partir de uma análise bibliográfica somada a dados quantitativos, o agravamento da queda do TFP no setor de manufatura está ligado ao alto nível de saída de empresas na época (FUKAO, KWON, 2006, p. 197).

Um fator que pode estar ligado a esses dados é o de baixo oferecimento de crédito dos bancos japoneses para o setor de manufatura, enquanto que setores com performance mais baixa, como o de construção, tinham mais facilidade de crédito junto aos bancos. Shirakawa e Shiratsuka (2001) citam que houve um aumento na oferta de dinheiro a partir de 1987, entretanto, essa oferta não se comparava a oferta de crédito que era muito mais perceptível. Durante o período da bolha a oferta de crédito e o financiamento de capital do mercado apresentaram um crescimento considerável (SHIRAKAWA, SHIRATSUKA, 2001, p. 403).

Caballero, Hoshi e Kashyap (2008) apontam que, a partir do ano de 1991, foi identificada uma considerável diferença no crescimento da produtividade entre manufaturas e não manufaturas, chegando a 3,8% ao ano durante o período de 1999 a

2000. Para os autores, há indicadores de que as empresas *zombies* distorceram o mercado de criação de vagas, assim como afetaram a produtividade geral (CABALLERO, HOSHI, KASHYAP, 2008, p. 1964), representando uma variável decisiva na análise da década perdida.

Os efeitos nocivos desse período estão representados no próprio PIB japonês. A partir de dados apresentados por Horioka (2006), verifica-se que, durante os anos de 1995 a 2002, o PIB japonês cresceu uma média de 1,2%, o crescimento mais baixo identificado entre os países membros do G7, sendo um exemplo a Alemanha que cresceu 1,4% ao ano durante esse período; e, fora do grupo do G7 nota-se uma considerável distância entre o crescimento japonês e o sul-coreano que alcançou 5,3% (HORIOKA, 2006, p. 379). Na Tabela 1 é possível ter uma visão melhor de como a década perdida se dividiu e as características de cada uma de suas fases.

TABELA 1: PERÍODOS E CARACTERIZAÇÕES DA DÉCADA PERDIDA

1981-1986	1987-1990	1991	1992-1994
Período de pré inflação de ativos	Período de inflação dos ativos	Período do colapso dos ativos financeiros	Período de contração
TOPIX <sup>14</sup> e index do preço de terras aumentaram de forma gradual. O Banco do Japão ( <i>Bank of Japan</i> - BOJ) <sup>15</sup> manteve uma política monetária estável.	Aquecimento dos preços de ativos financeiros. Aumento da TOPIX e dos preços sobre terra. BOJ adota uma política monetária ainda mais “facilitada”. Transformando sua	BOJ aumenta o desconto oficial, alcançando 6% em 1990. TOPIX tem uma queda de quase 40% e os preços sobre terras também apresentam queda.	A produção industrial apresentou um crescimento negativo. BOJ diminuiu sua taxa de desconto para 1,75% em 1994.

<sup>14</sup> The Tokyo Stock Price Index. (Índice de bolsas de valores de Tóquio)

<sup>15</sup> O Banco do Japão (*Bank of Japan* - 日本銀行 *Nippon Ginkō*) iniciou suas operações em 1882 e é o banco central do Japão. Seus objetivos listados são os de: “emitir notas e realizar o controle monetário; assegurar a liquidação tranquila de recursos entre bancos e outras instituições financeiras a fim de contribuir para a manutenção da estabilidade do sistema financeiro”. Atua com o princípio de “utilizar o controle monetário exercido pelo BOJ como forma de alcançar uma estabilidade de preços e contribuir para desenvolvimento da economia nacional”. (BANK OF JAPAN, 2019, p. 01)



taxa de desconto de
5% em 1986 para
2,5% em 1987 <sup>16</sup> .

**Fonte:** Tabela elaborada de acordo com as definições apresentadas por Goyal e Yamada, 2014, p. 181.

Por fim, os aspectos sociais também têm um importante papel na análise da década perdida japonesa. Um dos exemplos é a elevação no número de suicídios durante a década de 1990 chegando aos anos 2000. Dados levantados por Yoshikawa (2007) apresentam um aumento significativo entre 1990 e 1998, durante a proximidade do colapso financeiro no país (YOSHIKAWA, 2007, p. 187). Para Dasgupta (2009), a década de 1990 é um símbolo de “ruptura com o passado” (DASGUPTA, 2009, p. 81) que se fortaleceu sobre desastres naturais e ataques terroristas, levantando discussões sobre a sociedade e sua relação com o governo e mercado.

Dasgupta trás para o debate o fim de um modelo de hegemonia social onde o homem branco e de classe média era visto como parte central da organização da sociedade devido ao seu trabalho, o que teve fim com as mudanças realizadas pelas empresas devido à década perdida, eliminando parte da garantia de emprego para toda a vida e criando uma nova discussão sobre a cultura dos homens em colocar o emprego acima de outros fatores da vida social (DASGUPTA, 2009, p. 83).

Outros pontos abordados anteriormente como a desigualdade social e o declínio na saúde das famílias japonesas também devem ser incluídos como aspectos sociais da década perdida, eliminando o seu fator exclusivo de efeitos associados com a economia e trazendo à tona o debate sobre os efeitos de decisões do Estado e a relação dessas decisões com o mercado sobre a sociedade japonesa.

O início do fim da década perdida é tido por Taylor (2006) como o ano de 2001, marcado pela mudança da política monetária do BOJ que agora caracterizar-se-ia por uma flexibilização quantitativa aumentando a oferta monetária, algo que afirma ter por anos orientando como uma política importante para o fim da deflação. No mesmo ano ocorreu a eleição do Primeiro-ministro Junichiro Koizumi, e no fim de 2002 houve

---

<sup>16</sup> Takatoshi Ito, economista japonês, argumenta que o BOJ não deveria ter diminuído suas taxas de desconto em 1987. Segundo Ito, se o BOJ tivesse aumentado as taxas novamente no ano seguinte, as condições de crédito poderiam ter se mostrado menos drásticas. Ao executar o aumento das taxas somente em maio de 1989, o BOJ já havia perdido sua janela de oportunidades (SAXONHOUSE, STERN, 2003, p. 268).

início da intervenção cambial no Japão marcada pela compra de dólares com o uso da moeda japonesa (iene) no mercado de ações pelo BOJ, aumentando o estoque de dinheiro. Taylor aponta o ano de 2004 como o fim da alta intervenção, e no ano seguinte, 2005, o Japão passaria a ser reconhecido como um Estado recuperado de sua década perdida (TAYLOR, 2006, p. 07).

Em suma, como foi possível identificar nesse capítulo, diversos são os motivos pelos quais podemos identificar a existência da década perdida no Japão. No entanto, uma das observações mais importantes a ser percebida sobre a progressão econômica do Japão durante esse período apresentado se dá no fato de que não se pode analisar tal transição de forma individualizada. As mudanças domésticas japonesas ocorreram acompanhadas de mudanças externas, como o fortalecimento de nações vizinhas, fortalecendo a visão de um novo sistema internacional onde Estados não mais são analisados de forma totalmente individualizada sem considerar os atores que de alguma forma contribuem para suas transformações.

### 3 O WELFARE STATE NO JAPÃO

O *welfare state* representa a maior atenção estatal frente aos problemas sociais, constituindo conjuntos de programas que viriam a resolver esses problemas não somente pela frente social, mas também a partir do aumento da responsabilidade do governo em relação ao mercado. Utilizando a definição apresentada por Gomes (2006, p. 203), *welfare state* é “um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa ‘harmonia’ entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social (...)”.

No entanto, a visão sobre o que é o *welfare state*, assim como as suas diferentes frentes de debate apresentam alterações conforme o avanço dos anos e o avanço sobre as questões que correlacionam a maior participação do Estado junto às políticas sociais. Parte da biografia sobre o assunto parece identificar o fortalecimento do *welfare state* no pós-II Guerra Mundial.

Conforme Arretche (1995) expõe em sua argumentação, o *welfare state*, quando analisado por determinado prisma, pode ser interpretado como um caminho necessário em um cenário de avanço da industrialização das sociedades (ARRETICHE, 1995, p. 6). Por essa ótica, a industrialização afetaria a estrutura das sociedades de forma a tornar necessário o modelo de *welfare state* para apoio dessas mesmas.

Esping-Andersen (1990) argumenta que a política social pode ser necessária, assim como possível. A visão do autor se guia pela necessidade do Estado prover as políticas sociais como resposta às lacunas deixadas pelo mercado, lacunas essas que ficariam ainda mais aparentes em sociedades industrializadas.

O avanço do *welfare state* foi se estendendo em todas as sociedades que eram impactadas pelas novas tendências da industrialização e da economia. Esping-Andersen (1994) chama a atenção para a ocorrência de diferentes formas de aplicação do *welfare state* conforme a situação presenciada pela região, assim como as suas perspectivas para o futuro. Um dos países citados como exemplo é o Japão, sendo esse, segundo o autor, um país que teria no modelo de *welfare state* uma chance de conseguir assegurar a mão de obra especializada para garantia de sua produtividade futura (ESPING-ANDERSEN, 1994, p. 82-83).

No caso japonês, o debate sobre *welfare state* tem um foco sobre a particularidade, ou não, desse modelo. Deve-se compreender que existem diferentes tipos de *welfare state* nos estudos sobre o tema. Um deles, é o “*Welfare State Liberal*”,

onde há maior predominância de transferências universais modestas, modelo mais próximo as normas de ética de trabalho. Um segundo tipo, conhecido como “Conservativo-corporativista”, representa estado que provém assistência aos seus cidadãos, mas garantindo que o impacto de redistribuição seja mínimo. Por último, o modelo de Democracia Social, onde o Estado também toma em suas mãos parte da responsabilidade familiar, assim como estabelece o pleno emprego.

Esses grupos sofreram alterações com o passar dos anos, sendo que Huber e Stephens estabelecem quatro grupos no lugar de três. O primeiro deles tendo relação com os países que tem baixo gasto com serviços de *welfare*. Outro grupo, conhecido como “*Welfare State* Confucionista”, está correlacionado com os países da Ásia oriental, onde os serviços de *welfare* seriam ofertados pelas famílias e não pelo Estado ou mercado (CHUNG, MUNTANER, 2006, p. 329).

É nesse ponto em que o debate sobre o Japão e seu modelo de *welfare* pode ter início já que, ainda que apresente traços que o conectam com o modelo conservador de *welfare* devido à filosofia confucionista, alguns autores ainda defendem a inclusão desse país no grupo de *welfare* liberal, surgindo então uma frente que acaba concordando com um modelo misto de *welfare* para o país (CHUNG, MUNTANER, 2006, p. 330). Segundo Uzuhashi (2003, p. 1), o modelo japonês pode ser incluído numa espécie de subcategoria do modelo conservador, com inclinações para o modelo liberal, sendo um modelo *workfare*<sup>17</sup> ou centralizado na empregabilidade.

A visão sobre o estado japonês como sendo um país com *welfare* misto é justamente o debate apresentado por Esping-Andersen em 1997. Nesse período, segundo o autor, o *welfare state* japonês ainda estava em processo de desenvolvimento, e ainda que as suas particularidades fossem já perceptíveis, não se poderia tomar muitas conclusões precipitadas sobre o que o modelo japonês de fato significava no que tange as análises de *welfare state*.

Uma característica importante não só do Japão, mas da Ásia Oriental num todo está na influência do Confucionismo nesse modelo. O confucionismo e seu foco em valores familiares alteram a percepção do indivíduo em relação ao seu ambiente de trabalho, assim como, também altera a participação estatal que se torna responsável pela comunidade familiar e corporativa. A modernização e mudanças na dinâmica familiar

---

<sup>17</sup> Sistema onde o beneficiário deve executar algum trabalho.

levam as regiões que apresentam um *welfare state* confucionista a tomarem novas responsabilidades familiares (KIM, 2010, p. 413).

A adição do fator confucionista no modelo de *welfare state* da região da Ásia Oriental foi o que levou a um dos primeiros estudos sobre o tema por Catherine Jones em 1990. Para a autora, as particularidades desse modelo corresponderiam a uma forma de *welfare* única para a região (ASPALTER, 2006, p. 290). O que, como anteriormente argumentando por Esping-Andersen, não necessariamente seria o caso, defendendo mais a visão de um modelo híbrido.

Mas como se deu o início do modelo de *welfare state* no Japão? Segundo Aspalter (2006), o início do *welfare* japonês ocorreu entre 1937 a 1950<sup>18</sup>, como forma do governo auxiliar no desenvolvimento econômico tendo em vista a segunda guerra sino-japonesa. Até então, o sistema de *welfare state* no Japão seguia o modelo Alemão, devido ao poder econômico e industrializado do país (ASLPATER, 2001, p. 2). Com o fim da II-guerra mundial, o sistema de *welfare* já existente se estendeu, agora também cobrindo setores que até então não eram interessantes quando se consideravam os aspectos da guerra. Nesse período, após a derrota japonesa e alemã, os Estados Unidos tomaram a posição de modelo para as políticas governamentais.

Em 1946 uma nova Constituição foi implementada ainda sob o regime americano, onde o *welfare* passava a ser um direito de todos os cidadãos japoneses, não mais havendo qualquer tipo de discriminação sobre aqueles que receberiam ou não os benefícios. Nesse período, o sistema de *homeniin* foi mantido, sistema esse onde indivíduos atuavam de forma voluntária para auxiliar outros membros da sociedade. O *homeniin* foi alterado para *minseiin*, que apresentavam agora um período pré-definido de atividade, tendo que ser indicados diretamente pelo Ministro da Saúde e Bem-estar e tendo que atuar em uma posição de igualdade com aqueles que auxiliariam (GOODMAN, 1998, p. 143).

No ano de 1955 o Japão ainda não apresentava um grande gasto com segurança social, aplicando somente 5,3% do seu PIB para esse fim, enquanto regiões do norte da Europa faziam um investimento de cerca de 20% do seu PIB (WATANUKI, 1986, p. 259). Watanuki (1986, p. 259) chega a caracterizar o período entre 1945 e 1960 como sendo um momento onde o desenvolvimento de segurança social no Japão estava atrasado. Em 1959 ocorreu uma expansão da pensão nacional, assim como um sistema

---

<sup>18</sup> Goodman (1998), entretanto, estabelece que o Budismo no Japão a partir do século VI, graças ao Príncipe Shotoku, já representa o início da presença do *welfare* na região.

de pensões financiado pelo governo para aqueles com mais de 70 anos. Algumas das mudanças observadas desse período incluem o modelo compulsório de seguro saúde, assim como um novo modelo para esse seguro em 1961.

Em 1960 ocorreu uma breve estagnação do modelo, retornando a prosperar na década seguinte devido aos esforços do partido liberal em conseguir atrair o eleitorado dos partidos comunistas e socialistas (ASLPATER, 2006, p. 292 e p. 3), que até chegou a adotar o *slogan* de “Em busca de uma sociedade de bem estar no estilo japonês”<sup>19</sup> na segunda metade da década seguinte (WATANUKI, 1986, p. 259, tradução livre). A década de 1960 se mostrou um período de prosperidade para a economia japonesa, apresentando um crescimento maior que 10% anualmente (WATANUKI, 1986, p. 261). Em 1963 foi estabelecido um ato que buscava garantir a saúde física e mental dos idosos, aumentando a oferta de locais especializados em ofertar cuidados especiais para esse grupo. Ainda assim, o período entre 1964 e 1972 se caracterizou pelos baixos gastos governamentais em políticas sociais. Em parte devido à desaceleração econômica pós 1960, assim como devido às políticas do partido conservador japonês após o fim da ocupação das forças aliadas (ASLPATER, 2001, p. 3). Os gastos governamentais em segurança social em relação ao PIB se mantiveram os mesmos entre 1970 e 1980 (14%).

Não obstante, a partir de 1970 é possível notar um avanço considerável dos gastos governamentais com benefícios para pensões, que superou os gastos com cuidados médicos e outras políticas de *welfare* (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY, RESEARCH, 2015, p. 1). Em 1970 o crescimento econômico apresentou continuidade, tendo o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* crescido de \$800 dólares em 1960 para \$1,900 dólares em 1970 (WATANUKI, 1986, p. 261). Em 1973, foi estabelecido um modelo de cuidados médicos gratuitos para aqueles que tivessem 70 anos ou mais. Foi nesse ano também que o Primeiro Ministro japonês, Tanaka, declarou que o Japão realizaria um progresso significativo rumo ao *welfare state* (KNOW, 1998, p. 57). Nove anos depois, em 1982, um novo ato foi estabelecido onde os cuidados aos idosos funcionariam no formato de copagamento, ocorrendo a maior promoção de saúde para indivíduos a partir dos 40 anos (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2014, p. 33).

---

<sup>19</sup> “Toward a Japanese-type welfare society”.

Foi ao fim da década de 1970 que o discurso sobre *welfare state* tomou novos rumos no Japão. Como Watanuki (1986, p. 264) aponta, termos como “sociedade *welfare*” e “políticas de *welfare* do tipo japonesa” cada vez mais presentes nos discursos dos políticos membros do Partido Liberal Democrata. Segundo o autor, ao utilizar esses termos, era transferida a mensagem de um governo que oferta seguridade mínima somada ao espírito de auto-ajuda”. Nesse período, o PLD passou a defender a ideia de que o Japão não deveria mais somente seguir o modelo Ocidental de *welfare*, mas sim criar uma forma de *welfare* onde a família tivesse uma importante participação e o Estado fosse reduzido, dando mais espaço para que o setor privado também atuasse na oferta de serviços de *welfare* (ANDERSON, 1993, p. 133 apud p. KNOW, 1998, p. 57).

Em suma, a ideia de um modelo de *welfare* do tipo “japonês” se basearia nos pilares da família, comunidade e companhia, sendo esses responsáveis por executar um importante papel nas funções de segurança social. A substituição do termo “estado” por “sociedade” utilizada pelo governo na época ilustrava um modelo onde os gastos governamentais seriam menores do que o esperado em um *welfare state* (WATANUKI, 1986, p. 265). O gasto reduzido é apontado por White e Goodman (1998, p. 13) como um dos diferenciais do *welfare* na região, principalmente quando comparado com as nações Ocidentais. Classificando então, como anteriormente mencionado, o governo como um regulador que auxilia no processo de implementação de programas de *welfare* sem necessariamente prover um subsídio direto.

O *welfare* com centralização no papel das empresas acabou firmando o modelo rígido em relação às questões de gênero no Japão. A divisão de gênero também acabou contribuindo para o desequilíbrio entre os trabalhos assalariados e não assalariados, provendo benefícios econômicos e sociais para os homens, enquanto excluía ou marginalizava a participação feminina no mercado de trabalho. As disparidades entre gênero vieram a se tornar tema de debate dentro da sociedade japonesa, vindo a tomar um papel ainda mais central a partir da década de 1980 quando o incentivo da participação feminina no mercado de trabalho passou a ser mais relevante (ASPALTER, 2006, p. 39).

Em 1985 o governo japonês passou a prestar maior atenção nos problemas correlacionados ao bem-estar do grupo de idosos na sociedade, decidindo por implementar o Seguro de Pensão de Empregos e o Esquema de Pensão Nacional. Também ocorreu nesse período a transição do sistema social baseado em dinheiro, para baseado em cuidado (ASLPATER, 2001, p. 4). Foi nessa década que o governo japonês



passou a utilizar o *slogan* “preparando-se para uma sociedade envelhecida”<sup>20</sup> (KNOW, 1998, p. 57).

Em 1989 foi introduzido o Novo Plano Ouro com um novo formato de serviços sociais para os idosos, e em 1994, o Plano Anjo como forma de aumento de serviços de cuidado social (JACOBS, 1998, p. 14). O Plano Ouro foi estabelecido como sendo uma estratégia de 10 anos na promoção de saúde e *welfare* para os idosos, também advogando a favor de mais centros de cuidados médicos, assim como de assistência residencial (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2014, p. 33).

O Plano Ouro foi uma resposta do governo japonês à mudança na tendência de organização familiar. Com a diminuição da capacidade de membros da própria família tomarem conta dos membros mais velhos, o governo não teve outra escolha se não investir em mais centros que oferecessem os cuidados não mais acessíveis nas próprias residências. Nesse período, as estratégias de auxílio na resolução do problema eram tratadas a nível mais local, tendo os governos municipais aplicando pesquisas diretas com sua população a fim de identificar os aspectos a serem trabalhados (IHARA, 2012, p. 10). No ano de 1998 o *welfare* japonês podia ser dividido em quatro grandes grupos: cuidados médicos, manutenção de renda, serviços sociais e moradia (KNOW, 1998, p. 58).

Em 1993, os gastos totais do governo japonês em políticas de *welfare* eram menores quando comparados com outros países da OECD como França, Alemanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Utilizando o exemplo de gastos com pensões, enquanto o Japão tinha um gasto de 5.70% do PIB, a Alemanha apresentava um total de 11.69% de seu PIB. No ano seguinte, 1994, o Japão representava a menor taxa de fertilidade quando comparado com países como Coreia, Reino Unido, Estados Unidos e França, só sendo maior do que a taxa de Hong Kong que era de 1.21 contra o 1.50 do Japão (JACOBS, 1998, p. 49). Demonstrando a ainda presente necessidade de maior investimento do governo no seu *welfare* a fim de garantir que seu baixo nível de fertilidade não decaísse nos anos seguintes e representasse entraves para seu crescimento econômico.

Nesse mesmo ano, o Plano Ouro sofreu uma revisão, estabelecendo uma nova estratégia de 10 anos (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL

---

<sup>20</sup> “Preparing for an “ageing society””.



SECURITY RESEARCH, 2014, p. 33). As novas medidas previam algumas alterações na disponibilidade de centros de cuidados, entre outros pontos, como é possível notar na Tabela 2 abaixo. Ihara (2012), entretanto, aponta que a demanda pelos cuidados ofertados pelo Plano Ouro foi maior do que o esperado, colocando a temática em estado de emergência ainda no início dos anos 2000.

TABELA 2: MEDIDAS IMPLEMENTADAS NA REFORMULAÇÃO DO PLANO OURO EM 1994

Ajudantes de cuidados residenciais	170,000 pessoas
Instalações de curto prazo para cuidados de repouso	60,000 leitos
Centros de cuidados diários	17,000 locais
Estações de cuidados de enfermagem de visita domiciliar	5,000 locais
Asilos especiais para os idosos	290,000 leitos
Instalações de serviço a saúde para os idosos	280,000 leitos
Casas de cuidados	100,000 pessoas

Fonte: Tabela elaborada pela autora de acordo com as informações disponibilizadas por Ihara (2012, p. 11)

Em 1997, com o avanço da necessidade de um *welfare* mais voltado para os idosos, foi criado o primeiro sistema de seguro para cuidados de longo prazo na Ásia Oriental (ASPALTER, 2006, p. 292). Esses planos estabelecidos, de acordo com Jacobs (1998), confirmam a posição de regulador<sup>21</sup> do estado japonês, exercendo a atividade de organizar e coordenar a iniciativa privada em relação aos programas de seguridade social, somando algum auxílio financeiro.

Outra particularidade do sistema de *welfare* no Japão está na aceitação do partido conservador. De acordo com Takegawa (2005, p. 178), os partidos conservadores do Japão não viam problema na implementação de políticas sociais desde que elas possibilitassem uma distribuição de seus interesses. Sendo assim, o *welfare* japonês é formado por um estado de burocracia, ocasionando um *welfare* menos visível.

Abordando agora diretamente algumas particularidades do *welfare* no Japão, podemos dar início a partir de uma análise do sistema de pensões existente hoje. O

---

<sup>21</sup> Outros dois modelos de *welfare* podem ser encontrados na literatura, sendo um deles o de “objetivo nacional” e “provedor” (TAKEGAWA, 2005).

sistema de pensões é dividido em duas categorias: o seguro de pensão (国民年金<sup>22</sup>) e o seguro de pensão para empregados (厚生年金<sup>23</sup>). Todos os indivíduos entre 20 e 60 anos, incluindo de outras nações que vivem no Japão, devem fazer parte desse sistema.

Em relação ao primeiro modelo, ele se subdivide em três categorias. A primeira delas é a categoria para pessoas com alguma deficiência provocada por acidente ou doença; a segunda é a pensão sobre luto, paga a dependentes com crianças, ou para seus filhos em caso de morte na família, e por último, a pensão para idosos, paga para aqueles com 65 anos. O processo em relação a esse primeiro grupo é administrado pelos escritórios municipais, onde o indivíduo deve buscar auxílio para executar o pagamento. Em caso de não possibilidade de executá-lo, o mesmo pode tentar aplicar para o “Hoken Ryo Menjo Seido (保険料免除制度)” que possibilita o não pagamento para casos especiais. Há também a possibilidade de atrasar o pagamento para aqueles que ainda não tem 30 anos (若年者納付猶予制度<sup>24</sup>).

O segundo modelo de pensão, o para empregados, é destinado para aqueles que estão trabalhando em alguma empresa privada. Ao estar cadastrado nesse nível de pensão, o indivíduo também está automaticamente cadastrado no modelo anterior. Esse modelo de pensão, também, é acessível para aqueles que residem no país, mas são de outra nacionalidade (TOKYO ICC, 2019, p. 1-2).

Sobre os programas de Segurança Social, essa se baseia em quatro princípios:

- 1) Assistência às pessoas em necessidade é uma responsabilidade do Estado;
- 2) Todos os cidadãos têm direito de solicitar assistência pública sem discriminação de sexo, ou outros fatores, sendo o critério de condição econômica o único relevante;
- 3) O Estado garante a todos os cidadãos um nível mínimo de vida com saúde e cultura e;
- 4) Assistência pública é algo suplementar a todos os recursos disponíveis e aos melhores esforços daqueles aplicantes a receber auxílio (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2014, p. 1).

O indivíduo que deseja receber o auxílio governamental deve preencher uma ficha de aplicação. A partir dessa ficha, o governo executa um cálculo onde subtrai a

---

<sup>22</sup> Kokumin Nenkin.

<sup>23</sup> Kōsei Nenkin

<sup>24</sup> Jakunensha Noufu Yuuyo Sei Do.

renda final familiar do custo mínimo para viver. O valor da assistência será o necessário para preencher o *gap* existente. Esse cálculo é realizado levando em consideração os custos para viver na região do aplicante, assim como a idade dos membros da família (Ver Tabela 3 a seguir). O valor oferecido pela existência será o valor necessário para equilibrar a renda familiar com o valor final do custo de vida (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2014, p. 2).

TABELA 3: BASE PARA DETERMINAÇÃO DE CUSTO MÍNIMO PARA SOBREVIVÊNCIA MENSAL

Subsistênci a Individual	Subsistênci a do lar	Adicional se necessário	Habitaçã o	Educaçã o	Médico	Outros
Por pessoa Por idade Por região	Pelo número de agregados na residência Outros <sup>25</sup>	Por pessoas com deficiênci a	Por região	Por criança e por série	Custo médio para tratament o	Conform e solicitado por agregado s

Fonte: Tabela elaborada pela autora conforme informações disponíveis no National Institute Of Population And Social Security Research, 2014, p. 2.

Outro ponto a ser analisado no *welfare* presente no Japão está no acesso a cuidados médicos. No Japão, os indivíduos fazem parte do seguro de saúde de acordo com sua idade, acomodação e emprego. O seguro saúde tem três subcategorias: o de empregados, também aplicado para seus dependentes, sendo pago pelo contribuinte com cerca de 10% do seu salário; o seguro nacional, válido para autônomos, fazendeiros e aposentados, assim como seus dependentes, tendo seu cálculo de contribuição feito pelo governo, sendo que 50% tem subsídio governamental; e, por último, o modelo feito para os idosos, onde 50% do total é pago pelo governo, 10% pelo contribuinte e 40% pela parcela da sociedade empregada (MATSUDA, 2019, p. 4).

Em 2006 David Coleman (p. 298-299) já debatia que um dos principais obstáculos ao *welfare state* no futuro de forma global seria o envelhecimento populacional. Segundo os autores, o declínio da fertilidade acompanhado do crescente

<sup>25</sup> De acordo com as informações do National Institute Of Population And Social Security Research, “outros” indicariam crianças menores de 3 anos, gestantes e indivíduos doentes sendo tratados com alimentação especial.

envelhecimento da sociedade era algo já possível de visualizar, também apresentando que o *welfare state* teria de se adequar para solucionar esse cenário. Para o autor, políticas como a de incentivo a imigração não conseguiriam ser eficazes o suficiente a ponto de solucionar o problema, sendo necessário se preparar para novas formas de dar suporte ao modelo de *welfare*.

Outra crítica que pode ser levantada em relação a algumas alternativas ao envelhecimento populacional é em relação a empregabilidade do grupo mais velho na sociedade. Para Schulz (2006), ainda que essa oportunidade seja levantada em alguns debates, também são apresentadas suas barreiras. De acordo com o autor, o incentivo para que o indivíduo com idade para a aposentadoria volte, ou continue, no mercado de trabalho é tão difícil de ser aplicado quanto o incentivo de que empresas contratem esses indivíduos. Segundo, a dificuldade está na organização do ambiente de trabalho e no comportamento do indivíduo e de seu empregador em relação a essa possibilidade. Uma das tendências observadas pelo autor como sendo possíveis de alcançar esse grupo é a de contratação em postos de trabalho de meio período.

A estratégia principal seria atuar em vários setores a fim de garantir o equilíbrio necessário para a manutenção do *welfare state* como, por exemplo, crescimento econômico, aumento da produtividade, reformas nas pensões, mercado de trabalho e aposentadoria. Dentro de alguns dos exemplos citados, a manutenção na idade de aposentadoria seria uma das eficazes para auxílio no problema de envelhecimento populacional (COLEMAN, 2006, p. 301).

É possível verificar nessa revisão sobre o processo histórico do *welfare state* no Japão que o período onde o governo decidiu por transferir parte de sua responsabilidade para o setor privado não se mostrou tão bem-sucedido quanto esperado. Isso pode ser identificado devido às políticas posteriores que surgiram. Em parte, é possível analisar a transformação no processo de *welfare* como uma tentativa governamental de unir o pensamento coletivo – família – com a ideia de mercado – setor privado – de forma a auxiliar no relaxamento de gastos do Estado. A decisão de retomar o controle sobre o *welfare* e implementar políticas que respondiam as novas necessidades do período, podem ser vistos como o reconhecimento do Estado de que determinados temas não são capazes de serem absorvidos totalmente pelo setor privado e pela responsabilidade social.

Como será possível observar no capítulo descritivo da Abenomics, o governo japonês tomou decisões que caminham de encontro com as sugestões de alguns autores

aqui citados. Isso porque, como mencionado, o envelhecimento populacional é um fenômeno global que ameaça o estado de bem-estar social e não será resolvido somente com o estabelecimento de uma meta, mas sim um conjunto das mesmas atuando de forma a garantir que o *welfare*, ou a economia de um país, entrem em crise.

#### **4 UMA BREVE REVISÃO SOBRE OS ESTUDOS A RESPEITO DA ABENOMICS E O MERCADO DE TRABALHO**

Nessa seção serão apresentados os artigos e livros mais relevantes sobre a temática de discussão da Abenomics. Para a seleção dos textos analisados, foram realizadas perguntas a partir de palavras-chaves que envolviam os termos: *Abenomics*; *Evaluation*; *Public Policy*; e *Labor market*. Essas palavras foram utilizadas nas bases de dados do Google Acadêmico e no *Scopus*, também ocorrendo uma filtragem a partir dos Periódicos da Capes.

No Google Acadêmico, ao utilizar as palavras-chave selecionadas, 1.500 resultados apareceram. É importante ressaltar que nos artigos que se enquadram dentro desse filtro de pesquisa, ainda que foquem na Abenomics, não colocam seu foco na avaliação das políticas de mercado de trabalho. A identificação de artigos que façam uma avaliação de impactos é ainda menor nesse caso. Em relação a pesquisa realizada no Periódicos da Capes, 68 artigos foram identificados como correspondendo as palavras-chave selecionadas. No entanto, parte deles acabava não necessariamente focando na problemática analisada e não se enquadrando nessa pesquisa.

Dos artigos que apresentavam um debate próximo ao que aqui é realizado, foi possível perceber durante a busca pelo tema que grande parte dos estudos parece se estender mais sobre as duas primeiras flechas da política: política monetária e política fiscal. Os estudos que trabalham essas áreas tendem a ter uma abordagem mais econômica e quantitativa, entretanto, não correspondendo ao objetivo de análise da dissertação aqui apresentada e não se enquadram como fazendo parte do Estado da Arte sobre o tema, já que não utilizam do mesmo esforço sobre a terceira flecha: a reforma estrutural.

Sobre os textos utilizados, é possível notar que, em grande parte, eles se dividem em duas tendências: a primeira delas, a de que grande parte dos estudos, parece se concentrar mais em uma posição de aconselhamento ao governo do que de análise de impactos reais sobre a política. Os estudos que ainda se arriscam a executar uma avaliação da Abenomics, o fazem de forma não tão extensa, sem se prolongar e aprofundar sobre os efeitos individuais de cada medida.

A segunda tendência, e que pode ser conectada com a primeira, é a maior ocorrência de estudos voltados para as políticas em relação às mulheres. Ou seja, mesmo os estudos que seguem o rumo de aconselhamento, dificilmente se arriscando

em uma avaliação de impacto, tendem a fazê-lo somente tendo como objeto de análise as políticas para as mulheres. Os expatriados até são citados em alguns textos, mas de forma muito breve, ocorrendo uma maior literatura sobre a necessidade da atração dessa mão de obra, do que de fato sobre o efeito das medidas já implementadas.

O estudo sobre idosos é de ainda mais dificuldade, não havendo uma análise mais profunda sobre o tema, e ocorrendo uma abordagem mais focada às questões de saúde para esse grupo da sociedade. Considerando esses fatores, se propõe utilizar a presente dissertação como, não somente se aprofundar mais a respeito dos impactos da Abenomics, mas também de reunir em um só estudo esses impactos para os três grupos: mulheres, aposentados e expatriados, que parecem receber uma atenção diferenciada nos discursos do governo japonês.

#### 4.1 ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA

Quando se questiona sobre a produção acadêmica a respeito da Abenomics, talvez um dos trabalhos mais relevantes e completos no que concerne o tema seja o livro *Can Abenomics Succeed? Overcoming the Legacy of Japan's Lost Decades*, lançado em 2014 pelo Fundo Monetário Internacional. Organizado por Botman, Danninger e Schiff, o livro não se concentra apenas na análise da política sobre o mercado de trabalho, como a presente pesquisa faz.

O livro busca fazer uma análise desde a década perdida japonesa, abordando as reformas fiscais e monetárias, mas contribuindo de forma importante para a temática relacionada à reforma no mercado de trabalho. Os autores argumentam sobre a importância dessa reforma para que a Abenomics consiga ter sucesso, debatendo sobre a emergência da informalidade e as mudanças no modelo de organização trabalhista, assim como colocam o envelhecimento populacional como problemática central.

Os autores acabam estabelecendo algumas medidas que iriam auxiliar na melhora do mercado de trabalho, sendo essas a maior participação feminina, o “relaxamento” nas normas de imigração a fim de atrair mais mão de obra estrangeira e aumento da participação de idosos no mercado de trabalho (BOTMAN, DANNINGER, SCHIFF, 2015, p. 112-114). Um relatório do Instituto Japonês para Políticas de Trabalho e Treinamento publicado em 2016 também concordava com a maior inclusão

de mulheres e idosos no mercado de trabalho, argumentando que o envelhecimento populacional e a tendência de mais mulheres adentrarem o mercado de trabalho desde a década de 1990 fortalecem essa proposta.

Patrick em 2014 já argumentava a favor da maior participação feminina no mercado de trabalho, assim como maior atração de mão de obra estrangeira. Segundo o autor, o objetivo de fazer com que 73% das mulheres retornassem ao mercado depois do primeiro filho, ainda que atingido, não seria o suficiente para resolver o problema da mão de obra feminina. Com isso, os esforços de atração de profissionais estrangeiros seriam justificáveis, mas existe uma crítica em relação às empresas que acabam violando normas trabalhistas e executando regimes de exploração com esses funcionários.

Uma contribuição importante do autor está em inserir o debate de programas de benefícios à família no Japão, assim como já existem em países como a França e a Finlândia, podendo ser essa uma ferramenta de auxílio do crescimento de fertilidade no Japão (PATRICK, 2014, p. 10-11). Como conclusão à problemática, o autor se mostra otimista em relação ao alcance dos objetivos de Abe, argumentando que caso esses mesmos não venham a se cumprir, na pior das hipóteses, o Japão continuará no “mesmo cenário”. Tucker (2016, p. 568), por exemplo, já apresenta uma visão um pouco mais pessimista ao demonstrar suas dúvidas em relação à capacidade da Abenomics atingir as metas de sua terceira flecha da reforma estrutural.

Outro estudo que merece ser citado é o de Aoyagi, Ganelli e Murayama, publicado em 2015 para tratar da questão do quão inclusiva é a política de Abe. Nesse estudo, através de modelos econômicos, os autores buscam identificar como as medidas da Abenomics, incluindo as que estão voltadas para o mercado de trabalho, interferem na desigualdade, ou não, da sociedade japonesa. Como os autores apontam, as políticas implementadas para o mercado de trabalho podem, na verdade, apresentar resultado positivo na diminuição da desigualdade devido ao seu objetivo de maior inclusão de parte da população na dinâmica de trabalho.

Segundo achados dos autores, a maior participação feminina no mercado de trabalho, por exemplo, teria efeito positivo no crescimento de inclusão a partir do aumento de ganho médio salarial. Para os autores, essa política auxiliaria não somente em fatores econômicos, mas também em questões de maior inclusão social. A adição de grupos como idosos e expatriados também é visto positivamente a partir das análises



dos dados dos autores, apresentando um efeito de maior inclusão a partir do crescimento do ganho médio e equidade (AOYAGI, GANELLI, MURAYAMA, 2015, p. 19).

Em relação à política para atração de profissionais de outros países, Kodama (2015) argumenta que, até o ano de 2013, o número de expatriados no Japão era pequeno, principalmente quando comparado com outros países como a África do Sul. Sendo necessário o maior esforço para atração desses profissionais, até o ano de publicação do artigo, Kodama argumenta que o governo japonês parecia querer ignorar o problema de imigração existente, não reconhecendo que, ainda que hajam políticas para atração de profissionais estrangeiros, grande parte daqueles que trabalha no Japão são indivíduos que executam funções que não estão na lista de “altamente qualificadas”.

Para Kodama, o ideal seria retirar o foco desses profissionais “altamente qualificados”, e colocá-lo na atração de mão de obra, em geral, principalmente para os setores que mais sofrem com a escassez de mão de obra. Outra indicação do autor seria a de construção de melhores relações diplomáticas com os países vizinhos, considerando que uma significativa porcentagem de mão de obra de outros países vem daquela região (KODAMA, 2015, p. 14). Dourille-Feer (2015, p. 28) aponta que já é possível perceber um aumento no número de profissionais de outros países atuando em subsidiárias japonesas em outros países, o que facilita a possibilidade de que essas empresas utilizem o Programa de Treinamento Interno como forma de futuramente transferirem esses profissionais para o Japão.

Já Lechevalier e Monfort (2017) fazem uma argumentação mais crítica à política para maior adesão feminina no mercado de trabalho. Segundo o autor, o discurso de maior participação das mulheres não condiz com as políticas governamentais e muito menos corresponde às demandas do grupo feminista no Japão que são feitas desde a década de 1980.

Parte da não sincronização entre políticas governamentais e demandas sociais pode estar conectada com o modelo “*trickle-down*” utilizado para a implementação de políticas para adesão feminina. Como Schieder (2014, p. 55) aponta, esse modelo de política não apresenta um equilíbrio, ou seja, não significa que o benefício que alguns que estão no “topo” receberão, serão transferidos de alguma forma para aqueles que estão na “base” do processo. A crítica mais prevalente no trabalho da autora se dá no fato de que, ainda que a Abenomics tenha políticas de incentivo a mulheres a tomarem cargos mais altos, não consegue resolver o problema das mulheres na informalidade, o que aumenta o nível de pobreza desse grupo.

Essa discussão pode ir de encontro com a de Tucker (2016, p. 568), que fala sobre como a busca de um Estado em atingir a igualdade de gênero no mercado de trabalho tende a parecer o objetivo ideal e final, enquanto que se considerar os meios de se chegar a esse objetivo tendem a ser ignorados. Para o autor, o estabelecimento de metas de Abe, além de difícil alcance, também representa outra problemática: o alcance de uma maior igualdade de gênero não representa a mesma qualidade de vida para homens e mulheres. Bobowski (2016, p. 202) também segue pela mesma conclusão ao afirmar que as políticas para as mulheres têm um impacto horizontal, apresentando alterações no nível de recrutamento, ainda assim essas políticas não foram capazes de promover igualdade de gênero e justiça social.

Um importante trabalho a ser citado é o de Nagase (2018) que faz uma avaliação de algumas das metas estabelecidas para maior inclusão feminina ao mercado de trabalho. Por exemplo, em relação à metade de aumento de locais para cuidados de crianças, onde as mães poderiam deixar seus filhos, promovendo maior flexibilidade de tempo para engajarem em um trabalho, a autora conclui que o número de centros de cuidados em relação ao número de crianças aumentou em prefeituras urbanas, mas isso não se deu pelo grande avanço na construção desses centros, mas sim pelo declínio da população infantil.

Outra medida analisada pela autora é a de licença para cuidados dos filhos sendo incentivada para os pais, algo que também não demonstrou um grande aumento, saindo de 1,72% em 2009 para 3,16% em 2016. Para a política de promoção de mulheres em cargos de liderança, até o momento do artigo da autora ainda não havia tempo o suficiente para determinar de forma mais completa seu impacto, mas ainda assim a mesma afirma que o progresso nesse tema está sendo devagar. De acordo com dados de (DOURILLE-FEER, 2015, p. 27) o total de mulheres em cargos de gerência em 2012, antes do início do governo de Abe, era de 6,9%, se elevando para 8,3% em 2014. O autor também cita a importância das políticas de mais assistência a mulheres com filhos, assim como o incentivo de que pais também tirem licença como uma forma de encorajar novos casais a terem mais filhos.

As conclusões finais de Nagase são as de que o apoio para mulheres que tem filhos foi relevante e os centros de cuidados para crianças foi uma importante medida. Segundo, durante 2013 e 2015, a disponibilidade dos centros de cuidados para crianças foi muito mais rápida do que nos anos anteriores, algo que demonstra efeito positivo no objetivo de promoção de mais mulheres em trabalhos regulares. Para a autora, os

resultados até então vistos representam um otimismo para o futuro das mulheres no mercado de trabalho, assim como estabelecem um exemplo para as novas gerações. Não obstante, a problemática que ainda existe e afeta a balança final na análise do tema está em relação às horas trabalhadas entre trabalhadores regulares e não regulares. Nagase afirma que Abe fez um bom trabalho ao assumir uma agenda que já vinha antes de seu governo – melhores condições para mulheres no mercado de trabalho – mas que o *gap* entre gêneros ainda permanece e cria expectativas a respeito do futuro que a Abenomics tem (NAGASE, 2018, p. 77-97).

Outra crítica de Lechevalier e Monfort ocorre em relação ao objetivo dessas políticas que seriam pró-inclusão feminina, sendo para ele uma forma de garantir maior performance econômica, e não de aumentar a produtividade, como o governo advogaria a favor (LECHEVALIER, MONFORT, 2017, p. 18-19). Na conclusão dos autores, as políticas monetárias se mostram muito melhores do que as políticas de reforma estrutural, sendo essas últimas apenas dignas de uma nota “F” (LECHEVALIER, MONFORT, 2017, p. 23). Isso confirmaria um cenário misto onde a Abenomics demonstra maior eficácia em algumas medidas do que em outras, mas ainda assim, de acordo com os autores, não consegue atingir suas metas mesmo nos setores de maior “sucesso”.

Em relação à problemática de aumento de produtividade, Aoyagi *et al* (2018) abordam a relação de salários e sua estagnação no caso japonês. Para os autores, em acordo com o trabalho de Aoyagi e Ganelli divulgado em 2013, o aumento dos salários seria uma forma de garantir uma maior dinâmica de produtividade (AOYAGI *et al*, 2018, p. 2). Essa discussão entra na questão da inserção feminina no mercado de trabalho ao verificar os achados do autor de que, ainda que a idade tenha um impacto positivo no salário dos homens no Japão, o mesmo não ocorre para as mulheres. Um reflexo da antiga organização hierárquica presente no setor privado. Essa hierarquia exclui as mulheres devido à tendência de deixarem seus postos de trabalho após o primeiro filho, direcionando esse grupo para o mercado informal. Considerando o ano de publicação do artigo, a temática relacionada ao salário mínimo e adesão feminina ainda se mostram relevantes na discussão sobre o assunto.

Outro debate a ser trazido é o de Song (2015) que aborda que a Keidaren<sup>26</sup>, ainda que tenha estabelecido um subcomitê para lidar com a temática de diversidade de

---

<sup>26</sup> Federação japonesa de negócios.

gênero, não se mostrou positivo frente a algumas medidas governamentais em relação à inserção feminina no mercado de trabalho. Keidaren acaba advogando que cada empresa deva criar seu plano e segui-lo, indo em direção contrária à ideia governamental de um só modelo globalizado, assim como também se contraponto a intenção governamental de estabelecer uma meta numérica em relação ao número de mulheres empregadas (SONG, 2015, p. 126). Exemplos como esse demonstram uma falha no governo japonês em conseguir se comunicar de forma efetiva com o setor privado, ou ao menos, de seus obstáculos em relação à busca de implementação de medidas planejadas.

Em uma avaliação mais geral sobre o tema, Miwa (2016) aponta para o crescimento de homens com mais de 65 anos e mulheres entre 35 e 54 anos no mercado de trabalho. Não obstante, o autor chama a atenção para a dificuldade em atribuir esses dados a somente às medidas da Abenomics, argumentando que os mesmos podem ser um resultado das expectativas de inflação que ocorrerão no início do governo de Abe. Para o autor, o governo teria que lidar com o desafio de conseguir manter uma taxa positiva de adesão de indivíduos no mercado de trabalho, assim como terá que criar mecanismos para lidar com o declínio da população com idade para força de trabalho. Miwa conclui que o governo ainda precisa trabalhar mais para garantir o aumento da participação no mercado de trabalho, assim como garantir o avanço da produtividade a partir da criação de demanda e investimentos, provocando o surgimento de novos postos de trabalho.

Em suma, nota-se na bibliografia geral uma certa concordância, e até mesmo, “previsão” sobre quais medidas o governo japonês deveria tomar como resposta ao declínio de produtividade interna no país. No entanto, outros debates também surgem como a questão salarial dentro do Japão e até mesmo a forma como o governo japonês acaba estabelecendo algumas medidas como “universais” ignorando a individualidade do setor privado. Em relação ao posicionamento da presente pesquisa na bibliografia sobre o tema, nota-se que a mesma se faz não somente como continuidade de um debate que se faz presente desde o primeiro ano de governo de Abe, mas também soma ao propor uma análise que busca não só a avaliação da Abenomics, mas também a faz focalizando em três grupos que se mostram centrais para a solução de escassez de mão de obra japonesa.

## 5 ABENOMICS

Shinzo Abe exerceu seu primeiro mandato como Primeiro Ministro do Japão no ano de 2006, resignando ao cargo no ano seguinte, mas ainda assim permanecendo na história como o mais jovem político a ocupar o cargo de Primeiro Ministro no Japão pós-guerra (D'AMBROGIO, 2017, p.01). Abe fez seu retorno a disputa política cinco anos após sua resignação, em 2012, com o intuito de recuperar seu cargo como Primeiro Ministro japonês.

Em 2012 durante as eleições para Primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe apresentou um novo perfil político que agora apresentaria maior foco para as questões econômicas do Japão (LECHEVALIER, MONFORT, 2016), utilizando o *slogan* “*Take back Japan*” (*Torimodosu*) (JAPANTIMES, 2013, p. 03). O *slogan* de Abe de certa forma representa bem seu perfil conservador, que acabou por influenciar em seu retorno ao cargo de Primeiro-ministro do Japão, ao mesmo tempo que apresenta contradições em relação às conexões do Japão com seus vizinhos (LECHEVALIER, MONFORT, 2016, p. 06).

No início do ano de 2013, o Primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, membro do Partido Democrata Liberal, implementou o pacote de políticas conhecido como “Abenomics”, que tinha como objetivo recuperar a economia japonesa após a bolha da década de 1980 e a “década perdida” vivenciada até o início dos anos 2000 pelo Japão. A fim de cumprir o objetivo econômico, a Abenomics teve como característica inicial suas “três flechas”, sendo essas: política monetária agressiva, política fiscal flexível, e por último, estratégia de crescimento através de uma reforma estrutural (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 01)

Como parte da primeira flecha, política monetária, o BOJ, seguindo a demanda do Primeiro-ministro, determinou uma meta de preços em 2% no “índice de preços ao consumidor” (CPI)<sup>27</sup> (HOSHI, 2013, p. 05) que seria alcançada em até dois anos, segundo o governador do BOJ nesse período, Haruhiko Kuroda. Tal resolução viria para atender o anseio de Abe em elevar a meta da inflação, ao mesmo tempo que ocorreria um avanço rumo a uma flexibilização ilimitada. A segunda meta que cobre a política fiscal corresponde a alguns estímulos a partir do aumento sobre impostos. Na terceira flecha, que abrange uma reforma estrutural, nota-se o esforço do governo em determinar

---

<sup>27</sup> “Consumer Price Index”

diferentes medidas, incluindo dentro do mercado de trabalho, a fim de alcançar um aumento no PIB (HAUSMAN, WIELAND, 2014).

Em 2015 o governo japonês adicionou três novas políticas para o grupo já existente. São essas:

- a) Uma economia forte que cria esperança: alcançar um PIB de 600 trilhões de ienes;
- b) Suporte para educação infantil para criar esperança: uma taxa de fertilidade em 1,8%;
- c) Segurança social para oferecer paz de espírito: medidas para eliminar casos de desistência do trabalho para garantir cuidado para as famílias a longo período (OGINO, 2017, p. 4).

A pesquisa irá focar somente no primeiro grupo de flechas levando em consideração que as três medidas adicionadas em 2015 não são demonstradas com tanto foco quanto as três flechas primárias, como é possível notar nos relatórios disponibilizados pelo governo japonês. Também é considerado que é nesse grupo que está presente o pacote de medidas que serão analisadas – a reforma estrutural. Para isso é necessário adentrar mais em cada uma das flechas a fim de compreender os objetivos iniciais apresentados pela Abenomics e também as alterações nas políticas presentes no pacote de Shinzo Abe com o fim de traçar uma rota na evolução das metas implementadas e compreender num todo o que é a Abenomics. Para isso, o presente capítulo será desenvolvido em três subtópicos, cada um buscando apresentar os objetivos de cada meta e as políticas implementadas a fim de atingi-los.

## 5.1 POLÍTICA MONETÁRIA

No documento aprovado pelo gabinete em 2013, “*Basic Policies for Economic and Fiscal Management and Reform – Ending Deflation and Revitalizing the Economy*”, consta como primeira medida parte da nova política monetária do governo Abe a meta de estabilidade de preços em 2% em relação à taxa de variação anual do índice de preços do consumidor (CABINET OFFICE, 2013) assumida pelo BOJ. A fim de alcançar essa meta o mais breve possível, o BOJ recorreu a um método que chamou

de “Otimização monetária quantitativa e qualitativa”<sup>28</sup> (QQE) (BANK OF JAPAN, 2013, p. 03, tradução própria.).

Dentro desse plano do BOJ foram implementadas medidas que determinavam um aumento na compra de títulos do governo japonês (JGBs)<sup>29</sup> assim como de “*exchange-traded fund*”<sup>30</sup> (ETF) (DE MICHELIS, IACOVIELLO, 2016, p. 03). O QQE também incluiu o fim e/ou suspensão de programas anteriormente implementados, como foi o caso do Programa de Compras de Ativos, e a suspensão temporária do “princípio das notas” a fim de dar espaço para o novo modelo do QQE. Não obstante, nota-se como principal característica desse período a aproximação do BOJ com o governo japonês. Em trechos do documento divulgado em 2013 pelo BOJ (Introdução da “Otimização monetária quantitativa e qualitativa”<sup>31</sup> (tradução própria), o mesmo relata que irá focar no QQE em troca do auxílio do governo japonês em outras áreas, representando um período de cooperação mútua entre as duas partes (BANK OF JAPAN, 2013, p. 01).

(...) Além disso, o governo - no comunicado conjunto divulgado ao Banco em janeiro - afirmou que a partir do “fortalecimento da cooperação entre o Governo e o Banco do Japão, seja possível promover constantemente medidas destinadas a estabelecer uma estrutura fiscal sustentável e assegurar a credibilidade da gestão fiscal.” Com base nesse reconhecimento, o Banco suspenderá temporariamente o chamado princípio das notas, na medida em que persegue a otimização monetária quantitativa e qualitativa (BANK OF JAPAN, 2013, p. 02, tradução própria)<sup>32</sup>

Durante o período de implementação do QQE ocorreu uma expansão do Programa de Compras de Ativos, possibilitando que o BOJ pudesse proceder com a compra de ativos financeiros sem data final, a partir desse novo comportamento do banco japonês foi introduzido o “método de compra de ativos abertos” (HOSHI, 2013, 05). Enquanto isso, o plano de Otimização monetária quantitativa e qualitativa manteve-se firme na agenda do BOJ nos anos seguintes a sua implementação; elevando o patrimônio total do banco japonês (DE MICHELIS, IACOVIELLO, 2016, p. 03),

---

<sup>28</sup> “Quantitative and Qualitative monetary easing.”

<sup>29</sup> “Japanese government bonds.”

<sup>30</sup> Fundo de investimento que é negociado na bolsa de valores da mesma forma que uma ação.

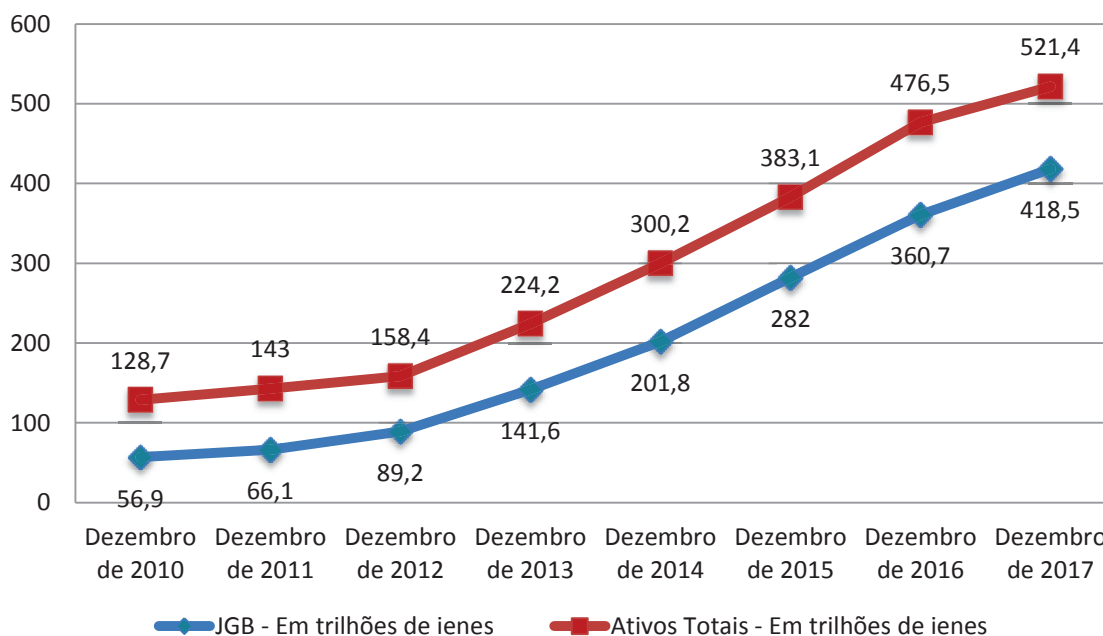
<sup>31</sup> Introduction of the “Quantitative and Qualitative Monetary Easing”

<sup>32</sup> “(...)In addition, the government --in the joint statement released with the Bank in January -- stated that “in strengthening coordination between the Government and the Bank of Japan, the Government will steadily promote measures aimed at establishing a sustainable fiscal structure with a view to ensuring the credibility of fiscal management.” Based on such recognition, the Bank will temporarily suspend the so-called banknote principle as it pursues the quantitative and qualitative monetary easing.”



conforme é possível observar no Gráfico 5 que apresenta o balanço patrimonial do BOJ considerando dados representativos do mês de dezembro de cada ano a partir de 2010.

GRÁFICO 5: BALANÇO PATRIMONIAL DO BOJ



Fonte: Japan Macro Advisors, 2018.

Lam (2015) vai além ao distinguir a parte quantitativa e qualitativa do QQE, enumerando que, como qualitativa, entrariam as partes de compra de JGBs a fim de elevar o vencimento médio de suas participações que agora chegariam a 7 anos. Para isso, o BOJ compraria também os títulos do governo de 40 anos. Já a parte qualitativa englobaria, segundo o autor, a compra de JGBs em 50 trilhões de ienes, que no ano seguinte chegou a 80 trilhões de ienes; os fundos negociados em bolsa por 1 trilhão de ienes, alcançando 3 trilhões de ienes em 2014; e a compra de títulos do governo japonês em cerca de 30 bilhões de ienes a partir de operações de mercado aberto a fim de dobrar a base monetária em cerca de dois anos, sendo esse último, elevado para 90 bilhões de ienes no ano que se seguiu (LAM, 2015, p. 52).

Tais feitos se mostram ainda mais surpreendentes ao considerar que previamente a eleição de Abe, o BOJ se mostrava contrário a políticas monetárias mais agressivas, mais especificamente falando, “relutante em expandir sua política monetária



agressivamente”<sup>33</sup> (HOSHI, 2013, p. 02, tradução própria.). A expansão da política monetária claramente pode trazer efeitos contrários ao que se pretende, como Saiki e Frost (2014) mencionam, encontram-se relatos na literatura que fazem uma conexão entre políticas monetárias não convencionais e seu impacto no consumo, preços de ativos, e aumento na desigualdade (SAIKI, FROST, 2014, p. 4447). Mas teriam sido esses os fatores que atrasaram o processo de adoção de uma nova política monetária por parte do BOJ?

Sendo ou não uma questão de ação e causa, para Hoshi (2013), a hesitação do BOJ é ainda mais perceptível após a bolha imobiliária de 2008 que ocorreu nos Estados Unidos e afetou economias no mundo todo. Segundo o autor, após a crise financeira global, o BOJ seguiu o rumo contrário de grandes bancos que buscavam aumentar seu balanço patrimonial, adotando essa política somente após Abe se tornar Primeiro-ministro e solicitar que o BOJ auxiliasse na política monetária japonesa (HOSHI, 2013, p. 02). Godo (2013, p. 118) também faz menção à hesitação do BOJ ao citar que a ausência de maior agressividade no aumento do estoque do dinheiro foi uma atitude criticada por diversos economistas.

Shimizu e Sato (2015, p. 02) apontam que o colapso do Banco Lehman Brothers durante a bolha 2008 elevou o valor do iene, o qual só passou por uma depreciação após a eleição de Abe e a implementação do pacote de estímulos a partir da Abenomics, elevando a importância da colaboração entre o governo e o BOJ.

No ano de 2016, quando o BOJ e o governo japonês já apresentavam um histórico de cooperação na área de política monetária, adotou-se um controle de curva de juros com dois principais eixos: o primeiro deles que busca, além dos estímulos à atividade econômica e preços, a redução da taxa de juros real a partir do controle que o BOJ teria sobre as taxas de juros normais a curto e longo prazo. Para isso, conforme declaração realizada em 2018 (BANK OF JAPAN, 2018), o BOJ adotou uma política para as taxas de juros que teriam que alcançar um mínimo de 0,1% ao ano em um período de curto prazo, se alterando para 0% em cerca de 10 anos.

O segundo complemento do controle de curva de juros tem relação com a busca pela superação da inflação, onde o BOJ continuaria a expandir sua base monetária até que o índice de preços ao consumidor<sup>34</sup> (CPI) excedesse a taxa de 2% e se mantivesse acima da mesma (CABINET OFFICE, 2018, p. 04).

---

<sup>33</sup> “(...) reluctant in expanding monetary policy aggressively.”

<sup>34</sup> “Consumer Price Index”

Questiona-se então se houve ou não eficácia na política monetária implementada por Abe. Fujiwara, Nakazono e Ueda (2014) determinam que o sucesso da política monetária japonesa a partir da Abenomics depende da sua capacidade de promover uma mudança repentina no regime, ou alterar a percepção dos agentes rumo a um caminho mais fortalecido (FUIJWARA, NAKAZONO, UEDA, 2014, p. 05).

Utilizando dados empíricos, um dado é facilmente observado a partir da análise do Gráfico 5 anteriormente apresentado: o BOJ adquiriu mais bens a partir da adoção de uma expansão na compra de ativos. Entretanto, no que tange a atingir a meta de 2% de inflação, até o ano de 2016 conforme dados levantados por Lechevalier e Monfort (2016), a Abenomics não conseguiu obter sucesso. Ainda assim, os autores não desconsideram o sucesso da Abenomics em dar fim a deflação<sup>35</sup>, assim como não negam a dificuldade na leitura de dados sobre o crescimento do PIB japonês quando comparado com outras economias (LECHEVALIER, MONFORT, 2016, p. 13).

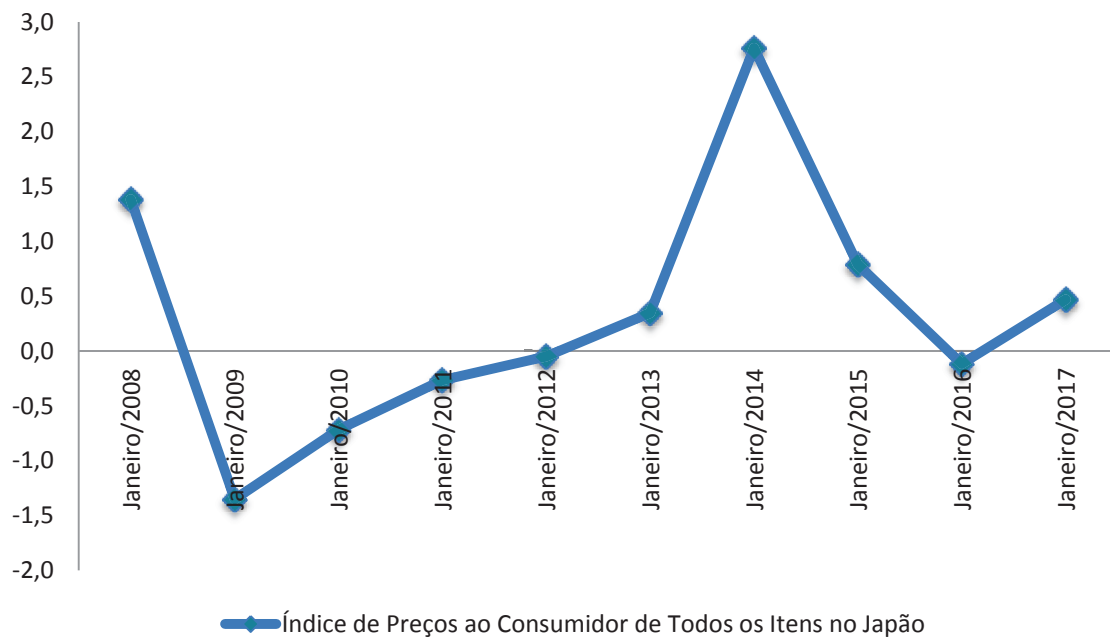
Ainda assim, em um relatório publicado pelo BOJ em 2015, a meta de 2% continuava pertinente, e ainda almejada através do QQE já que, segundo o BOJ, a QQE “(...) tem exercido seus efeitos pretendidos”<sup>36</sup> (BANK OF JAPAN, 2015, 03, tradução própria). Kiuchi ainda propôs que a meta de 2% fosse considerada como algo de médio a longo prazo, tendo o QQE como principal propulsor para alcançá-la, entretanto sua proposição foi derrotada por 8 votos contra 1 (BANK OF JAPAN, 2015, 04).

GRÁFICO 6: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE TODOS OS ITENS NO JAPÃO (UNIDADE DE MUDANÇA PERCENTUAL, FREQUÊNCIA ANUAL/MÉDIA)

---

<sup>35</sup> Hausman e Wieland (2015, p. 387) no artigo “Overcoming the Lost Decades? Abenomics after Three Years” também confirmam o sucesso da Abenomics em acabar com a deflação.

<sup>36</sup> “(...) as been exerting its intended effects”



Fonte: FRED Economic Data.

Yoshino e Hesary (2015) apontam que a política monetária do BOJ não teve o empenho esperado em elevar as taxas de investimento e demanda agregada, sendo a inflação alcançada fruto da depreciação do iene entre outras medidas aplicadas pelo governo, mas não necessariamente das medidas que fizeram parte do QQE. Para os autores, o governo deveria alterar seu foco para as políticas de crescimento e não para as políticas monetárias, já que para o mesmo, a partir de análises de dados empíricos, a política monetária representou uma pequena participação na demanda agregada, por exemplo (YOSHINO, HESARY, 2015, p. 246).

Goushi Kataoka<sup>37</sup> no ano de 2018 utilizou em seu discurso para líderes de negócios em Okayama novos planos para a política monetária do Japão. Segundo Kataoka, a meta de 2% no CPI anteriormente mencionada dificilmente seria alcançada até o ano de 2019 devido a três principais pontos: os problemas relacionados às condições financeiras acomodativas muito altas; já como segundo ponto Kataoka aponta como sendo necessária uma melhora no hiato do produto para elevar a taxa de inflação atual. E por fim, Kataoka menciona a elevação da inflação como um problema. Para Kataoka, as expectativas relacionadas ao aumento da inflação geram um impacto real nas taxas observáveis da inflação.

<sup>37</sup> Membro do conselho de políticas.

Kataoka propõe que o BOJ compre JBGs para que os rendimentos de JBGs com vencimento para 10 anos ou mais sejam menores. Essa medida viria a partir da maior flexibilização monetária como forma de corrigir os problemas anteriormente mencionados e atingir a meta de estabilidade pretendida. Para Kataoka, tal medida viria a elevar o número de investimentos fixos em negócios e traria também benefícios para o investimento imobiliário (BANK OF JAPAN, 2018, p. 07).

## 5.2 POLÍTICA FISCAL

“Sem revitalização econômica, não pode haver consolidação fiscal<sup>38</sup>” (CABINET OFFICE, 2016, p. 02). Essa foi uma das frases proferidas no encontro sobre política realizado em 2016 que abordou as mudanças e impactos já promovidos pelas metas da Abenomics. Essa frase sublinha a importância da correlação entre as medidas da Abenomics e a dependência que há entre elas, importância essa confirmada na criação da resolução “O Plano para o Avanço da Economia e Revitalização Fiscal” para o FY<sup>39</sup>2016-2020 que busca a revitalização de ambos os pontos a fim de “capitalizar na vitalidade do setor privado”<sup>40</sup> (CABINET OFFICE, 2015, p. 29).

No ano de 2013 com Abe no governo e as três flechas da Abenomics sendo o carro chefe da sua campanha, a consolidação fiscal se tornou parte do discurso econômico japonês, sendo utilizada como forma de resposta<sup>41</sup> ao aumento de gastos que ocorreram devido ao envelhecimento da população e crises internacionais como a de 2008, e o “estresse” enfrentando por instituições financeiras devido à baixa natalidade e número de empresas nacionais, fatores que poderiam afetar seu futuro (BANK OF JAPAN, 2018, p. 01).

Durante esse ano (2013), o debate sobre priorização de gastos tomou lugar de centro e corresponderam a uma das medidas presentes no primeiro pacote sobre política fiscal na Abenomics. Dentro desse pacote estavam incluídos: 1) revisar os gastos buscando aumentar sua eficiência, dando preferência para projetos que englobassem o crescimento econômico e provocassem um estímulo no setor privado; 2) busca por um

---

<sup>38</sup> “Without economic revitalization, there can be no fiscal consolidation.”

<sup>39</sup> Fiscal Year (Ano Fiscal)

<sup>40</sup> “(...) capitalizing on the vitality of the private sector”

<sup>41</sup> Godo também cita a política fiscal como resposta ao plano de governo anterior que cortou financiamentos para trabalhadores de construção com o *slogan* “dinheiro para as pessoas e não para o concreto” (tradução própria), gerando tensão entre o governo e as empresas de construção que passaram a apoiar o partido de Abe (GODO, 2013, p. 119).

crescimento sustentável e consolidação fiscal a partir de um resultado positivo da relação entre as três flechas da Abenomics onde a revitalização econômica auxiliaria na consolidação fiscal que, em ciclo, contribuiria para a revitalização econômica (CABINET OFFICE, 2013, p. 29).

A fim de complementar as políticas monetárias mencionadas no subtópico anterior, o Primeiro-ministro Shinzo Abe implementou alguns pacotes de estímulos fiscais que alcançou o montante de 10 trilhões de ienes já no ano de 2013. A flecha que engloba as mudanças na política fiscal trabalha justamente através de estímulos como esse realizado em 2013, sendo tais estímulos elaborados a fim de impulsionar a economia e reduzir o déficit público em um plano de curto prazo (HARARI, 2013, p. 08).

Durante esse primeiro período foi identificado que tais estímulos alcançavam cerca de 1% do PIB japonês, entretanto, os mesmos acabaram por ser afetados pelo aumento das taxas no mesmo período (HAUSMAN, WIELAND, 2014, p. 02). Já Harari (2013) cita que o pacote de estímulos teve um alcance muito maior, chegando a 2,2% do PIB naquele período.

Algumas das medidas iniciais incluíam um fundo para auxílio na prevenção de desastres naturais e reconstrução pós terremoto de 2011; revitalização de regiões; e por último, auxílio e incentivo aos novos e pequenos negócios (HARARI, 2013, p. 10).

No ano de 2014 o governo continuou seu discurso sobre a necessidade de um ciclo “saudável” entre a revitalização econômica e a consolidação fiscal, ainda colocando o cuidado com gastos públicos como parte central para atingir ambas as partes desse ciclo. Durante esse ano o governo buscava impedir que a situação fiscal tivesse algum efeito negativo sobre a revitalização econômica. Para isso, adotou o compromisso de buscar um sistema tributário com maior foco no crescimento. Nesse ano, a segurança social sustentável entrou em pauta como necessária em uma sociedade que estava envelhecendo e as taxas de natalidade estavam caindo, fazendo com que o governo mirasse um corte de gastos a fim de simplificar as despesas. As medidas do governo acompanharam uma estrutura de Plano fiscal à médio prazo, envolvendo políticas que buscavam a redução do déficit primário do governo central em relação ao PIB até o ano fiscal de 2015 a partir do FY2010 (CABINET OFFICE, 2014, p. 29).

O ano de 2015 foi justamente de saldo positivo para o *status* fiscal do Japão, apresentando uma significativa melhora. Segundo relatório do BOJ realizado no período, havia uma estimativa de aumento da receita fiscal para 54,5 trilhões de ienes no

FY2015. Para esse mesmo ano ocorreu também uma previsão de queda em relação ao *déficit* primário de governos nacionais e locais para o PIB quando comparado com FY2010 devido a, segundo relatório, o aumento na taxa de imposto sobre o consumo que alcançou 8%, assim como aumento da receita tributária (CABINET OFFICE, 2015, p. 02).

No ano de 2015 o governo mantinha três grandes iniciativas para a reforma fiscal:

- a) Mecanismos para suporte e revitalização da comunidade e motivação dos governos locais: o governo buscaria rever os desembolsos do tesouro nacional a fim de buscar maior revitalização da comunidade; criação de uma nova forma de subsídio onde os escritórios poderiam trabalhar de forma conjunta para garantir as fontes de receitas necessárias; busca da industrialização dos serviços públicos e reforma do sistema financeiro público local a partir da motivação para governos locais e subvenções fiscais.
- b) Racionalização dos gastos e efetividade no uso de recursos dos governos locais: incentivo para que os governos locais reformem e controlem seus gastos; estabelece uma reforma nacional das leis e decretos que impede a racionalização das receitas feitas diretamente pelo governo nacional ou governos locais;
- c) Maior uso de TI e reformas operacionais: introdução do “*My Number system*”<sup>42</sup> que irá auxiliar na construção da confiança da sociedade em relação ao uso de TI pelo governo e garantirá a redução de custos em relação aos sistemas de informação do governo (CABINET OFFICE, 2015, p. 55).

O governo também determinou nesse ano que a reforma sobre despesas seria levada adiante sem exceções, englobando também o setor da educação, ciência e tecnologia, diplomacia internacional, e segurança e defesa nacional.

Em relação à educação o governo acionou um plano que engloba rever o orçamento com base no papel que determinada escola tem em sua comunidade, na revitalização de pequenas escolas e, por último, reabrir escolas anteriormente fechadas. Há ainda inclusos planos de contratação de professores temporários, aumento de aulas oferecidas *online*, e a fusão de universidades, assim como, o encorajamento da cooperação entre as mesmas. Para a diplomacia internacional o governo propõe o uso da Assistência Oficial ao Desenvolvimento<sup>43</sup> (ODA) de forma estratégica utilizando

---

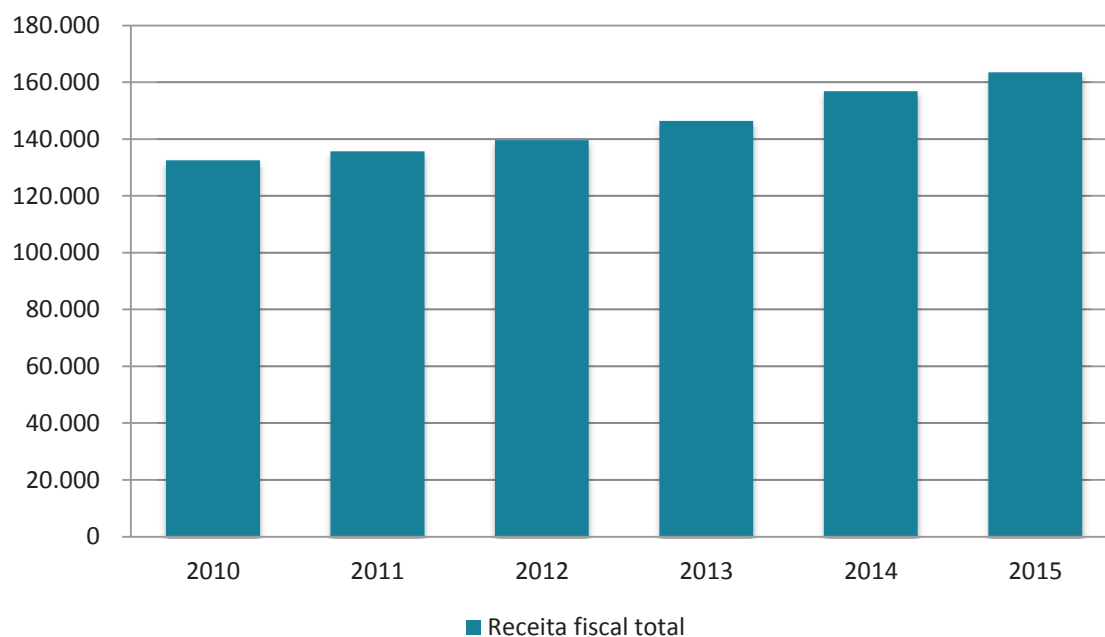
<sup>42</sup> “Sistema meu número” (tradução própria)

<sup>43</sup> “Official Development Assistance”

recursos do sistema privado a fim de também garantir a expansão da atividade desse setor. O governo também propôs esforços de reavaliar as contribuições feitas para organizações internacionais a partir de métodos quantitativos e multidimensionais. Para o setor de segurança há o plano de melhora na relação custo-efetividade a partir de um programa a médio prazo (CABINET OFFICE, 2015, p. 56).

No ano seguinte o governo anunciou uma política de adiamento no aumento do imposto sobre consumo (seria postergado para 2019). O governo buscava também alcançar um *superavit* primário até FY2020 (CABINET OFFICE, 2016, p. 08). O Gráfico 7 abaixo apresentado demonstra a alteração no número da receita fiscal total entre os anos de 2010 e 2015.

GRÁFICO 7: RECEITA FISCAL TOTAL (UNIDADE EM IENES/BILHÕES)



Fonte: OECD.

Nesse ano, os indicadores chaves de performance<sup>44</sup> (KPIs) seriam utilizados no programa de revitalização econômica e fiscal como forma de mensurar o progresso das reformas implementadas e servir como base de análise do governo. No ano de 2016 também houve continuidade no discurso de esforços cooperativos entre governo nacional e governo local como, por exemplo, a orientação para que os governos locais

<sup>44</sup> “Key performance indicators”

revisassem seus gastos públicos. O governo também adotou o ciclo de PDCA<sup>45</sup> como importante mensuração dos planos implementados, junto ao KPIs. Para garantir a efetividade do PDCA o papel de inspecionar, avaliar e conduzir os processos ficaria a cargo do Comitê de promoção da reforma econômica e fiscal. A divulgação de dados e o trabalho dos escritórios governamentais em analisar os progressos também fariam parte de um plano que busca garantir a eficácia do PDCA. (CABINET OFFICE, 2016, p. 52)

Assim como no ano anterior foram promovidas políticas em vários setores a fim de alcançar uma otimização dos gastos públicos. No ano de 2016 o governo também propôs medidas no campo de saúde onde previa cortar pela metade a lacuna regional de gastos médicos e revisar a política de otimização de gastos médicos, e foram também implementadas medidas em relação à revisão dos preços de seguro de vida nacional. O governo manteve as políticas na área de educação previstas no ano anterior, aplicando-as ao ciclo de PDCA. Outra medida se faz em relação à Paridade do Poder de Compra<sup>46</sup> (PPP) e Iniciativas de Finanças Privadas<sup>47</sup> (PFI) que busca garantir que as atividades de negócios cheguem a 21 trilhões de ienes em cerca de 10 anos, e que ocorra a expansão de concessões. Houve também o planejamento de que governos com até 200,000 habitantes concedessem prioridade aos planos de PPP/PFI a fim de garantir o desenvolvimento de projetos já estabelecidos (CABINET OFFICE, 2016, p. 61). Abaixo, no Gráfico 8, é possível notar a variação do PIB com base no PPP entre os anos de 2008 a 2014.

#### GRÁFICO 8: PRODUTO INTERNO BRUTO COM BASE NA AVALIAÇÃO DA PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) DO PIB DO PAÍS (UNIDADE EM DÓLAR/BILHÕES)

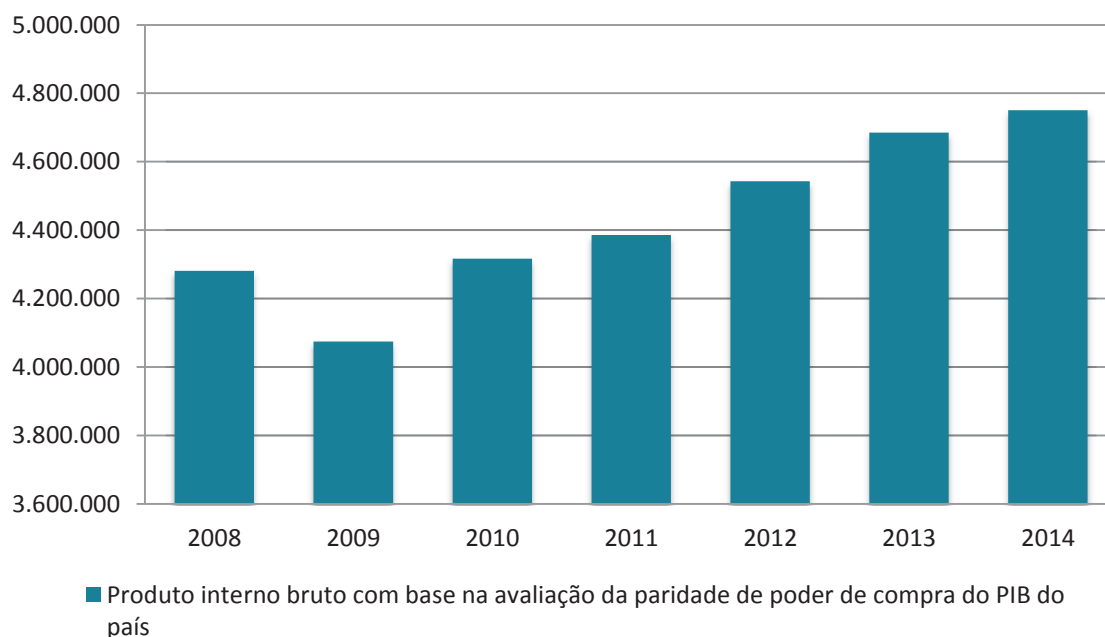
---

<sup>45</sup> Plan-Do-Check-Act

<sup>46</sup> “Purchasing Power Parity”

<sup>47</sup> “Private Finance Initiatives”





Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, 2015.

Watakabe (2015) aponta que uma das metas da política fiscal de Abe já atingiu alguns saldos positivos, como é o caso da recompensa sobre o *swap* de inadimplência de títulos do governo que apresentou um declínio entre os anos de 2012 e 2014, saindo de 155,77 ponto base para 37 (WATAKABE, 2015, p. 129). O autor ainda aponta mais alguns aspectos positivos da política fiscal alcançada pela Abenomics, mas faz a sugestão de uma política mais voltada para reforma, e não tanto para a consolidação fiscal.

No ano de 2016 os planos governamentais mantinham o objetivo de trabalho mútuo entre governos locais e o governo nacional, adicionando a meta de revisar possíveis aumentos de gastos no setor de suporte à família, à criança e à educação que teriam seus recursos obtidos de vendas de ativos entre outros. Nesse ano o governo manteve seu discurso sobre gastos,

Para melhorar a qualidade da administração fiscal e abordar os problemas atuais, os conteúdos relativos a gastos serão drasticamente alterados. (...) As prioridades (de gastos) serão determinadas a partir da perspectiva de, se os gastos contribuirão tanto para a revitalização econômica quanto para a consolidação fiscal. (...) <sup>48</sup> (CABINET OFFICE, 2016, p. 51, tradução própria.)

<sup>48</sup> “To improve the quality of fiscal administration and to address present problems, contents with regard to spending will be drastically changed. (...) Priorities will be determined from the perspective of whether the spending contributes to both economic vitalization and fiscal consolidation. (...)”

Nesse ano o governo também comunicou que estaria utilizando métodos para revisar os programas que faziam parte do desembolso do tesouro a fim de garantir que cada programa utilize eficazmente seu orçamento. O uso desse orçamento também deverá considerar as condições em que determinado programa estará inserido. Tal avaliação será realizada a partir de um método transversal que irá auxiliar no controle.

Determinadas agências do governo nacional serão responsáveis por criar e acompanhar indicadores para os desembolsos do tesouro. Tais medidas se dão devido ao conhecimento do governo de que o PDCA não seria capaz de servir como monitoramento único sobre o desembolso do tesouro japonês. Ainda assim, o ciclo de PDCA continua sendo uma importante ferramenta e são notáveis os esforços governamentais em otimizá-lo (CABINET OFFICE, 2016, p. 52).

Em 2017 o governo apresentou uma visão positiva em relação a sua economia, reconhecendo sua gradual melhora. A política de realocar gastos de forma inteligente buscando garantir a efetividade continuou, priorizando o processo de decisões sobre o assunto a partir de discussões no Conselho de Política Econômica e Fiscal (CABINET OFFICE, 2017, p. 47).

Outra medida que também fez parte do pacote de intervenção fiscal foram os empréstimos domésticos. No Relatório do Sistema Financeiro publicado em 2018 pelo BOJ consta um aumento em cerca de 2% ao ano de empréstimos domésticos realizados por instituições financeiras. O aumento no número de empréstimos foi identificado para os grupos de indivíduos e pequenas empresas. O relatório também apresenta um aumento na duração de empréstimos a fim de interferir nas taxas de juros sobre os empréstimos bancários, diminuindo sua queda sobre empréstimos para grandes empresas (BANK OF JAPAN, 2018, p. 14).

### 5.3 REFORMA ESTRUTURAL

A reforma estrutural faz parte da terceira flecha da Abenomics denominada “estratégia de crescimento”, caracterizada por abranger diversos pontos estratégicos em âmbito doméstico a fim de estimular a economia japonesa. Em um discurso proferido em 2014, o vice-primeiro-ministro, Taro Aso, inclui como parte dessa estratégia de crescimento a aliança com outros países (o que nesse período incluiu a adesão do Japão ao Acordo do Trans-Pacífico (TPP – *Trans Pacific Partnership*), a criação de novas

indústrias na área de saúde, cuidados médicos e meio ambiente, assim como, aumentar a competitividade para o setor de agricultura, e por fim, reforçar a participação de mulheres e jovens na sociedade, e também, das atividades econômicas (ASO, 2014, p. 03).

O vice primeiro-ministro ainda no mesmo ano enumerou dez principais aspectos da estratégia de crescimento, conforme apontado por Yoshino e Taghizedh-Hesary (2014, p. 12), que consistem em: 1) a expansão do consumo doméstico através do aumento no número de contratações; 2) aumento de impostos para cobrir maiores gastos com seguridade social; 3) eficiência nos gastos governamentais com o objetivo de diminuir o *déficit* orçamentário sobre o PIB; 4) auxílio governamental na área de cuidados infantis a fim de incentivar as mulheres a participar do mercado de trabalho, assim como, incentivo aos aposentados a continuar trabalhando; 5) implementação de um sistema regional de atendimento médico; 6) fundo para desastres; 7) aumento na oferta de bolsas e gastos sobre pesquisas; 8) aumento no fundo para reparação de infraestrutura; 9) facilitação de crédito para pequenas e médias empresas executarem pesquisas<sup>49</sup>; 10) aumento da competitividade do setor agrícola.

Um dos aspectos que mais demonstrou obter atenção do governo, solidificando sua importância para o sucesso da terceira flecha, é o que faz menção ao mercado de trabalho japonês, um dos principais focos na questão de “aumento da produtividade” levantada pelo governo. O Primeiro-ministro Shinzo Abe apresentou diversas medidas que buscam, segundo discurso do governo, implementar um mercado de trabalho mais “flexível” e buscar driblar o aumento na taxa de desemprego nacional que vem crescendo desde os anos 1990 (WAKATABE, 2015, p. 05).

No plano apresentado em 2017 pelo Governo do Japão, cinco principais aspectos foram levantados como mecanismos de garantir as mudanças no meio de trabalho e, conseqüentemente, auxiliar no crescimento econômico japonês. São esses:

- a) “Pagamento uniforme para trabalho uniforme”<sup>50</sup>: essa medida busca através de legislação garantir a eliminação de lacunas nas condições de trabalho entre indivíduos contratados regularmente e os que executam trabalhos temporários;

---

<sup>49</sup> O investimento em programas de auxílio a pequenas e médias empresas tem base na importância que as mesmas exercem sobre a economia japonesa ao contratar a maior parte da população e representar mais de 99% dos negócios (YOSHINO, TAGHIZADEH-HESARY, 2017, p. 142).

<sup>50</sup> “Equal pay for equal work”.

- b) Controle do excesso de trabalho: revisar a legislação e garantir que o funcionário somente execute as horas de trabalho permitidas, evitando um elevado aumento nas horas de trabalho;
- c) Recursos humanos e auxílio no retorno ao mercado: criação de programas de auxílio para mulheres que estão retornando da licença maternidade poderem se reintroduzir no mercado de trabalho, assim como auxílio a outros grupos da sociedade que buscam a aderir novamente no mesmo;
- d) Estilos flexíveis de trabalho: incentivo por parte do governo ao indivíduo de adquirir diversos trabalhos e/ou trabalhos extras;
- e) Novos programas escolares para crianças: incentivo para que as crianças busquem o ensino superior independente de sua condição social (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017, p. 03).

Essas medidas são acompanhadas de um discurso de maior diversidade na força de trabalho, o que apresenta uma sincronia com as medidas que buscam a reintrodução de mulheres nesse campo, por exemplo.

No plano apresentado em 2018 (THE GOVERNMENT OF JAPAN, p. 07), o governo japonês manteve o discurso sobre flexibilização no mercado de trabalho onde medidas como promoção da educação independente da classe social se mantiveram ativas, agora sendo mais profundamente exploradas a partir de novos programas.

Uma dessas medidas faz menção ao acesso gratuito à educação para crianças de famílias de baixa renda; é também mencionada a oferta de educação gratuita ainda na infância para crianças entre três e cinco anos e crianças de famílias de baixa renda até os dois anos de idade. Outra resolução é a reforma de universidades assim como outros centros de educação superior a partir da contratação de profissionais de diversas áreas.

Não obstante, há críticas em relação ao foco na flexibilização dentro do mercado de trabalho planejada pelo Primeiro-ministro japonês. Shibata (2017, p. 11) argumenta que as políticas e incentivos governamentais em busca dessa flexibilização acabarão por causar um efeito contrário ao pretendido, onde a média salarial apresentará uma queda devido às novas práticas trabalhistas, o que seria agravado, segundo o autor, pela ausência de monitoração das novas horas trabalhadas.

Para Shibata, as medidas implementadas dentro da Abenomics no que concerne o guarda-chuva de estratégias de crescimento acabariam por beneficiar as grandes indústrias – ainda que haja políticas de auxílio a setores menos competitivos – acelerando o processo do neoliberalismo dentro do Estado japonês.

Já Bojkova (2015) vê o lado positivo da flexibilização nas horas de trabalho ao mencionar a questão demográfica no Japão onde cada vez identifica-se uma sociedade com alta expectativa de vida, mas baixa natalidade, causando um cenário de preocupação em relação ao futuro do país (BOJKOVA, 2015, p. 15).

Voltando para as medidas governamentais, no setor de seguridade social, o governo introduziu a medida de aumento na capacidade de centros de cuidados a crianças, uma medida que se interliga com política de reintrodução das mulheres no mercado de trabalho. Junto a isso o governo propôs a melhora nas condições de contratação e emprego a fim de garantir a diminuição para zero de indivíduos que deixam o trabalho para cuidar dos filhos (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 08).

Em um esforço de enriquecer a literatura em inglês sobre a Abenomics, Kushida (2018) listou algumas das medidas presentes na terceira flecha da Abenomics, na qual pode-se observar que se estende para questões de saúde e mobilidade, além de seguridade social e mercado de trabalho, e ainda inclui outros pontos.

Em suma, no que tange a área de saúde e medicina, o governo implementou medidas que buscavam aumentar a expectativa de vida, assim como modernizar os hospitais e avançar no mercado de tecnologia da área. Para o campo de mobilidade para pessoas com deficiência o governo planejou medidas de avanço tecnológico com foco em veículos; para as redes de fornecimento as medidas se concentraram no aumento da produtividade em, pelo menos, 2%, assim como em incentivos para que as indústrias colem e utilizem dados na resolução de problemas. Na área de infraestrutura há a ideia de maior uso de tecnologia nas cidades e aumento na produtividade na área da construção. Já para a área de Fintech há o incentivo governamental para que instituições financeiras adotem novas tecnologias. Para o setor de energia o foco parece se manter em trabalhar sobre energias renováveis, principalmente em casas, mas também diminuir o número de automóveis que utilizam energia não renovável, entre outras políticas. Políticas para transparência de dados dos municípios também fazem parte da terceira flecha, buscando tanto a redução de custos quanto a centralização de dados. Políticas nas áreas de propriedade intelectual, simplificação do trabalho administrativo para fins de redução de custos, cibersegurança e desenvolvimento do setor agrícola e de pesca também estão inclusos no pacote de estratégias de crescimento (KUSHIDA, 2018, p. 282).

O incentivo ao estudo assim como mudanças na área de trabalho ainda detém o maior número de resoluções apontando para um foco governamental. Grande parte dessa decisão parece estar ligada com a constante preocupação do governo em relação ao declínio de nascimentos e o avanço no envelhecimento da população.

Em 2017, durante uma reunião sobre o tema, o Primeiro-ministro japonês coloca a renovação e desenvolvimento de universidades como um importante aspecto para garantir que os jovens tenham maior acesso à educação, o que Abe classificou como importante já que os jovens seriam “a fonte de vitalidade regional” (SHINZO, 2017, p. 01).

Nos últimos 15 anos, o número de jovens nas regiões diminuiu em 5 milhões de pessoas. Já se passaram três anos desde que começamos a revitalização regional, mas a realidade é que ainda não interrompemos essa tendência. (...) O Governo como um todo vai trabalhar na revitalização de regiões dinâmicas onde os jovens podem sentir que podem viver cheios de sonhos e esperanças de seu futuro. Promoveremos o desenvolvimento de esplêndidas universidades regionais que atrairão estudantes não apenas do Japão, mas de todo o mundo, para estudos em todos os campos, incluindo ciência avançada, turismo e agricultura. Apoiaremos fortemente os esforços dos jovens com novas ideias para iniciar novos negócios, alavancando a vitalidade nas regiões. Devemos avançar a revitalização regional que faz com que os jovens sintam que as regiões abrigam oportunidades como lugares para estudar e trabalhar. (...) <sup>51</sup> (SHINZO, 2017, p. 01, tradução própria)

Outro campo explorado pela terceira flecha da Abenomics é em relação ao aumento do investimento direto estrangeiro (IDE), que apresenta níveis baixos quando comparado com outros países economicamente avançados (HOSHI, 2017, p. 152). Para fins de alcançar esse objetivo o governo japonês adotou um perfil de “país amigável” para investimentos sobre o *slogan* “*Invest in Japan, the Land of Rising Opportunities*”<sup>52</sup> utilizado no plano de governo publicado no início de 2018 (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 10). Dentro do programa de incentivo ao IDE, o governo propôs atrair empresas estrangeiras, assim como criar uma base de comunicação entre empresas

---

<sup>51</sup> “Over the past 15 years, the number of young people in the regions has declined by 5 million people. It has been three years since we began regional revitalization, but the reality is that we still have not put a halt to that trend. (...) The Government as a whole will work on the revitalization of dynamic regions where young people can feel that they can live full of dreams and hopes for their future. We will promote the development of splendid regional universities that will draw students from not just around Japan but around the world, for studies in every field including advanced science, tourism, and agriculture. We will strongly support endeavors by young people with fresh ideas to start new businesses leveraging vitality in the regions. We must advance regional revitalization that makes young people feel that the regions hold opportunities as places to study and work.”

<sup>52</sup> “Invista no Japão, terra das oportunidades em ascensão” (tradução própria).

nacionais e internacionais para facilitar a criação de alianças<sup>53</sup>. A redução de taxas para empresas nacionais também foi elaborada como forma de incentivar a produção interna. Essas políticas se mantiveram no plano lançado no ano seguinte, onde o governo continuou a estimular a comunicação entre investidores e corporações a partir da criação de códigos de governança que viriam a facilitar essa interação.

No plano publicado em 2017, o governo japonês utilizou-se de algumas características do país como forma de atração de investimentos como, por exemplo, o crescimento econômico interno, mercado sofisticado, inovação, infraestrutura e qualidade de vida. Grande parte está ligada pela conexão que o governo decidiu fazer entre a atração de investidores e a criação de um ambiente propício de trabalho para expatriados (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017, p. 10), o qual será debatido mais em detalhe em um subtópico a seguir.

Não obstante, uma das reformas presentes na terceira flecha da Abenomics que atraiu grande atenção de pesquisadores e demonstra uma real importância no sucesso da política se faz em relação ao mercado de trabalho japonês. Aoyagi e Ganelli (2015) elaboram que o conceito de trabalho como sendo algo para a toda vida (funcionários vitalícios)<sup>54</sup> perdurou tempo suficiente e não mais supre as necessidades do país. Parte dessa mudança na organização de trabalho foi percebida a partir da bolha e posteriormente alavancada durante o período da década perdida no Japão, onde a fim de driblar a queda na oferta de empregos, iniciou-se o processo de contratações de funcionários não regularizados (AOYAGI, GANELLI, 2015, p. 107). Esse evento não somente passou a afetar a vida daqueles que ainda mantinham a ideia de um emprego para a vida, como também somou-se aos fatores demográficos no Japão, criando uma espiral de problemas relacionados à falta de mão de obra no mercado japonês.

Em uma análise empírica que buscava avaliar as mudanças na dinâmica do mercado de trabalho, Hamaaki *et al* (2012) notaram uma nova tendência para que recém-graduados não mais se comprometessem com somente uma empresa, enquanto que, para funcionários mais velhos, não são disponíveis as mesmas oportunidades, os limitando a continuar em seus cargos atuais. Essas mudanças na organização doméstica japonesa tendem a continuar modificando-se devido às políticas como a Abenomics que

---

<sup>53</sup> O governo japonês criou o site “J-GoodTech” como plataforma de conexão entre, segundo o site, “pequenas e médias empresas e o mundo”.

<sup>54</sup> Hamaaki *et al.* resumem e caracterizam o termo “funcionários vitalícios” como sendo funcionários contratados logo após sua graduação que permanecem na mesma empresa até sua aposentadoria (2012, p. 813).

visam ajustar o mercado de trabalho às novas dinâmicas de mercado e da sociedade. A importância e contemporaneidade de uma análise sobre tais modificações, conforme mencionam Hamaaki *et al*, se dá devido ao seu impacto no dia-a-dia dos indivíduos, e não somente nas corporações (HAMMAKI, *et al*, 2015, 843), representando novas formas de organização social e participação na economia.

GRÁFICO 9: EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCIMENTO



Fonte: FRED Economic Data, 2018.

O próprio governo japonês reconhece a importância das políticas aplicadas sobre o mercado de trabalho argumentando que as dificuldades em relação ao rápido envelhecimento (ver Gráfico 9 que apresenta o avanço da expectativa de vida no Japão) de sua população serão em breves desafios para outras grandes nações, o que colocaria o Japão como um pioneiro na criação de um “modelo social” que poderá ser seguido no futuro por outros países (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 4).

A fim de analisar mais a fundo as medidas aplicadas para os três grupos que fazem parte dessa análise, o presente subcapítulo se dividirá em três sub-tópicos dedicados a aprofundar as propostas governamentais estabelecidas em relação ao mercado de trabalho.



### 5.3.1 IDOSOS

“A maior questão estrutural que a economia japonesa enfrenta é o rápido envelhecimento da sociedade e o encolhimento da população; no entanto, vemos esse desafio como uma oportunidade.”<sup>55</sup> (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 04, tradução própria.). O discurso da Abenomics sobre a situação enfrentada em relação ao envelhecimento da população<sup>56</sup> e queda na natalidade acompanha uma política baseada em “diversidade” do mercado de trabalho. Segundo o próprio discurso da Abenomics, a queda no número de indivíduos aptos a fazerem parte do mercado de trabalho causa a necessidade de incluir outros grupos da sociedade dentro desse mercado, o que inclui os indivíduos já aposentados.

Segundo relatório provisório disponibilizado pelo “Conselho para a realização da reforma do estilo de trabalho”, as políticas que trabalham com a introdução dos aposentados no mercado de trabalho também qualificam uma mudança no perfil geral de contratações. A partir desse discurso observa-se o esforço em diminuir a importância da idade na dinâmica profissional.

O ponto-chave da promoção do emprego dos idosos é a realização de uma “sociedade sem idade”, onde as pessoas podem ser avaliadas de forma justa de acordo com suas capacidades ocupacionais, independentemente de suas idades. Isso também levará ao aumento da motivação dos jovens, bem como ao dinamismo de toda a empresa.<sup>57</sup> (Council for the Realization of Work Style Reform, 2017, p. 34)

Segundo Xing (2016) o número de indivíduos com idade para fazer parte do mercado de trabalho caiu para mais de um milhão ao ano recentemente, sendo que em 2015 26,6% da população tinha 65 anos ou mais (ver Gráfico 10 abaixo). Para esse obstáculo é uma mudança natural quando considerada a sociedade moderna japonesa, causando impactos na demanda agregada e exercendo uma pressão para baixo sobre os preços (XING, 2016, p. 80).

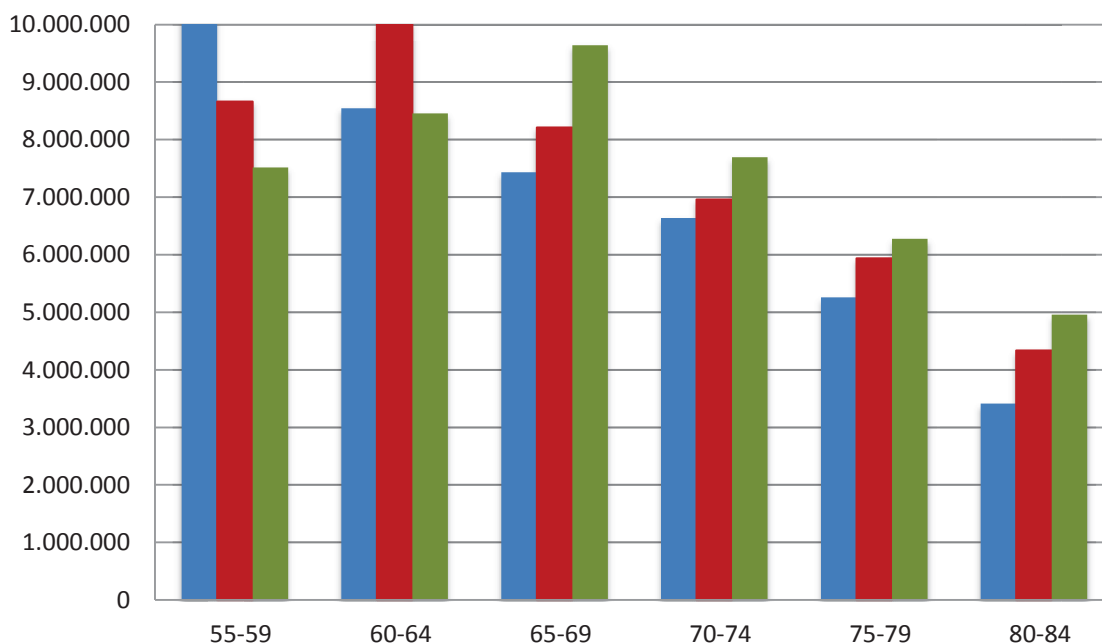
---

<sup>55</sup> “The greatest structural issue facing the Japanese economy is the rapidly progressing aging society and a shrinking population, yet we see this challenge as an opportunity.”

<sup>56</sup> A temática de inclusão dos idosos no mercado de trabalho não está presente no relatório da Abenomics divulgado pelo governo em junho de 2015. Nesse relatório o tópico de aumento de produtividade se foca em três grupos: expatriados, mulheres e condições de trabalho. Percebe-se nos relatórios dos anos seguintes que o tópico de condições de trabalho se mostra presente de uma forma mais geral, e não como um tópico isolado.

<sup>57</sup> “The key point of promotion of employment of the elderly is to realize an “ageless society,” where people can be fairly evaluated according to their occupational capacities regardless of their ages. This will also lead to increase in motivation of young people as well as dynamism of the entire company.”

GRÁFICO 10: POPULAÇÃO JAPONESA POR IDADE (2005-2010-2015)



Fonte: Gráfico criado com base nos dados apresentados em National Institute of Population and Social Security Research, 2012.

As políticas para esse grupo social têm forte apoio em duas principais medidas, a primeira concentrada em prover a liberdade de escolha em relação ao tempo de serviço para a aposentadoria. Ou seja, o indivíduo teria a opção de estender o seu tempo de trabalho antes da aposentadoria, assim como, as empresas também teriam essa opção. A segunda política na qual a Abenomics promove a participação de idosos no mercado de trabalho é através de suporte a abertura de vagas adequadas para esse grupo (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017 e THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018).

O aumento na idade média para aposentadoria já havia sido mencionado no trabalho de Aoyagi e Ganelli em 2015, que afirmavam que tal medida não somente auxiliaria no avanço no número de participação no mercado de trabalho, mas também reduziria o custo do sistema de pensões, causando um impacto na perspectiva fiscal do país. Não obstante, os autores não ignoraram o impacto negativo que tais medidas podiam ocasionar no mercado de trabalho ao criar possíveis desigualdades para os jovens adentrando o mercado de trabalho, assim como as dificuldades a serem enfrentadas para implementar uma medida que busca a reintrodução de idosos em um

mercado que preza pela performance e flexibilidade do funcionário (AOYAGI, GANELLI, 2015, p. 115).

Até o mês de março de 2017, o informativo divulgado no site do Governo Japonês contava também com uma terceira política destacada para a reintrodução de idosos no mercado de trabalho. Essa terceira política envolvia a ideia de que empresas teriam que estabelecer um sistema de licença para cuidados familiares a ser ofertada para que os funcionários de idade mais avançada pudessem continuar na empresa e, ainda assim, cuidar de familiares que necessitem de cuidado constante (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017).

Essa medida de certa forma encontra-se ligada a outra também parte da Abenomics, entretanto, com maiores expectativas e planejamento mais claro. Essa medida é denominada como uma “melhoria no ambiente para os cuidados de enfermagem” que faz parte de uma nova “flecha” inserida na Abenomics durante seu “segundo estágio” ao fim do ano de 2015, nomeada como “Ninguém é obrigado a deixar seu trabalho para exercer cuidados de enfermagem”. A ligação dessa medida à promoção de retorno dos aposentados para o mercado de trabalho está ligada com dados que demonstram que cerca de 100 mil pessoas deixaram seus postos de trabalho em 2012 para poderem cuidar de um familiar ou relativo. O Governo japonês também apresenta dados de que cerca de 15% dos indivíduos que tiveram que deixar o mercado de trabalho alegaram que a falta de serviços de enfermagem foi o motivo para deixarem seu emprego.

Ao considerar esses dados, o governo decidiu por traçar um plano no aumento de profissionais capacitados para a tarefa de enfermagem. Para isso o governo estabeleceu um plano para criar um esquema de desenvolvimento de carreira que auxiliaria em um processo de diminuição da lacuna salarial<sup>58</sup> entre enfermeiras e trabalhadores em outros setores (ver Tabela 4 abaixo). O uso de tecnologia também seria necessário a fim de cobrir a falta de mão de obra nesse setor, o que seria acompanhado por medidas que buscariam estender o tempo de trabalho de enfermeiras que a princípio, apresentariam uma tendência em deixar seu trabalho apresentando uma taxa de 16,5% de evasão (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 05). Mais informações sobre as medidas que fazem parte desse programa podem ser encontradas em sua extensão no Apêndice A - Desafios e medidas para o

---

<sup>58</sup> Previsão de um aumento salarial de cerca de 10,000 ienes por mês.

alcance da meta de “Ninguém obrigado a deixar seu trabalho para exercer cuidados de enfermagem”.

TABELA 4: DADOS COMPARATIVOS ENTRE ENFERMEIROS E PROFISSIONAIS DE OUTROS SERVIÇOS

	<b>Enfermeiros</b>	<b>Outros serviços interpessoais</b>
Salário incluindo bônus (mensal)	262,3 mil ienes	273,6 mil ienes
Tempo de duração do serviço	6,1 anos	7,9 anos
Taxa de saída do cargo	16,5%	15,5%

Fonte: Tabela criada pelo autor com base nos dados encontrados em Primer Minister of Japan and His Cabinet, 2016.

As medidas propostas buscam aumentar o número de pessoas certificadas para trabalhar em cuidados de enfermagem para 500 mil pessoas até o FY2020, um grande avanço quando comparado ao número de fato identificado no ano de 2013 que chegava a somente 150 mil pessoas (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 05). Não obstante, o aumento no número desses profissionais tem um impacto direto no sucesso de outra medida que busca acabar com a longa lista de espera de idosos que pretendem fazer parte de casas de cuidados intensivos.

As problemáticas com essa área profissional não estão relacionadas somente ao número de indivíduos especializados, mas também ao período total que exercitam essa tarefa. De acordo com dados divulgados pelo governo japonês em 2016, o tempo médio em que profissionais de cuidados de enfermagem continuam no exercício da atividade é de 6,1 anos, sendo a média de remuneração mensal ¥262,3 mil. A remuneração seria apontada como um dos principais motivos pelas baixas taxas de profissionais na área.

As medidas relacionadas à melhora desse cenário são:

- a) O desenvolvimento de um plano de carreira a partir do ano de 2017, e um aumento médio mensal no salário de ¥10,000;
- b) A melhora nas condições de trabalho;
- c) Oferta de empréstimos (em um modelo de “empréstimo perdoável”) para que estudantes que desejam se tornar enfermeiros possam pagar as taxas relacionadas à sua educação. Haverá a melhora nas condições de indivíduos que já são profissionais da área que não estão praticando a profissão, mas

querem retomá-la. Essa medida teria impacto direto em grandes cidades ou locais de áreas de desastres;

- d) Como atividade “periférica” haverá a promoção do uso de mão de obra de indivíduos na terceira idade como uma forma de emprego intermediário;
- e) Haverá a distribuição de informações para estudantes e seus responsáveis sobre a profissão, assim como o incentivo a partir da criação de créditos a partir de atividades de estágio;
- f) A partir do aprimoramento da mão de obra no Gabinete Público de Segurança do Emprego, haverá a promoção de recrutamento no setor de cuidados de enfermagem (Primer Minister of Japan and His Cabinet, 2016, p.55).

O governo também estabelece medidas que introduziriam robôs especializados para a área de cuidados de enfermagem como uma forma de auxílio considerando as baixas taxas de profissionais na área.

Como forma de apoiar as iniciativas voltadas para a reintrodução dos idosos no mercado de trabalho o governo japonês também utiliza de dados da própria população, sendo um desses, a porcentagem de indivíduos já aposentados que desejam continuar trabalhando. Segundo o governo japonês, mais de dois terços (65,9%) desse grupo demonstra o anseio em continuar no mercado de trabalho, sendo que somente 22% dos mesmos obtêm sucesso em encontrar um emprego (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 01).

A fim de criar um incentivo para que as empresas contratem esses indivíduos o governo propôs suporte às companhias que decidissem por estender o tempo de trabalho até os 65 anos. Acompanhado dessa medida está um discurso que aborda a dificuldade das empresas em encontrarem profissionais especializados para determinadas funções, sendo então os profissionais já aposentados uma alternativa, sendo que esses ainda “teriam muito a contribuir para a economia japonesa”. Essa medida teria início em FY2016 se estendendo até FY2020<sup>59</sup> ano de avaliação interna sobre os efeitos das ações governamentais. A partir de 2021 o governo já estabeleceria novas políticas de acordo com os resultados observados (PRIMER MINISTRY OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 03).

---

<sup>59</sup> Intervalo de tempo nomeado pelo governo como “Período de Esforços Concentrados”.

Essas medidas tiveram início em FY2016 se prolongando até o ano de FY2019. Em 2020 o governo pretende fazer uma avaliação dos efeitos desses incentivos na relação entre empregabilidade e aposentados. A partir de FY2021 o governo pretende elaborar novas medidas com base nos resultados obtidos a partir da avaliação anterior (PRIMER MINISTRY OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 60).

Em 2017, o “Conselho para a realização da reforma do estilo de trabalho” estabeleceu o compromisso de adicionar esforços intensivos nesse campo até o ano de 2020. Parte das táticas do governo tem relação com manuais distribuídos entre empresas com informações sobre como proceder com a extensão do tempo de trabalho para funcionários, também oferecendo consultorias às empresas. Outra medida é encorajamento de trabalhos de curto período que podem ser aplicados em Escritórios “*Hellowork*”<sup>60</sup>. A medida também engloba uma colaboração entre esses escritórios e associações econômicas locais a fim de facilitar o enquadramento do indivíduo. Não obstante, fica claro que o encorajamento de trabalhos de curto período não tem como alvo somente os aposentados, mas também outros grupos da sociedade. O incentivo a iniciativas empresariais para idosos também faz parte das medidas que buscam impulsionar a economia japonesa (Council for the Realization of Work Style Reform, 2017, p. 35).

### 5.3.2 EXPATRIADOS

Outro grupo abordado pela Abenomics como uma alternativa a falta de mão de obra é o de expatriados. Para esse grupo o governo implementou reformas legislativas com o objetivo de: 1) criar um *green card* para profissionais estrangeiros altamente qualificados que seria obtido após um ano de chegada no país; 2) promoção do empreendedorismo de expatriados em cidades específicas<sup>61</sup>; 3) aumento no número de expatriados trabalhando no setor de serviços de limpeza<sup>62</sup>; 4) aumento das categorias de trabalho, avanço nas cotas de admissão e prolongamento no tempo de treinamento (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017, p. 08).

---

<sup>60</sup> Escritórios que tem a função de auxiliar ao indivíduo que busca uma colocação no mercado de trabalho a partir do enquadramento de suas necessidades com as necessidades da empresa. Têm a mesma função das agências de emprego existentes em outros países.

<sup>61</sup> Toquio, Niigata, Fukuoka, Sendai, Prefeitura de Aichi, Hiroshima, Imabari.

<sup>62</sup> Toquio, Kanagawa e Osaka.

Grande parte da estratégia japonesa para atrair mais profissionais qualificados<sup>63</sup> no seu mercado de trabalho está em promover e reafirmar as qualidades do país como um local seguro e próspero para viver, além de divulgar os atrativos do país em relação ao entretenimento, valores de moradia, e custo de vida, em geral (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 01). O discurso de “facilitação” na abertura de portas para a entrada no Japão também entrou como parte formal da política japonesa que busca, no grupo de expatriados, uma forma de auxiliar no avanço da mão de obra no país.

Se mudar para o Japão nunca foi tão fácil. O governo está abrindo as portas mais amplamente para cidadãos estrangeiros e desmantelando a burocracia e os obstáculos para obter um visto de trabalho<sup>64</sup> (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 01, tradução própria)

O governo também promoveu tratamento especial durante o processo de imigração para aqueles que fizessem parte do grupo de profissionais altamente qualificados buscando facilitar a entrada dos mesmos. Esse grupo é classificado em três categorias, sendo essas:

- 1) atividades de pesquisa acadêmica avançada: pesquisa, orientação, ou atividade relacionada a educação com base em um contrato com uma organização privada ou pública japonesa.
- 2) atividades especializadas/técnicas avançadas: atividades que requerem conhecimento ou habilidade no campo das ciências naturais ou humanidades com base em um contrato com uma organização privada ou pública japonesa.
- 3) atividades avançadas de gerenciamento de negócios: operação ou gerenciamento em uma organização privada ou pública no Japão (IMMIGRATION BUREAU OF JAPAN, 2018, p. 01).

Dentro dessas categorias, pontos podem ser adquiridos através do histórico acadêmico, carreira profissional, salário anual, entre outros. Para fazer parte do grupo de

---

<sup>63</sup> Segundo o governo japonês, esse termo faz referência aos “recursos humanos insubstituíveis que tenham relação complementar com o capital doméstico e o trabalho” e “recursos humanos de quem se espera trazer consigo inovação para as indústrias japonesas a fim de promover, a partir da competição amigável com os japoneses, o desenvolvimento do mercado de trabalho especializado e técnico, e aumentar a eficiência do mercado de trabalho no Japão (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017, p. 01, tradução própria).

<sup>64</sup> Moving to Japan has never been easier. The government is opening the doors wider to foreign citizens and dismantling the bureaucratic obstacles to obtain work visas.

profissionais altamente qualificados deve-se alcançar o montante de 70 pontos na somatória geral (IMMIGRATION BUREAU OF JAPAN, 2018, p. 01). O tratamento para expatriados profissionais com alta qualificação contém medidas especiais como: permissão para múltiplas atividades; garantia de um período e cinco anos de estadia; relaxamento nos requisitos para obter o visto permanente; permissão para que o cônjuge do profissional possa trabalhar; permissão para que os familiares acompanhem os profissionais; permissão para que o trabalhador doméstico acompanhe o profissional; processo preferencial para a solicitação de entrada e residência no país. Mais detalhes sobre tais medidas estão no Apêndice B - Desafios e medidas para o alcance da meta de “Ninguém obrigado a deixar seu trabalho para exercer cuidados de enfermagem”.

Não obstante, deve-se apontar que o tratamento especial para imigrantes foi introduzido no início do ano de 2012 a partir da introdução do “Sistema baseado em pontos para profissionais estrangeiros altamente qualificados”<sup>65</sup>, pouco antes da posse do Primeiro Ministro Shinzo Abe. Ainda assim, a atenção dada e as políticas complementares criadas para esse grupo fortalecem a importância que o mesmo tem para solução do problema da mão de obra japonesa. Em dezembro de 2013, já com Abe eleito, o programa foi revisado e formalmente implementado. Durante esses anos o termo “profissional qualificado” ainda não havia sido considerado, sendo de fato utilizado a partir de 2015, ano em que a categoria foi implementada (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017, p. 01).

No ano de 2015 e com a introdução desse termo, o relatório divulgado pelo governo japonês também introduz uma medida não observada nos futuros discursos da Abenomics. A medida tem relação com o encorajamento de que empresas japonesas atuando em outros países contratem mais profissionais estrangeiros. O relatório desse ano também inclui o maior desenvolvimento das Zonas Especiais Estratégicas<sup>66</sup> Nacionais para a promoção de empreendedorismo de *start-ups* não japonesas (JAPANGOV, 2015, p. 11).

Criadas em FY2013, as Zonas Especiais Estratégicas continuaram como parte importante da estratégia de atração de mão de obra estrangeira. Fazem parte desse grupo Tóquio, a Prefeitura de Kanagawa, a Cidade de Chiba e Cidade de Narita na Prefeitura de Chiba. De forma ampla, o objetivo dessas zonas é o de criar centros de negócios internacionais, atraindo pessoas, companhias e capital de todo o mundo.

---

<sup>65</sup> Points-based System for Highly Skilled Foreign Professionals.

<sup>66</sup> National Strategic Special Zones.



As medidas presentes no pacote de Zonas Especiais incluem:

- a) Revitalização urbana: incluindo a criação de centros de negócios internacionais a partir da construção de facilidades urbanas como novos terminais e mudanças na organização do tráfego de rodovias;
- b) Assistência médica: em acordo prévio entre o governo japonês e governos externos, médicos estrangeiros apenas tinham autorização para atender pacientes oriundos de seu país. Um novo acordo foi feito para as zonas especiais onde esses médicos podem atender pacientes de qualquer nacionalidade. Também são feitos esforços para que haja a adaptação dos hospitais presentes nas zonas especiais em relação à medicação não autorizada dentro do Japão, sendo possível acelerar o processo de avaliação dessa medicação. Esforços também foram feitos na inclusão de equipamentos médicos modernos nessas zonas;
- c) Promoção do empoderamento feminino: estabelecimento de instalações de bem-estar social dentro das instalações de parques urbanos etc. Também inclui a facilitação de entrada e residência para profissionais estrangeiros da área de serviços de limpeza;
- d) Empreendedorismo/Emprego: Estabelecimento do Centro de Estabelecimentos Comerciais de *One-Stop* em Tóquio para auxílio nos procedimentos relacionados ao estabelecimento de companhias estrangeiras. Criação do Centro de Consulta de Emprego em Tóquio que tem o intuito de orientar novas empresas em relação às normas trabalhistas japonesas. Estabelecimento de um programa para a promoção e recepção de empresários estrangeiros que serve para acelerar o processo de concessão de visto para empresários que pretendem estabelecer alguma empresa no Japão;
- e) Turismo: eliminação de processos burocráticos para os estabelecimentos de Hotéis nas regiões da Zona especial;
- f) Tecnologia autônoma: Estabelecimento do “Subcomitê de Sandbox de Tecnologia Autônoma de Tóquio”<sup>67</sup> que tem o papel de realizar testes com novas tecnologias, assim como revisar sistemas e procedimentos já existentes com o intuito de aprimorá-los (INVEST TOKYO, 2019, p. 01).

---

<sup>67</sup> Tokyo Self-Driving Technology Sandbox Subcommittee.

### 5.3.3 MULHERES

As mulheres talvez representem o grupo na sociedade que obtêm maior foco da Abenomics, recebendo até mesmo uma extensão do site do governo japonês somente para debater e divulgar as políticas e resultados obtidos através delas. O governo japonês classifica “o poder das mulheres” como o tendo o maior potencial dentro da sociedade japonesa, intensificando a necessidade de maior inclusão desse grupo. As medidas para esse grupo receberam tanta atenção do governo e acadêmicos que passaram a ser conhecidas como “*Womenomics*”. Uma junção entre a palavra “*women*” (mulheres) e Abenomics.

O governo japonês estabelece a inclusão da mulher no mercado do trabalho como a solução não somente para os problemas sociais de desigualdade, mas também econômicos. Esse discurso não é conduzido somente nos discursos domésticos do Primeiro Ministro, mas também é intensificado ao cenário internacional. A fim de carregar a oratória de defesa dos direitos das mulheres, o Japão se tornou o anfitrião da “Assembleia Mundial das Mulheres”<sup>68</sup>, e adota o objetivo de criar uma “sociedade onde todas as mulheres podem brilhar” (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2019, p. 01)

O problema existente em caráter social representa uma grande lacuna entre gêneros no Japão. Em campos como saúde e educação essa lacuna não é tão perceptível como na participação econômica e política, áreas mais problemáticas. A partir de um relatório de 2013, a desigualdade de salários entre homens e mulheres é notável. Enquanto as mulheres ganhavam em média USD22,727, os homens receberiam USD40,000, com base no poder de compra anual. Essa disparidade tem conexão com a tendência de mulheres ocuparem cargos que tem remuneração menor, também sendo parte do grupo que é ativo em trabalhos não regulares (CHANLETT-AVERY, NELSON, 2014, p. 2).

Em relação às medidas presentes na Abenomics para as mulheres, nota-se um aumento de foco para esse grupo quando são comparados os relatórios divulgados pelo governo. No relatório divulgado em junho de 2015, a Abenomics continha três medidas como claramente indicadas para o grupo das mulheres. Eram essas:

---

<sup>68</sup> World Assembly for Women.

- a) Garantir o aumento da capacidade de cuidados infantis para cerca de 400,000 crianças até o fim de FY2017;
- b) Aumentar os benefícios da licença destinada a prestar assistência aos filhos de 50% para 67% para os primeiros 6 meses de licença;
- c) Aumentar a proporção de mulheres ocupando cargos de gerência para 30% até 2020 (ABENOMICS, p. 12, 2015).

Em relação ao ponto “a”, o governo estabeleceu a necessidade de aumentar os centros de cuidados infantis a partir da utilização de terras na posse do governo para a construção desses centros; contratação de novos trabalhadores para a área de cuidados infantis; subsidiar pequenos negócios que trabalham na mesma área e também auxiliar centros que precisam se registrar e dar suporte para centros já existentes (CHANLETT-AVERY, NELSON, 2014, p. 4).

Para a promoção de mais mulheres na posição de cargos de gerência, o governo estabeleceu que as empresas deveriam passar a especificar a porcentagem de mulheres em cargos executivos através de um relatório anual. As empresas também deveriam criar planos de ação para promoção de mais mulheres em cargos executivos.

No relatório divulgado em maio de 2017, a lista de medidas presentes para o grupo das mulheres já se mostrava bem mais extensa do que a observada em 2015. Com o título de “diminuir o fardo de pais que trabalham e acelerar a promoção de mulheres”, fazem parte do pacote de medidas para a promoção das mulheres:

- a) Garantir o aumento da capacidade de cuidados infantis para cerca de 500,000 crianças até o fim de FY2017;
- b) Aumentar os benefícios da licença destinada a prestar assistência aos filhos de 50% para 67% para os primeiros 6 meses de licença (efetivado em 2014);
- c) Ordenar que empresas divulguem informações a respeito das mulheres que fazem parte do seu quadro de servidores;
- d) A partir de uma colaboração com a Bolsa de Valores de Tóquio, selecionar e impulsionar empresas que incentivam o sucesso das mulheres no local de trabalho, as classificando como “*Nadeshiko Brands*”<sup>69</sup>;
- e) Disponibilizar treinamentos para mulheres sobre liderança executiva;

---

<sup>69</sup> O nome “Nadeshiko” pode ter referência ao termo “Yamato nadeshiko”. Um termo utilizado para elogiar a beleza da mulher japonesa.

- f) Encorajar que as mulheres que estejam em licença maternidade continuem estudando<sup>70</sup> (GOVERNMENT OF JAPAN, 2017, p. 10).

Percebe-se que a medida de aumento da capacidade de cuidados infantis teve um aumento em sua meta entre 2015 e 2017, enquanto que o aumento do benefício da licença permaneceu o mesmo. A medida sobre o aumento de mulheres ocupando o cargo de gerência apresentada no relatório de 2015 não está descrita em 2017, ao menos não da mesma forma. Não obstante, as iniciativas de promoção de treinamentos de liderança, a solicitação de que empresas divulguem os dados sobre o número de mulheres que estão em suas empresas e o cargo que ocupam, assim como a criação de uma iniciativa que premia mulheres que promovam o sucesso de mulheres parecem cobrir o mesmo tópico, apenas sem apresentar a meta de 30%.

Sobre a iniciativa *Nadeshiko Brand*, criada em 2012, não somente a Bolsa de Valores de Tóquio está presente, mas também o Ministro do Comércio e Indústria é citado como parte da iniciativa. A *Nadeshiko Brand* é conduzida a partir de questionários que são formulados todos os anos e divulgados para empresas selecionadas. Esses questionários têm relação com as mulheres que fazem parte dessas empresas e as atividades que executam. A iniciativa também divulga guias de ação para a diversidade onde são listados os motivos pelas quais a diversidade pode beneficiar a empresa, assim como estabelece ações que devem ser tomadas para o fortalecimento da diversidade em ambiente empresarial (MINISTRY OF ECONOMY, TRADE AND INDUSTRY, p. 01, 2019).

Em relatório divulgado em junho de 2018, quatro pontos ainda faziam parte das medidas para as mulheres: o aumento dos benefícios para licença, encorajar que as mulheres continuem estudando mesmo em licença, promover programas de treinamento em liderança e a iniciativa *Nadeshiko*. No relatório de novembro de 2018 a lista de medidas sofreu alterações, apresentando agora as seguintes:

- a) Reforçar o apoio à saúde para as mulheres em vários estágios da vida;
- b) Oferecer maior assistência para pais solteiros, independente de gênero;
- c) Tornar disponível educação constante para mulheres retornando ao trabalho após licença para cuidados aos filhos;
- d) Disponibilizar treinamentos para liderança executiva para mulheres;

---

<sup>70</sup> Essa medida não havia sido incluída no relatório divulgado em março do mesmo ano.

- e) Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo violência doméstica, crimes sexuais, prostituição, tráfico humano, assédio sexual e perseguição;
- f) Impulsionar que homens tirem licença para cuidar de seus filhos e sejam mais ativos nas tarefas domésticas (GOVERNMENT OF JAPAN, 2018, p. 9).

Enquanto que as medidas como o treinamento de liderança para mulheres e educação para mulheres em licença maternidade continuam listadas, o que de fato chama a atenção é a inclusão de medidas tão distantes do que as que haviam sido apresentadas nos anos anteriores. A melhora no suporte a saúde da mulher parece acompanhar as medidas presentes na Abenomics em relação à saúde da sociedade japonesa, representando um esforço do governo em interligar suas políticas.

Não obstante, a inclusão dos homens em políticas para as mulheres é o que demonstra mais fortemente a mudança na visão do governo japonês<sup>71</sup>. O discurso do governo sobre a necessidade de homens também terem acesso à assistência para pais solteiros e licença para cuidar dos filhos demonstram o esforço em transformar a organização social, em geral. A sociedade japonesa pode ser vista de forma muito tradicional em relação à organização familiar e questões de gênero, e a promoção de mais mulheres no mercado de trabalho por si própria já estabelece a busca por mudança nessa tradicional visão da sociedade. A inclusão do debate sobre como homens também podem adotar tarefas até então vistas como exclusivamente executadas por mulheres apenas fortalece esse novo perfil governamental.

Sobre o auxílio para pais solteiros, independente do sexo, algumas medidas estão presentes dentro do pacote que busca elevar a taxa de natalidade em 1.8%. O governo irá auxiliar a partir da oferta de subsídios que sofrerão aumento conforme o número de filhos. O governo também estabelece a necessidade da utilização de instalações para cuidados de crianças a fim de diminuir o peso financeiro sobre os pais. Como meta futura o governo estabelece a ideia de providenciar locais onde as crianças podem passar o tempo após o período de estudos, onde terão acesso à educação e alimentação.

Outro projeto relacionado a pais solteiros tem relação com a criação de projetos relacionados a empréstimos e benefícios ofertados a aqueles que estão dispostos a

---

<sup>71</sup> Essas medidas já haviam sido mencionadas em ano anterior no Plano Para Engajamento Dinâmico de todos os Cidadãos.

continuar estudando e adquirir a licença para a prática de uma profissão. O exemplo citado pelo governo é o de enfermagem, o que demonstra relação com as medidas anteriormente debatidas sobre o aumento de profissionais na área. A partir do programa “*Mother’s Hello Work*”, o governo pretende impulsionar a contratação de pais solteiros.

O governo também estabelece medidas de maior disponibilização de advogados para os pais solteiros, assim como a disponibilização para os pais sobre documentações e procedimentos legais. Medidas também serão estabelecidas com o intuito de utilizar formas mais apropriadas de pagar o subsídio para cuidados de crianças. Medidas sobre disponibilidade de acesso à informação e suporte e de combate ao abuso infantil também serão executadas. Por fim, o governo oferecerá maior apoio às empresas que empregam pais solteiros (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 51).

Por último, a inclusão de medidas em relação à violência contra a mulher também acompanha a ideia de que o governo japonês está considerando os problemas reais enfrentados pelas mulheres não somente dentro das empresas, mas também na sociedade em geral, o que as limita em relação a sua atividade dentro da sociedade. Ao mudar a visão da sociedade sobre a mulher em todas as áreas, torna-se mais fácil para mulheres que se sintam confortáveis ao participar da dinâmica social e fazer parte do mercado de trabalho. Vale ressaltar que medidas em relação à proteção à mulher já faziam parte da Abenomics desde 2016 quando o Plano Para Engajamento Dinâmico de todos os Cidadãos foi divulgado. Nesse documento, não somente medidas contra a violência a mulher foram estabelecidas, mas também contra o preconceito em relação às mulheres grávidas (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 46).

Outras medidas em relação às mulheres que são apresentadas no Plano Para Engajamento Dinâmico de todos os Cidadãos de 2016 tem relação com a mudança nas normas de utilização do nome original da família no “*My number card*”, uma espécie de cartão com todas as informações sobre o indivíduo, sendo um Sistema de Segurança Social. O governo também estabelece o encorajamento para que trabalhadores não regulares também passem a exercer seu direito a licença para cuidados dos filhos como parte de uma medida que tem o intuito de eliminar o tratamento injusto a profissionais que estão grávidas ou precisam cuidar dos filhos. Outra reforma presente é a de diferentes modelos de trabalho que incluem a melhora das práticas de trabalho por longas horas, melhora no sistema de “pagamento igual para trabalho igual”, inclusão de

vagas de trabalho temporário e sistema de horas de trabalho mais flexíveis (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2016, p. 47).

#### 5.3.4 REFORMA NO MODELO DE TRABALHO

A reforma nos modelos de trabalho representa uma medida que aparece amplamente estendida a vários grupos dentro da sociedade. Como anteriormente citado, até 2015 essa medida era classificada de forma mais individual, sem necessariamente ter uma correlação com as medidas referentes ao grupo de idosos ou mulheres. No Plano divulgado em 2016, como demonstrado, essa medida consta como parte do grande grupo de propostas para a promoção de mulheres no mercado de trabalho, também se estendendo para o grupo de idosos.

O problema de dualidade dentro do mercado de trabalho é debatido no artigo de Ipenburg (2016). A autora debate os problemas de desigualdade dentro da sociedade japonesa, elencando a lacuna existente entre os trabalhadores regulares e não regulares como parte desse problema. Os trabalhadores não regulares tendem a receber um salário e benefícios menores do que aqueles em um emprego regular. Parte disso está correlacionado com a tendência de empresas contratarem a partir do modelo não regular para cortar custos, e logo, não precisam arcar com o salário habitual. Para Ipenburg, quanto mais fortes as leis trabalhistas, maiores as chances do aumento de trabalhadores não regulares, também gerando um aumento na desigualdade salarial (IPENBURG, 2016, p. 7).

O governo japonês estabelece que, para garantir que mulheres, assim como os jovens, possam embarcar em oportunidades de emprego mais flexíveis, o próprio governo deve garantir a melhora de condições para esses modelos de trabalho. Com esse intuito que é adotada a filosofia de “pagamento igual para trabalho igual” que, para ser alcançado, precisaria:

- a) Formulação e publicação de guias sobre quais tipos de tratamento são aceitos ou não para esses modelos de trabalho mais flexíveis;
- b) A partir desses guias algumas medidas serão estabelecidas para evitar que tais tratamentos ocorram novamente. Como referência a instituições europeias, o governo irá coletivamente revisar esses tratamentos com o

intuito de auxiliar nas normas judiciais em relação a como agir em situações semelhantes.

Em relação ao salário mínimo, haverá o aumento de cerca de 3% em relação ao crescimento do PIB. Para alcançar essa meta haverá o incentivo governamental para o aumento da produtividade de pequenas e médias empresas. Outras medidas estabelecidas para o campo de reforma trabalhista está na decisão de limitar as horas extras mensais em até 100 horas. Com isso, o máximo de horas extras que poderá ser realizada por semana será de 40 horas, por mês, de 45 horas, e por ano, de 360 horas. Algumas exceções poderão ser concedidas onde o máximo de horas extras do mês poderá ser de cerca de 60 horas, e anualmente, 720 horas. Dentro dessa exceção, horas extras em um mês, de forma individual, deverá ser de menos de 100 horas; as horas extras médias em períodos de 2, 3, 4, 5 ou 6 meses podem ser de até 80 horas; as exceções para as horas extras de 45 horas por mês e 360 por ano só poderão ser aplicadas por um período máximo de 6 meses (OGINO, 2017, p. 3). Com exceção dos casos excepcionais onde a extensão de horas extras poderá chegar a 720 horas anuais, nenhum acordo poderá ser realizado entre o trabalhador e a empresa para elevar o limite de horas pré-estabelecido.

Em relação às medidas para a melhora das práticas de trabalho por períodos estendidos, constam as medidas:

- a) Fortalecimento do Artigo 36 do Ato de Normas Trabalhistas para empregados que haviam acordado com seus chefes a respeito de horas extras e aqueles que fizeram esse acordo com uma quantidade de horas extras que não são ideais quando observadas por uma perspectiva de saúde;
- b) Agências e ministérios irão juntar forças para criar uma estrutura que pode corrigir as práticas de horas extras através das condições de transação definidas para subcontratados como, por exemplo:
  - O Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar; Agência de pequenas e médias empresas e a Comissão do Comércio justo japonês criarão uma instituição onde o governo pode melhorar as práticas de horas extras a partir do estabelecimento de regulações sobre atividades que violam o Ato contra o Atraso nos Pagamentos em subcontratos, etc;
  - Para empresas de Tecnologia da Informação e de caminhões, serão promovidas melhoras no esquema de transação que força os



contratantes a lidar com mudanças repentinas em especificações e os força a esperar por um longo tempo, e serão promovidas reduções nas horas de trabalho a partir de uma colaboração entre o contratante, dono do cargo e o contratado. Serão também melhoradas as condições nas indústrias médicas.

- c) Como forma de encorajar que as empresas melhorem as condições de horas extras e o sistema de intervalos, serão ofertados novos apoios para empresas que de fato são ativas na tentativa de aconselhar e oferecer informações aos contratados (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET , 2016, p. 44).

As medidas referentes à reforma de modelos de trabalho também fazem parte do programa “Ninguém obrigado a deixar seu trabalho para exercer cuidados de enfermagem” já que as medidas também englobam a relação entre jovens, idosos e o mercado de trabalho. Também faz parte do grupo de políticas que busca aumentar a taxa de natalidade em 1,8%. Em suma, a conexão entre essas medidas e a introdução das mulheres no mercado de trabalho, segundo relatório do governo, diz respeito ao fato de que, a partir dos seus 30 anos, as mulheres japonesas acabam por decidir se engajar em cargos não regulares. Parte das razões para essa decisão está desde o casamento, até em relação à necessidade de mais tempo para cuidar de seus filhos. O governo também constatou que mulheres que tem filhos, mas não estão casadas são mais propensas a embarcarem em um emprego não regular, também se encaixando em grupos mais vulneráveis economicamente (PRIMER MINISTRY OF JAPAN AND HIS CABINET, 2017, p. 5).

Em conclusão, como foi possível identificar durante esse capítulo, a Abenomics é consideravelmente ampla, abordando não somente os pontos aqui aprofundados, mas também outros aspectos da economia, sociedade, meio ambiente entre outros. A extensão dessa política pode ser identificada como um dos motivos centrais para a sua análise, considerando que a sua elaboração por parte do governo de Abe coloca o sucesso, ou não, de sua posição de Primeiro Ministro nos resultados que foram e ainda serão obtidos com a Abenomics.

## 6 A FASE DE AVALIAÇÃO DURANTE O CICLO POLÍTICO

Com o intuito de avaliar os resultados da Abenomics é necessário implementar técnicas de avaliação para essa pesquisa. A partir de uma análise dos modelos de avaliação, será possível encontrar o método mais adequado para a pesquisa proposta, reconhecendo que se deve encontrar os métodos mais adequados para a análise de acordo com suas necessidades assim como objetivos.

No entanto, para compreender o que é a avaliação, é também necessário ter consciência sobre o que é o ciclo de política, onde a avaliação se encontra em um dos momentos finais do ciclo. A abordagem de ciclo que será utilizada como introdução para a avaliação é a de Laswell (1956). Laswell contribuiu não somente para a visão sobre o que são as políticas públicas a partir de uma abordagem sobre “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”, mas também somou aos estudos da área ao elencar sete estágios que estariam envolvidos na dinâmica das políticas públicas. Esses estágios eram: inteligência, promoção, prescrição, invocação, aplicação, terminação e avaliação. Essas fases foram posteriormente alteradas por Garry D., aluno de Laswell, que propôs uma nova divisão entre: iniciação, estimação, seleção, implementação, avaliação e terminação (LASWELL, 1956 *apud* DELEON, 1999, p. 21).

O primeiro momento da política, a iniciação, é o momento de identificação de um problema social que gera a necessidade de intervenção. Essa fase também compreende um momento onde, entre diversos problemas, um será escolhido para ter a atenção governamental, sendo movido do estágio de reconhecimento para a agenda formal do estado. Já na fase seguinte de formulação e tomada de decisão, os problemas até então identificados são unidos às propostas a fim de se construir um programa ou política. É nesse momento que pode se identificar a importância de atores como burocratas e funcionários públicos. Já no momento da implementação tem espaço a discussão sobre a alocação dos recursos assim como identificação dos detalhes do programa ou política escolhidos. Por fim, o momento da avaliação é onde ocorre a identificação do impacto da política (JANN, WEGRICH, 2007, p. 55).

Não obstante, o que de fato a avaliação busca identificar pode mudar conforme a interpretação utilizada. Nessa seção serão apresentadas algumas definições encontradas para a avaliação, assim como seu processo histórico e algumas características relevantes a serem discutidas sobre esse momento do ciclo político.

## 6.1 PROCESSO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO

O processo histórico da avaliação pode ser definido em três estágios, sendo o primeiro deles entre 1960 e 1970. Nesse primeiro intervalo, estabelecido por Derlien (2001 *apud* TREVISAN, BELLEN, 2008, p. 537) como fase de informação, existe uma relação entre o avanço da avaliação e os governos sócio-liberais do período que buscavam solucionar os problemas sociais. Durante esse período observa-se o foco da avaliação centrado na melhoria de programas e políticas governamentais, enquanto que os decisores públicos utilizavam a avaliação como uma forma de *feedback* sobre suas decisões (ALA-HARJA, HELGASON, 2000, p. 14).

Esse período também marca o início da ineficiência dos mecanismos clássicos de controle das atividades administrativas – controle político através do parlamento; controle legal pela corte; e o controle financeiro pela corte de auditores. Wollmann (2007, p. 2) argumenta que a expansão das políticas públicas tornou os métodos de controle até então utilizados obsoletos, surgindo a necessidade de novos mecanismos de gerenciamento de políticas.

A expansão observada nesse período tem conexão com o momento histórico pós II Guerra onde o avanço do *welfare state* era inegável, acompanhando o avanço da capacidade dos Estados em criar políticas. A avaliação também exerceu o papel de justificação e até mesmo recomendação de políticas por parte dos administradores que buscavam, através da prática de avaliação, uma forma de legitimar suas ações (HOUSE, 1993, *apud* HENRY, 2001, p. 422)

O segundo estágio do avanço da avaliação é identificado na década de 1980, ou fase de (re)alocação (DERLIEN, 2001 *apud* TREVISAN, BELLEN, 2008, p. 537). A avaliação passou a trabalhar com a relação de custos e políticas implementadas. Essa nova tendência tem conexão com as limitações fiscais do período provocadas por crises econômicas. A avaliação continuava a ser vista como uma forma de justificação e reconsideração de políticas já estabelecidas, mas agora tendo um foco maior no quesito custo-eficiência da política avaliada (WOLLMANN, 2007, p. 11). Como consequência, as avaliações também transformaram seu foco de *ex ante* para *ex post*, sendo mais utilizadas para políticas já em andamento do que para políticas que ainda estavam nos estágios iniciais de criação (BOVENS, HART, KUPERS, 2008, p. 324).

A década de 1990 marcou o terceiro estágio do modelo de avaliação acompanhando a expansão da prática e seu maior reconhecimento como ferramenta necessária no processo político. Seria a fase de legitimação, como estabelecido por Derlien (2001 *apud* TREVISAN, BELLEN, 2008, p. 537). Wollmann (2007, p. 12) estabelece que algumas iniciativas tiveram papel nessa nova tendência, uma delas seria o Programa Internacional de Avaliação Comparativa entre Sistemas Educacionais criada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OECD). O método avaliativo do Fundo Estrutural Europeu adotado pela União Europeia também impulsionou esse estágio da avaliação como prática necessária durante o ciclo político.

## 6.2 O QUE É A AVALIAÇÃO

Assim como as políticas públicas, a avaliação também apresenta uma vasta gama de prismas sobre o que significa avaliar uma política, quais seus objetivos e como proceder com uma boa avaliação. O caráter multidisciplinar das políticas públicas pode ser visto como facilitador da diversidade de interpretações sobre seus processos, assim como o avanço da prática de avaliação durante os anos também contribuiu para as diferentes visões sobre o tema.

Grande parte das definições de avaliação tem conexão com o caráter de valor envolvido nesse processo. Na definição de Ala-Harja e Helgason (2000), por exemplo, a visão de valor também está incluída, sendo a avaliação vista como “uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis” (ALA-HARJA, HELGASON, 2000, p. 05). Para os autores, a avaliação exerce o papel de ferramenta na melhoria do processo de tomada de decisão devido ao seu auxílio com a coleta e distribuição de informações. A argumentação de Wollmann (2007) também vai nessa direção a partir de sua visão da avaliação como ferramenta de análise, escolhendo e compartilhando informações relevantes para os atores envolvidos na dinâmica política.

Outras definições, como a de Lester e Stewart (2000) também estabelecem outros focos para a avaliação. Para os autores, a avaliação apresentaria uma preocupação com as atividades do governo e na influência dessas atividades sobre a sociedade. (LESTER, STEWART, 2000 *apud* KHAN, MIZANUR, 2017, p. 174).

A avaliação também é vista como ato normativo, tratando sobre o julgamento político das atividades políticas e seus resultados e até mesmo representando uma continuidade do programa ou política avaliados (BOVENS, HART, KUPERS, 2008, p. 320). O que é compreendido a partir da visão da avaliação como parte do ciclo político. A avaliação como ato normativo também é visto no discurso do Conselho Científico da Avaliação, que observa a atividade como normativa devido à sua interpretação de valores, assim como a observa sendo cognitiva devido ao seu papel de sinalizar conhecimentos e, por último, como também sendo uma atividade instrumental já que faz parte do processo de ações (DEUBEL, 2006, p. 139).

A visão sobre avaliação também pode ser mais direta, como a de Bartike e Bingham (1995) que observam a atividade como sendo uma tarefa diária, confirmando a visão de que a avaliação pode ocorrer durante diversos momentos da política. Os autores indicam seis pontos de avaliação que ocorreriam na mesma sequência da implementação de uma política. Esses seis momentos seriam:

- a) Monitoramento de tarefas diárias;
- b) Avaliação de atividades do programa;
- c) Enumeração de resultados;
- d) Mensuração da efetividade;
- e) Mensuração de custos e benefícios;
- f) Avaliação do impacto no problema (BARTIK, BINGHAM, 1995, p. 2).

Alguns pontos levantados pelos autores convergem com a argumentação levantada por Costa e Castanhar (2003). Ambos também inserem a efetividade, custo e benefício e impacto como critérios importantes no processo de avaliação. Somados a esses, os autores também incluem os aspectos de sustentabilidade, satisfação do beneficiário, equidade, eficácia e eficiência. Os autores decidem por utilizar a definição da Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a avaliação, sendo essa a de que:

“(...) avaliação é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos (...)” (UNICEF, 1990 *apud* COSTA, CASTANHAR, 2003, p. 973)

Deubel (2006) traz uma visão que vai de encontro com a definição da Unicef ao citar o caráter argumentativo da avaliação que tem a oportunidade de opinar de forma

pontual e objetiva sobre as ações governamentais a partir de sua habilidade de absorver informação. Deubel também contribui para a discussão ao argumentar que a avaliação acaba por auxiliar no processo de determinar o êxito de uma política, isso através do exercício de demonstrar se os objetivos pré-determinados foram alcançados e quais foram as consequências (DEUBEL, 2006, p. 135).

Utilizando a definição de Majone, Deubel sintetiza a avaliação como uma forma de “coletar, verificar e interpretar as informações sobre a execução e eficácia das políticas e programas públicos” (MAJONE, 1997, p. 214 apud DEUBEL, 2006, p. 137). A diferenciação dessa definição e a das anteriormente apontadas não é muito aparente, apenas apresentando uma maior simplicidade em sua apresentação.

Dye (2013) decide por manter o foco de sua visão sobre a avaliação na relação do impacto e da política. Para o autor, a avaliação deve focar mais no impacto do que nos objetivos pré-definidos pela política já que, segundo o mesmo, não é sempre possível identificar quais são esses objetivos ou, devido ao fato de que muitas vezes os objetivos identificados podem ser conflituosos (DYE, 2013, p. 63).

Outras visões presentes que podem ser identificadas são a de Knoepffel (2007, p. 221), por exemplo, que decide colocar sua argumentação no fator empírico do processo da avaliação, argumentando que somente através do caráter empírico é possível que a avaliação estabeleça quais os custos e benefícios da política analisada. Já Rua (2013) opta por trabalhar sobre o papel de aprendizado que existem nas avaliações. Devido a esse caráter de aprendizado, para a autora seria errado observar a avaliação como ato de julgar as ações do governo como boas ou más, bem-sucedidas ou fracassadas, mas sim de construir um caminho de aprendizado contínuo. Para a autora, a avaliação exerceria o papel de auxiliar os decisores a aprenderem com os seus erros, sem necessariamente julgar as suas ações (RUA, 2013, p. 110).

A definição de Rua pode ser utilizada em conjunto com a definição de Weiss (1999, p. 469) que estabelece a avaliação como tendo o objetivo geral de auxiliar governos e instituições na melhoria de suas práticas. A avaliação teria o serviço de adicionar conhecimento, também afetando a forma como governos e instituições observam e abordam os problemas.

Ross, Freeman e Lipsey (1999, p.?) definem a avaliação por uma visão mais acadêmica ao defini-la como “o uso de procedimentos de pesquisa social para investigar sistematicamente a efetividade da intervenção social dos programas”. Nessa visão, para os autores, os avaliadores utilizariam de ferramentas para exercer estudos que

auxiliariam na melhoria de programas sociais em todos os campos importantes (ROSS, FREEMAN, LIPSEY, 1999, p. 4).

Xu *et al* (2014) estabelecem uma definição de avaliação importante a ser citada. A avaliação é vista pelos autores como uma forma de examinar não somente os objetivos alcançados pela política, mas também os meios utilizados para chegar a esses objetivos. A partir disso, a avaliação contribuiria para a criação das políticas ao sintetizar o que se sabe sobre o problema e a solução proposta, auxiliando na desmistificação sobre esse problema e desenvolvendo novas informações sobre a eficácia da política. A avaliação é, então, uma atividade tanto política quanto técnica (XU *et al*, 2014, p. 118). Não obstante, é possível reconhecer uma visão de avaliação como forma de oferecer conhecimento para aprimoramento do processo político, assim como debatido pelos dois autores anteriormente citados.

Por fim, como última definição a ser apresentada, Garcia (1989), com base em suas leituras sobre as obras de Barreto (1993) e Firme (1994), determina que:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definidos. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos (GARCIA, 1989, p. 31).

Considerando não somente a definição de Garcia (1989), mas de forma geral sintetizando a visão sobre a prática de avaliação, a pesquisa proposta exercerá uma avaliação sobre a Abenomics a fim de identificar se os resultados da Abenomics estão de acordo com os objetivos pretendidos no momento da sua formulação ou renovação. Assim como, a pesquisa também irá considerar os impactos identificados como sendo fruto dessa política.

### 6.3 ATORES NA AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser exercida por diferentes atores, sendo esses internos ou externos a estrutura governamental. Quando organizado de forma interna considera-se como uma prática de rotina, tendo condução por parte do principal órgão responsável pela implementação da política em questão (XU *et al*, 2014, p. 119).



Essa forma de avaliação pode apresentar algumas problemáticas durante o seu processo. Em grande parte, a agência que executa a avaliação, por também fazer parte do governo, tem uma tendência a exercer uma avaliação com conclusão positiva. O investimento realizado nessas agências também contribui na tendência de avaliar a política como alcançando seus objetivos e sendo efetivas (DYE, 2013, p. 75)

Com isso, surgem algumas visões a favor de avaliações exercidas por órgãos independentes, não envolvidos na dinâmica interna da política. Arretche (1998) argumenta que os órgãos independentes tendem a obter melhores incentivos na construção de instrumentos adequados para avaliação, assim como maiores condições para essa prática. Para a autora, as agências internas ao governo apresentam uma tendência em advogar a favor da política, apresentando dificuldade em acreditar na isenção da avaliação exercida (ARRETCHÉ, 1998, p. 9).

Assim como existem críticas às avaliações internas, as avaliações realizadas pelos órgãos independentes também apresentam algumas problemáticas. Thoenig, por exemplo, argumenta que esse modelo de avaliação pode se mostrar menos útil já que tende a ter um enfoque mais teórico, muitas vezes não colocando seu foco nos pontos mais centrais para os governantes. Logo, não apresentando viabilidade de uso prático para os dados adquiridos após o fim da avaliação (THOENIG, 2000, p. 61).

A avaliação também pode apresentar um modelo de avaliação mista, ou pluralista. Nessa abordagem existe a compreensão de que o ideal é a avaliação ser conduzida tanto por atores internos quanto externos à engrenagem política. A avaliação pluralista tem o intuito de trabalhar com critérios mais qualitativos e metodologias participativas a fim de apresentar maior flexibilidade na avaliação. (DEUBEL, 2006, p. 160)

A avaliação mista parece responder a problemática que Deubel (2006) debate ao mencionar que os critérios de avaliação acabam por se diferenciar conforme a posição ocupada pelo avaliador. Ou seja, o critério de uma avaliação interna será diferente da avaliação externa, logo, a avaliação mista poderia trazer um equilíbrio nesse cenário.

Considerando essa argumentação, a Lei de Wilson de James Q. Wilson também parece se enquadrar nesse debate ao estabelecer duas leis: a primeira: toda intervenção política em problemas sociais produz o efeito pretendido se a pesquisa é realizada por aqueles que a implementaram, ou seus amigos; segunda lei: a não intervenção política nos problemas sociais produz o efeito pretendido se a pesquisa é



realizada por grupos independentes, principalmente aqueles que são céticos em relação à política (DYE, 2013, p. 76).

Ainda assim, deve-se considerar que nem toda avaliação externa ao governo necessariamente corresponde a uma avaliação por grupos contrários, ou até mesmo especialistas neutros, também havendo a execução de avaliação por parte dos próprios eleitores, aqueles mais afetados pela política e que podem oferecer um *feedback* sobre sua execução (XU *et al*, 2014, p. 121). Obviamente essa avaliação não tem o aparato teórico de uma avaliação realizada por agências governamentais ou acadêmicos, mas o seu peso é igualmente importante ao considerar que esse grupo é o que, de fato, faz parte daqueles afetados pelas medidas do programa ou política avaliados.

#### 6.4 MODELOS E ENFOQUES DE AVALIAÇÃO

Existem diferentes formas de interpretar e executar uma avaliação, sendo sua aplicabilidade de acordo com a política analisada e o objetivo da avaliação. Um dos enfoques apresentados por Meny e Thoenig (1992), por exemplo, trabalham sobre alguns modelos metodológicos de avaliação, sendo esses: descritivos, clínico, normativo e experimental.

A avaliação descritiva teria a função de oferecer ao avaliador uma forma de comunicar os achados da avaliação, sem exercer um julgamento sobre os dados encontrados. No próximo modelo, o da avaliação clínica, o avaliador tem a possibilidade de não somente apresentar os resultados, mas também explicar o fracasso, ou não, de uma política em alcançar seus objetivos a partir da análise entre meta estabelecida e aquela alcançada. Já a avaliação normativa dispõe de um cenário onde o avaliador teria a posição mais crítica em relação a sua análise e, por último, na avaliação experimental, o avaliador exerce a tarefa de estabelecer quais serão os critérios de avaliação e de descobrir se ocorre causalidade entre a ação política e os efeitos observados (MENNY, THOENIG, 1992, p. 196).

Outras duas abordagens existentes é a racionalista e a argumentativa. Na avaliação racionalista a intenção é a de criar uma separação entre os fatores e valores com o intuito de produzir conhecimento político. Nessa abordagem existe o enfoque nos dados empíricos com o intuito de contribuir com resultados mais efetivos para a

avaliação, surgindo a problemática da neutralidade durante o processo de avaliação (BOVENS, HART, KUPERS, 2008, p. 325).

Sobre a relação entre neutralidade e avaliação política, lançando o foco sobre a atribuição de valor durante esse processo, Dunn (2004 *apud* BOVENS, HART, KUPERS, 2008, p. 326) também defende uma avaliação sem favoritismo, mas argumenta que o resultado de uma avaliação inclui sim o julgamento de valor no seu processo. Thoenig adiciona a essa discussão a visão de que o debate sobre a necessidade, ou não, do avaliador emitir julgamentos ainda é uma discussão presente dentro da comunidade, reconhecendo que, muitas vezes, os julgamentos estão sim presentes na análise, mas não necessariamente expostos. Segundo o autor, “aprender implica em julgar” (THOENIG, 2000, p. 60).

O segundo método, o de avaliação política argumentativa, faz uma crítica ao modelo anterior, defendendo que a intervenção política é inerentemente carregada de valor. Acredita-se, a partir dessa visão, que não é possível uma separação entre fatos e valores. Sendo assim, não seria possível que os avaliadores concluam uma análise de forma neutra sobre uma política criada a partir dos valores daqueles que a formularam (MAJONE, 1989 *apud* BOVENS, HART, KUPERS, 2008, p. 327). Compreende-se a dificuldade em se chegar a um consenso sobre utilização de valor ou não em uma prática de avaliação.

Focando agora em outras abordagens presentes, Ala-Harja e Helgason (2000) fazem uma divisão metodológica entre a avaliação experimental, pragmática econômica e naturalista. A avaliação experimental provém de ideias positivistas e trabalha com grupos testes selecionados de forma aleatória. Nesse método, grupos que foram beneficiados por algum programa ou política são comparados com outro grupo, o mais similar possível, que não foi alvo do mesmo benefício. Nessa visão, a avaliação é conduzida sem considerar a possibilidade de outra motivação para o resultado além do próprio programa (ALA-HARJA, HELGASON, 2000, p. 23).

Esse último ponto é também discutido por Bosch e Cantillon (2008), mas como sendo um obstáculo para o formato de avaliação que utiliza grupos de comparação. Outra argumentação dos autores faz respeito a escolha do grupo de comparação. Segundo Bosch e Cantillon, a tarefa de encontrar um grupo semelhante não é fácil já que os mesmos não podem ser semelhantes – se fossem, deveriam estar no grupo beneficiário – mas devem ter características próximas o suficiente para executar comparações (BOSCH, CANTILLON, 2008, p. 299).

No modelo de avaliação pragmática existe um foco na importância da política nos aspectos de tempo e custo envolvidos. Trabalha-se sobre a utilidade dos resultados da avaliação, geralmente utilizando estudos de caso e métodos descritivos para sua execução. Um terceiro método é o de avaliação econômica que utiliza como critério para a avaliação os custos disponibilizados para a execução do programa, executando uma análise custo-benefício e custo eficiência. É oportuno aproveitar essa discussão para inserir a análise exercida por Bartik e Bingham (1997) sobre avaliações econômicas, mais especificamente, sobre avaliações de desenvolvimento econômico.

Os autores trabalham com avaliações de desenvolvimento econômico com foco em indústrias ou grupos específicos que poderiam ser afetados pela política. A partir dessa ótica é possível observar outras diferentes formas de avaliação, dessa vez, em uma análise mais específica, mas que é válida de debate. Os autores mencionam a avaliação de processo, focando no:

- a) Aumento do direcionamento de recursos e na melhora da monitoração das atividades do programa;
- b) Enumeração de resultado, ou avaliação do antes e depois onde qualquer resultado observado deveria ser atribuído ao programa em questão;
- c) Enumeração de resultado, dessa vez, avaliação de pesquisas onde os usuários do programa são questionados sobre o impacto sofrido;
- d) Modelos de avaliação do impacto na comunidade, onde se analisa como os primeiros efeitos da política sobre um alvo gerou impactos em outros grupos;
- e) Avaliações com uso de grupos de comparação, nesse grupo, a seleção de indivíduos não é aleatória o que difere da;
- f) Avaliação utilizando grupos de comparação com seleção aleatória (BARTIK, BINGHAM, 1997, p. 12).

Em relação à utilização dos grupos teste, Bosch e Cantillon trazem argumentações a respeito da dificuldade de tais análises. Citando Heckman, Lalonde e Smith (1999 *apud* BOSCH, CANTILLON, 2008, p. 298) esse modelo de análise a partir de grupos tem algumas limitações que devem ser consideradas.

Para os autores esse método não apresenta grande sucesso em programas que já estão em andamento, sendo mais bem utilizado em programas que ainda estão na fase inicial. Escopo, tempo e espaço geográfico também se mostram como obstáculos. Essa forma de análise também tende a ser intensiva e cara, surgindo demandas, muitas vezes,

não desejadas pelos administradores e profissionais. E, por último, deve-se considerar a limitação em relação à seleção de grupos. Heckman, Lalonde e Smith (1999) argumentam que o grupo que recebe os benefícios do programa não são selecionados de forma aleatória, mas sim, “auto selecionados”, uma problemática também debatida por Bartik e Bingham em seu texto.

Um último método levantado por Ala-Harja e Helgason (2000) é o de avaliação naturalista. Essa visão trabalha sobre a interação entre os indivíduos e sobre como essa interação acaba influenciando em mudanças constantes na sociedade. Por essa visão, a avaliação não oferecerá respostas corretas e objetivas aos problemas, mas sim agir como um facilitador nas negociações entre os atores interessados em determinado objetivo. Novamente, vem à tona o caráter da avaliação de oferecer informação e contribuir na melhora da política em questão, assim como de futuras propostas.

É possível concluir o debate dessa seção utilizando a visão de Ala-Harja e Helgason (2000, p. 23) ao argumentarem que não há uma forma ideal de avaliação. Resta, então, avaliar o método de tomada de decisão e decidir qual a melhor forma de exercer a avaliação a partir da visão do programa ou política que é objetivo de estudo.

## 6.5 AVALIAÇÃO EX ANTE

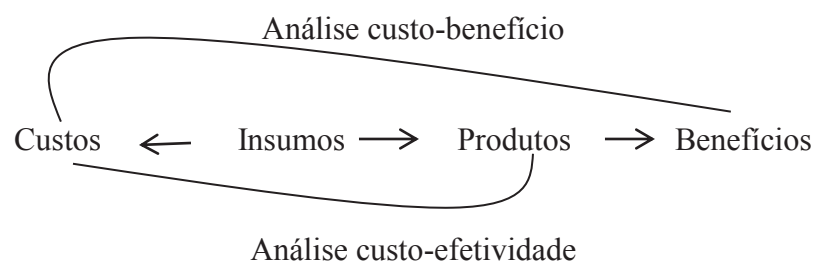
A avaliação *ex ante* ocorre no período prévio à formação da política, tendo o intuito de determinar quais os efeitos que as medidas estabelecidas provocariam no processo de implementação. Deubel (2006) estabelece que esse modelo foi desenvolvido em quatro setores, sendo esses: impacto legislativo, projetos de desenvolvimento (onde se avalia se o investimento é algo válido), projetos de infraestrutura e impacto ambiental (DEUBEL, 2006, p. 143).

O cenário de impacto ambiental é utilizado como exemplo por Wollmann (2007) que estabelece que a função da avaliação *ex ante* nesse objeto é a de apresentar quais os possíveis eventos futuros e alternativas possíveis para a resolução do problema. O uso dessa análise em conjunto com a relação custo benefício se configura como um importante instrumento para a decisão política.

Esse modelo é estabelecido como uma abordagem holística, tendo seu início junto ao momento de definição do problema. Rua (2013, p. 115), assim como Deubel, vê nessa prática uma forma de estimar quais os resultados que seriam obtidos ao fim da

política a partir do cálculo de custos envolvidos no processo. Esse tipo de avaliação pode englobar uma avaliação formativa que tem como função apresentar informações que serviriam como forma de aperfeiçoar o programa ou política.

Esse modelo de avaliação também pode ser presente em forma de análise de custo benefício, ou custo efetividade. No primeiro modelo, é necessário o cálculo do valor de custo benefício em relação a um cenário real com e sem a implementação da política. Já o modelo de custo efetividade não considera a relação monetária, sendo mais aplicado em políticas sociais (VIANA, 1996, p. 33). Viana deixa a dinâmica mais clara a partir do modelo apresentado e replicado abaixo:



**Fonte:** Modelo elaborado por Viana, 1996, p. 33.

Para Khan e Mizanur (2017, p. 175), ao citar Rossi, Freeman e Lipsey (1998), defendem que a importância no formato da análise *ex ante* está em sua utilidade em identificar e evitar futuras falhas. Segundo os autores, algumas políticas fracassam devido a uma lógica errada que está presente desde o início de sua formulação. Logo, a avaliação nessa fase preveniria futuras decepções em relação aos resultados das políticas, também colaborando no corte de possíveis custos que não trariam os benefícios desejados.

### 6.5.1 AVALIAÇÃO CONCOMITANTE E MONITORAMENTO

É utilizada como uma forma de monitoramento das atividades de implementação política, servindo como uma ferramenta de detecção de possíveis problemas, auxiliando na implementação de ajustes necessários a tempo. Sua execução pode ocorrer tanto a partir de grupos internos ao governo quanto externos, sendo exercida de forma contínua, assim como periódica.

O modelo contínuo tende a ser mais amplo, sendo uma forma de apresentar informações para os decisores a fim de produzir ajustes contínuos necessários. Já a avaliação periódica busca o controle da atividade em determinado tempo possibilitando estabelecer a relação entre o plano estabelecido e os resultados vistos a fim de produzir correções necessárias (DEUBEL, 2006, p. 149).

O monitoramento da política atua como uma forma de:

- a) Identificar falhas no desenho da política que foram causadas por erros ainda na fase de formulação;
- b) Identificar se a política tem sua implementação da mesma forma que planejada;
- c) Identificar quais os riscos existentes caso os objetivos pré-determinados não sejam alcançados;
- d) Identificar quais os problemas precisam ser solucionados;
- e) Recomendar mudanças no processo de ação, ou da execução, da política (RUA, 2013, p. 112).

Para que o processo de monitoramento seja bem-sucedido deve-se ter o desenho do problema bem definido, também sendo possível observar indicadores claros das ações do programa. Esse modelo se resumiria no objetivo de determinar a eficiência ou eficácia do programa em questão (CAVALCANTI, 2006, p. 8).

### 6.5.2 AVALIAÇÃO *EX POST*

Para Bovens, Hart e Kupers (2008, p. 320), a tomada de decisão não representa o fim da discussão sobre a problemática existente. Mesmo com a implementação de uma política, os questionamentos e discussões sobre a problemática podem permanecer, sendo necessária a avaliação *ex post* como forma de auxílio na compreensão dos efeitos promovidos pela alternativa escolhida.

Por esse motivo ou não, a avaliação *ex post* é a mais frequente, também sendo a mais rigorosa já que necessita de ferramentas metodológicas qualitativas e quantitativas. Todos esses mecanismos serviriam, como anteriormente mencionado, para identificar e analisar os efeitos de determinada política após sua implementação, tendo o intuito de absorver conhecimento e utilizá-lo para decisões futuras (DEUBEL, 2006, p. 150).

O auxílio da avaliação *ex post* em decisões futuras também é defendido por Wollmann (2007, p. 4), que estabelece que essa prática pode atuar diretamente na fase de formulação da política. Nesse contexto, pode incluir uma avaliação somativa que busca auxiliar na decisão sobre continuidade, ou não, de determinado programa ou política (RUA, 2013, p. 117)

Deubel estabelece cinco perguntas que devem acompanhar esse modelo: quais são os estudos anteriormente realizados sobre o tema? Quais as modificações normativas realizadas em curso ou projetadas? Quais questões a serem tratadas? Quais as perguntas possíveis ou descartáveis? Quais as possíveis consequências financeiras e práticas da avaliação? (DEUBEL, 2006, p. 150)

A primeira pergunta estabelecida sobre estudos já realizados sobre o mesmo tema também pode ser encontrada nos estudos de Wollmann (2007). O autor estabelece que a avaliação *ex post* pode tomar forma de meta-avaliação, sendo um tipo secundário de análise de estudos já disponíveis. Nesse modelo existe a distinção de duas variáveis: a primeira, a avaliação pode revistar os estudos já existentes. Em segundo, sintetizam os achados da avaliação que podem ter relação com o resultado. Logo, a existência de um estudo prévio não anula uma nova avaliação, sendo que essa mesma pode avaliar a pesquisa já produzida (WOLLMANN, 2007, p. 3).

## 6.6 AVALIAÇÃO SOBRE EFICÁCIA

Arretche estabelece que esse modelo de avaliação relaciona os objetivos e instrumentos explícitos de um programa ou política com seus resultados efetivos. Essa avaliação pode ser acompanhada a partir de uma comparação entre as metas pré-determinadas e as alcançadas. A avaliação da eficácia seria mais utilizada devido a sua característica mais factível e seu menor custo de execução, havendo como desafio para esse modelo a questão da confiabilidade das informações adquiridas após o fim da avaliação (ARRETCHÉ, 1998, p. 6).

Rua (2013) estabelece que esse modelo não se encontra ligado ao custo, mas sim ao alcance dos resultados pré-determinados, independentes dos custos. Interpreta-se uma política como eficaz quando a mesma é capaz de gerar produtos e resultados que estão em alinhamento com sua missão. Em uma frase mais resumida utilizada pela autora, a eficácia seria determinada pela capacidade de a política ou programa em gerar

os produtos iniciais, intermediários e finais esperados, “significa cumprir aquilo que se promete” (RUA, 2013, p. 128).

## 6.7 AVALIAÇÃO SOBRE EFICIÊNCIA

Gasper (2006, p. 5) objetivamente estabelece eficiência como sendo o preenchimento máximo de um objetivo através de determinados recursos. Segundo Gasper, a eficiência só existe à luz de determinados valores, logo, é relacional, já que diferentes valores levam a diferentes visões de eficiência.

A avaliação sobre eficiência também pode ser vista como uma avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma política ou programa, e os resultados alcançados pela mesma. Esse modelo pode ser visto como a relação entre custo e benefício de uma política já que trabalha com a relação entre recursos investidos e os resultados que foram alcançados (KNOEPFFEL, 2007, p. 233).

Nesse modelo de critério podem ser feitas análises de custo-benefício e custo-efetividade como forma de estabelecer a eficiência de determinado programa ou política, sendo ambos vistos como perspectivas conceituais e procedimentos técnicos sofisticados. Devido a esses critérios, o modelo de avaliação de eficiência pode ser recorrente em fases iniciais da política já que auxiliam na identificação de possíveis resultados e custos a serem encontrados. Quando vista em uma análise *ex-post*, a avaliação de eficiência pode ser vista como uma extensão à avaliação de impacto, ao invés de uma alternativa (ROSS, FREEMAN, LIPSEY, 1999, p. 369).

### 6.7.1 AVALIAÇÃO SOBRE IMPACTO (EFETIVIDADE)

Conforme mencionado na seção de definição da avaliação, Dye (2013) correlaciona o processo avaliativo com a análise do impacto da política, mais do que com a análise dos objetivos da política. Devido a isso, o texto analisado do autor apresenta um grande foco na temática ao explorar o que é o impacto e como o mesmo está inserido nas avaliações.

Na descrição de Dye, o impacto da política ou programa tem relação com seu efeito sobre as condições do mundo real. Sobre isso, o autor inclui os impactos sobre a situação ou grupo alvo do programa introduzido; o impacto em outros grupos além do



grupo alvo; o impacto em condições futuras e imediatas; os custos diretos em relação aos recursos utilizados no programa e os custos indiretos incluindo a perda de oportunidades (DYE, 2013, p. 64).

Dye estabelece a dicotomia entre resultado e impacto enquadrando o último como sendo fruto não somente da atividade do governo, mas também das mudanças na sociedade que são associadas às atividades políticas. Não obstante, um ponto relevante que o autor traz para a discussão é sobre o impacto simbólico da política. Nessa discussão, Dye estabelece que nem toda a política terá sucesso, mas que a ação do governo em relação a um problema já estabelece um perfil que será considerado pela sociedade. Segundo o autor, “era uma vez as políticas eram descritas como ‘quem ganha o que, quando e como’. Hoje as políticas parecem centrar em ‘quem sente o que, quando e como’” (DYE, 2013, p. 66). Essa interpretação do autor está correlacionada com seu discurso de que, em diversas ocasiões, indivíduos acabam julgando a política ou programa a partir de sua intenção mais do que a partir de seus resultados.

Resultado continua sendo um ponto importante na interpretação sobre a avaliação de efetividade quando se analisa o texto de Arretche (1998, p. 4). A autora estabelece essa avaliação como sendo um exame da relação entre a implementação de um programa ou política, com seus impactos e resultados. Para Arretche, nesse modelo de avaliação o obstáculo está em demonstrar que os resultados encontrados têm relação com os produtos oferecidos. Ou seja, relacionar os impactos com a política, excluindo a possibilidade de tais impactos terem sido causados por fatores externos.

A visão de Costa e Castanhar (2003, p. 980) não diferem muito da apresentada por Arretche. Os autores veem como objetivo dessa avaliação a observação de mudanças nas condições de vida do grupo alvo do programa ou política, sendo essas mudanças fruto das medidas implementadas. Nessa dinâmica há então a necessidade do estabelecimento de relações casuais entre as ações tomadas e os resultados obtidos. Novamente, a problemática apresentada por Arretche vem a tona, pois, deve-se conseguir distinguir até que ponto os resultados são de fato fruto das medidas e não de outros fatores externos a elas.

A dificuldade na identificação se determinado resultado é parte ou não das ações governamentais apresenta um desafio na análise sobre impacto. Deve ser feito o esforço de determinar qual seria o cenário existente na ausência da política avaliada. Tal exercício deve existir devido ao fato de que eventos externos ao programa ou política também pode executar um efeito sobre o grupo alvo (BARTIK, BINGHAM, 1997, p.

4). Logo, uma mudança no grupo analisado pode não ser de fato relacionada às medidas produzidas, conforme debatido anteriormente tanto por Costa e Castanhar, quanto por Arretche.

Ross, Freeman e Lipsey (1999) estabelecem que a relação de impacto, ou causalidade, é determinada a partir de probabilidades nas ciências sociais. Como desafio na observação de impacto está o favoritismo na seleção do grupo analisado. Em avaliações com voluntários, aqueles que se dispõem a participar tendem a ser os que iriam suceder com ou sem o programa. Como outra barreira está o fato de que outros programas também conduzidos na mesma área em que a política avaliada pode ter um papel relevante nos resultados observados, dificultando na separação entre quais são os dados provenientes da ação individual da política e quais são os frutos do outro programa (ROSS, FREEMAN, LIPSEY, 1999, p. 239).

Um adendo a ser feito em relação aos efeitos que são observados, é que esses mesmos podem ou não serem desejáveis. Ou seja, nem todo o impacto analisado será aquele previsto e tido como objetivo da política. Sobre a temática, Rua (2013) apresenta uma tabela que exemplifica essa dicotomia:

TABELA 5: RELAÇÃO ENTRE IMPACTOS DESEJÁVEIS E INDESEJÁVEIS.

<b>Impactos</b>	<b>Desejáveis</b>	<b>Indesejáveis</b>
Previstos	Atendem aos objetivos	Custos e renúncias para atingir os objetivos
Não previstos	Ganhos em escala (excedem positivamente os objetivos)	Externalidades e efeitos perversos

**Fonte:** Tabela elaborada a partir da tabela produzida por Rua, 2013, p. 126.

Outra diferenciação necessária dentro do conceito de identificação de impacto está na distinção entre os resultados brutos e os resultados líquidos. Os resultados brutos fazem menção a todas as mudanças em um resultado que é observado ao avaliar um programa, sendo facilmente calculados a partir de uma comparação entre os valores determinados antes da implementação e os valores obtidos após a implementação do programa. Já os efeitos líquidos apresentariam maior complexidade em sua mensuração.

Esses seriam representados pelas mudanças no resultado que podem ser atribuídas de forma razoável à intervenção, sendo claramente livres de outras intervenções externas ao programa avaliado (ROSS, FREEMAN, LIPSEY, 1999, p. 241).

Knoepffel trabalha sobre a questão da possibilidade da relação entre impacto e existência da política. Em outras palavras, esses resultados existiriam sem a implementação da política ou programa? Outra questão levantada pelo autor se faz em relação à não obrigatoriedade do impacto como fruto da política. Para o Knoepffel, isso caracteriza o perfil da política ou programa como não sendo necessariamente produtores de resultado, mas sim causadores de mudanças reais que serão a resolução de problemas coletivos (KNOEPFFEL, 2007, p. 229).

Conforme a interpretação de Deubel (2006) sobre a avaliação, o próximo capítulo trabalhará com a coleta, verificação e interpretação das informações referentes à Abenomics. Os dados coletados têm o intuito de apresentar quais foram as mudanças percebidas durante o período do governo de Shinzo Abe, comparando seus números com os dos anos anteriores ao mandato do Primeiro-ministro.

Assim como Ala-Harja e Helgason (2000) defendem, não existe uma forma ideal de executar a avaliação, cabendo ao avaliador decidir quais os melhores métodos de acordo com o seu objeto de pesquisa. Na avaliação aqui apresentada, ainda que utilizando um modelo descritivo cabe também a adição de uma visão mais crítica frente aos resultados apresentados, buscando somar aos dados disponibilizados, classificando essa avaliação como normativa ao dar espaço para a inclusão de diferentes problemáticas frente aos resultados obtidos.

Somado a isso, claramente a avaliação seguirá um modelo *ex post* considerando a já implementação da política assim como a importância desse modelo de avaliação para auxílio de questionamentos sobre os resultados e eficácia da política. A avaliação também será de impacto; utilizando a visão de Dye (2013), uma avaliação sobre o efeito da política sobre as condições do mundo real. Quando Dye trata de impacto ele estabelece que não somente a ação do governo pode ser observada, mas também o da sociedade em relação às atividades políticas. Essa abordagem tem valor para a avaliação aqui realizada ao considerar a importância de considerar os aspectos sociais frente às decisões tomadas pelo governo japonês.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo serão apresentados os dados coletados do governo do Japão e outras fontes, sendo esses analisados a luz das metas estabelecidas pelo próprio governo japonês ou, em caso de não haver metas estabelecidas para determinados pontos, os dados passarão por uma análise direta considerando os números apresentados. Primeiramente serão analisados os dados do grupo de idosos, seguido pelo grupo de expatriados e por fim, das mulheres. A intenção é identificar o impacto das metas estabelecidas e identificar se o mesmo ocorreu ou não. No capítulo seguinte a esse, as conclusões levantadas serão unificadas e finalizarão a pesquisa proposta.

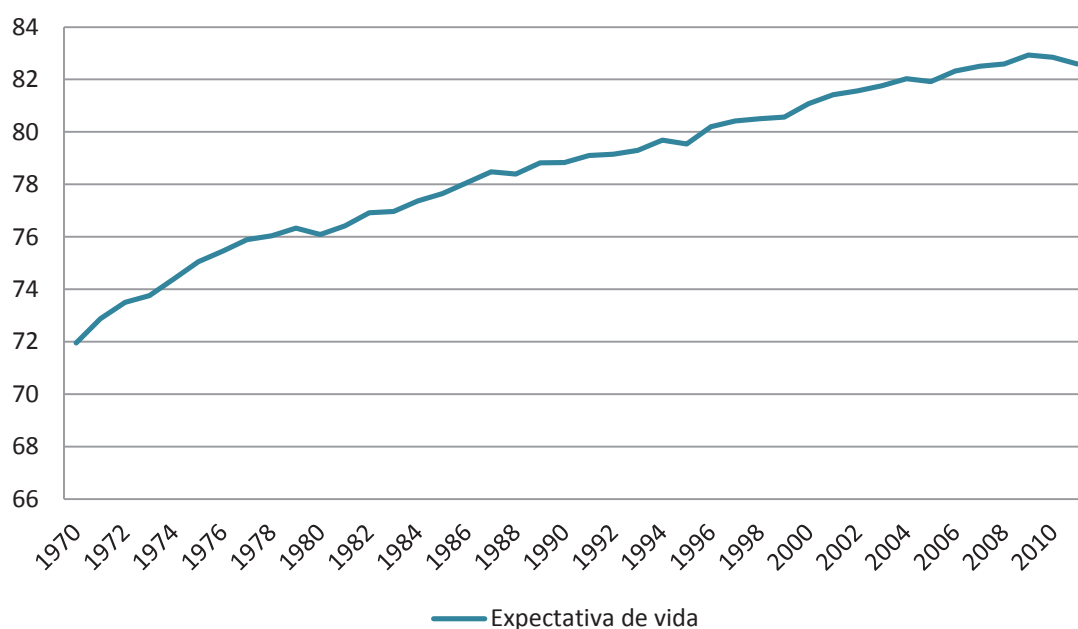
### 7.1 IDOSOS

O debate sobre o envelhecimento da população japonesa está presente nos discursos do primeiro-ministro e também nos documentos referentes à Abenomics. A discussão sobre o assunto se divide entre o campo de saúde e o de economia. Patrick (2014) aponta que os custos de saúde para indivíduos com 85 anos ou mais é 30 vezes maior do que os custos para indivíduos entre 65 e 69 anos (PATRICK, 2014, p. 13). Com o aumento do grupo que tem 85 anos ou mais, os custos com os cuidados de saúde também se elevam e reproduzem reflexos visíveis na economia.

Os gastos com saúde chegaram a 9,8% no ano de 2011 (PATRICK, 2014, p. 13), ano em que a expectativa de vida para ambos os sexos chegava a 82,49 anos (THE WORLD BANK, 2019). Os altos custos, principalmente ao que se refere aos cuidados por longo período, também motivaram políticas que buscam prover cuidados em casa ou em instituições específicas, ao invés de somente os limitar para o ambiente hospitalar. Os custos para manter um indivíduo em um centro específico de cuidados são menores que para manter um idoso em um hospital. Esse custo diminui ainda mais caso os cuidados sejam realizados em casa (SUGIMOTO, KASHIWAGI, TAMIYA, 2017, p. 1). Ihara (2000) também aborda o tema ao debater que o sistema de bem-estar japonês costumava apresentar muitas restrições, sendo mais fácil para os idosos ficarem em hospitais do que em, por exemplo, instalações próprias para cuidados que apresentam um custo menor (IHARA, 2000, p. 13).

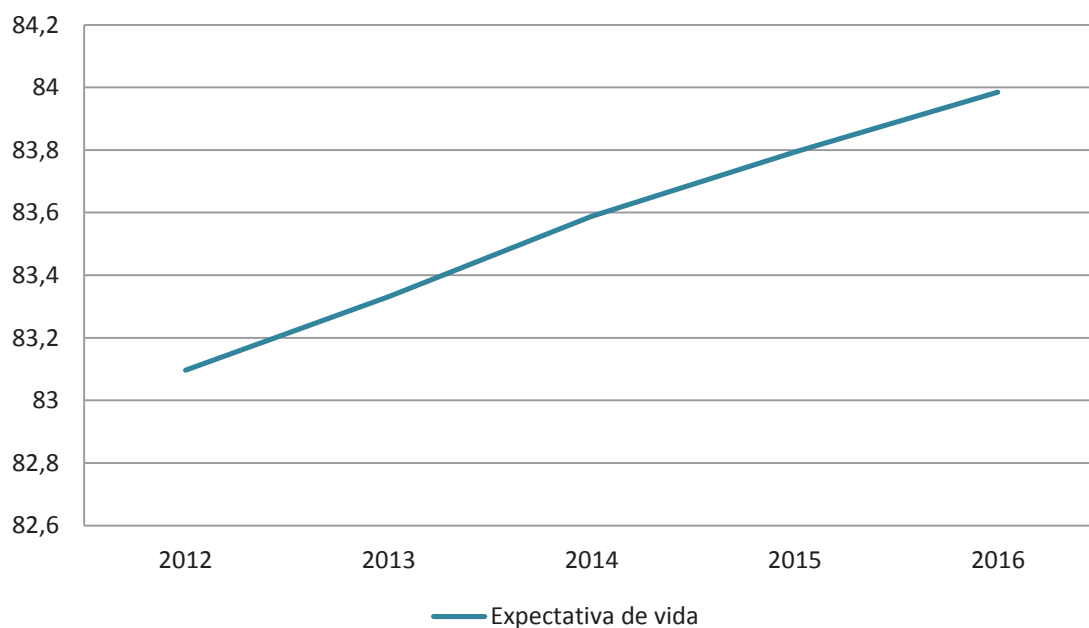
Os gráficos abaixo (gráficos: 11-12-13) demonstram as alterações da expectativa de vida de ambos os sexos no Japão. O primeiro gráfico apresenta um notável aumento entre a década de 1970 e os anos 2000. Enquanto que, no ano de 1970, a expectativa era de 71 anos. Essa média chegou a 80 anos já no ano de 1996. Durante os anos de 2012 a 2016, conforme o gráfico 12 apresenta, a expectativa se manteve em torno dos 83 anos. O *The World Factbook* estimou que a expectativa de vida no ano de 2018 para a população japonesa estava em cerca de 85 anos. Já apresentando um notável aumento em relação a 2016 (THE WORLD FACTBOOK, p. 01, 2019.).

GRÁFICO 11: EXPECTATIVA DE VIDA (1970-2011)



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por The World Bank, 2019.

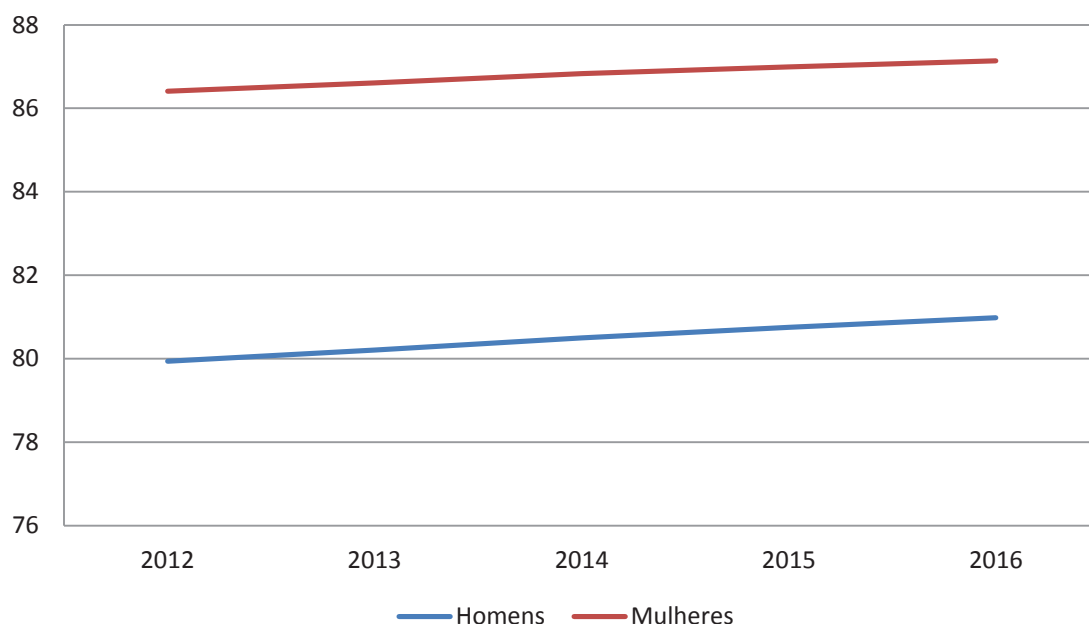
GRÁFICO 12: EXPECTATIVA DE VIDA (2012-2016)



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por The World Bank, 2019.

A expectativa de vida apresenta alterações quando analisada por sexo. As mulheres apresentam uma expectativa de vida maior do que os homens, chegando a 87,14 anos em 2016 contra 80,98 anos para os homens (THE WORLD BANK, 2019). Na estimativa para o ano de 2018, as mulheres apresentaram uma expectativa de 89 anos, enquanto os homens têm uma expectativa de 82,2 anos (THE WORLD FACTBOOK, p. 01, 2019). Ainda que ambos apresentem um avanço igual entre 2016 e 2018 (2 anos), a lacuna entre eles é significativa, justificando o foco do governo em políticas para as mulheres, assunto que será debatido mais a frente.

GRÁFICO 13: EXPECTATIVA DE VIDA POR SEXO (2012-2016)



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statista, 2019.

A importância de considerar a expectativa de vida ao debater o mercado de trabalho está na ideia de compreender, também, qual o número da população que faz, ou não, parte do mercado de trabalho. Com uma expectativa de vida tão alta, sendo a maior entre os países listados pelo *The World Factbook*, compreende-se a preocupação do Estado em transformar e flexibilizar medidas relacionadas à aposentadoria e contratação de indivíduos que estão no grupo de idosos.

O reconhecimento desse fator produziu a necessidade de uma mudança não somente no comportamento do Estado, mas também construiu a motivação para que o governo busque alterar a visão do setor privado em relação à dinâmica entre idade e contratações. No Plano de Ação para a realização da Reforma no estilo de trabalho publicado em 2017, o governo japonês expressa sua intenção em construir o conceito de “sociedade sem idade”, onde o indivíduo seria avaliado a partir de suas capacidades independente de sua idade.

Esse conceito serviria também para o encorajamento da contratação de jovens, mas apresenta maior foco quando o debate é sobre os idosos. O governo utiliza de dados como a porcentagem de indivíduos que tem mais de 65 anos e deseja trabalhar como uma forma de justificar suas políticas, defendendo a ideia do declínio da população que gera a necessidade de maior oportunidades para aqueles, até então, mais negligenciados

pelo mercado de trabalho (PRIMER MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2017, p. 35)

Conforme explorado no capítulo sobre a Abenomics, as medidas adotadas para a maior contratação de idosos não necessariamente tem como alvo o setor privado e o incentivo direto a contratações, também trabalhando outros setores da sociedade. O governo adotou medidas que buscavam diminuir os casos de indivíduos que teriam de deixar seus postos de trabalho para cuidar de membros mais velhos da família. Essa medida se expande para todos os setores da sociedade, mas é apresentada como uma resolução para o grupo de idosos.

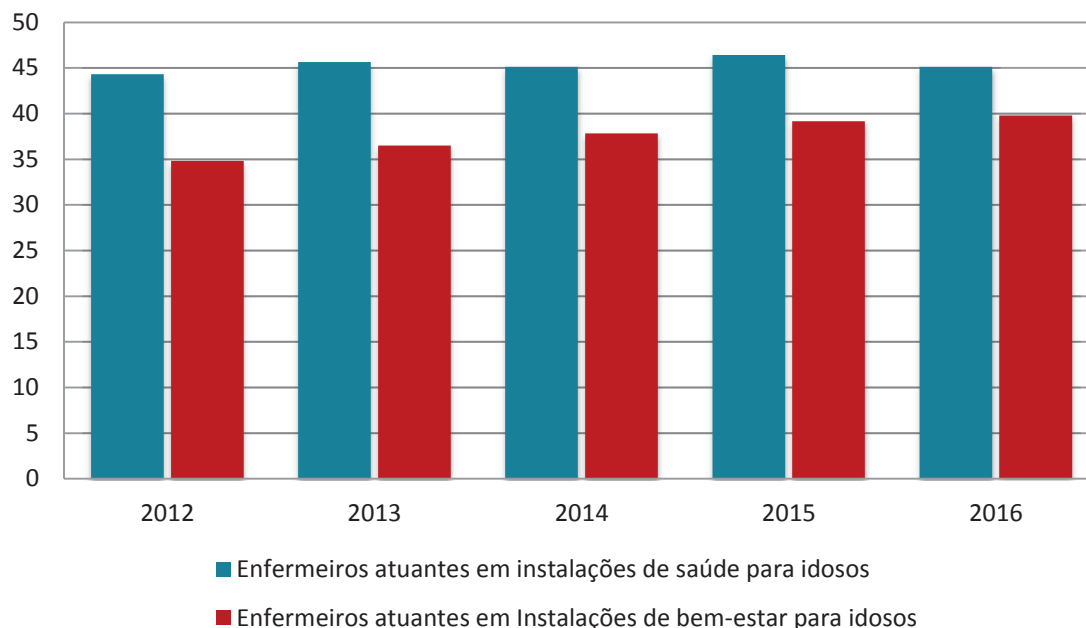
Para a solução desse problema o governo japonês organizou diversas medidas que englobavam o aumento de cuidados de enfermagem, seja em casa ou em instituições próprias, também aumentando o número de indivíduos atendidos por centros de cuidado. Todas essas medidas pareciam ter denominador em comum, sendo esse a necessidade de maiores profissionais na área de saúde.

O gráfico 14 apresenta os números divulgados pela Associação de Enfermeiros do Japão. Os dados se dividem entre enfermeiros atuantes em instalações de saúde e enfermeiros atuantes em instalações de bem-estar, ambos presentes e discutidos como parte das medidas. De acordo com os números indicados, em 2012, ano de início da Abenomics, os enfermeiros que atuavam em instalações de saúde chegavam a 44, 291 mil pessoas, enquanto que, no mesmo ano, o número de enfermeiros atuantes em instalações de bem-estar era de 34,824 mil pessoas. Ambos apresentaram certo aumento até o ano de 2016, não obstante, o número de enfermeiros em instalações de saúde teve uma leve queda entre 2015 e 2016, saindo de 46,425 mil para 45,102 mil pessoas. O número de enfermeiros atuantes em instalações de bem-estar apresentou um aumento contínuo, chegando a 39,77 mil pessoas em 2016.

Deve-se compreender que esses números são analisados somente de acordo com o que representam já que, segundo documentos divulgados pelo governo japonês, não há uma meta pré-fixada a respeito de quantos profissionais deveriam fazer parte do campo. O único indicador do tema incluído pelo governo é o de “ninguém é obrigado a deixar seu trabalho para prestar cuidados em casa” (COUNCIL FOR THE REALIZATION OF WORK STYLE REFORM, 2016, p. 58).



GRÁFICO 14: ENFERMEIROS ATUANTES EM INSTALAÇÕES DE SAÚDE PARA IDOSOS<sup>72</sup> (2012-2016)



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Japanese Nurse Association, 2019.

Segundo relatório divulgado em 2016, o número de enfermeiros ativos era de 747,009 mil no total, e o número de assistentes de enfermagem era o de 142,304.7 mil no total. O mesmo relatório mostrou que do número total de enfermeiros, 2,9% atuam em instalações para cuidados de idosos, sendo o quarto maior ficando atrás de hospitais (62%), clínicas (20,7%) e serviços ofertados em casa, que alcança o total de 3% (JAPANESE NURSING ASSOCIATION, 2015, 29).

Em um artigo publicado em 2017, Sugimoto, Kashiwagi e Tamiya, através de um questionário aplicado a 693 indivíduos em Tsukuba, aleatoriamente selecionados entre 40 e 64 anos, demonstraram uma preferência dos idosos para receber cuidados em casa, e não em uma instalação para saúde. A lacuna entre ambos foi considerável, sendo 440 indivíduos favoráveis a receber/oferecer cuidados em casa, enquanto 253 optariam por receber/oferecer cuidados em uma instalação. Um ponto importante observado pelos autores durante a sua análise é a de que os indivíduos que optaram por uma instalação são aqueles que já tiveram experiência de cuidar de membros da família em casa. Esse fator se conecta com o fato de que mulheres são mais propensas a terem de cuidar de

<sup>72</sup> Considera-se a definição das Nações Unidas para idosos como sendo a de qualquer indivíduo com 60 anos ou mais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019).

membros mais velhos da família, algo ligado aos aspectos culturais do país e aumentando a responsabilidade sobre esses indivíduos.

Não obstante, os autores também apresentam uma tendência para preferência de cuidados em casa (ainda que seus dados apresentem o contrário), chamando a atenção para a necessidade de maior promoção por parte do governo em relação a cuidados ofertados em casa (SUGIMOTO, KASHIWAGI, TAMIYA, 2017, p. 3). Vale ressaltar que dados levantados em 2016 apresentam que grande parte daqueles que cuidam de idosos acabam sendo membros da própria família, mais especificamente, as mulheres (GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE, 2018, p. 2). A maior atração de indivíduos para a profissão de enfermagem e cuidados auxiliaria a eliminar a necessidade de mulheres ficarem em casa cuidando de outros membros da família e poderem fazer parte do mercado de trabalho, intercalando com outra parte da Abenomics que será debatida posteriormente.

Ainda na temática de número de profissionais atuantes no campo, o avanço notado no Gráfico 14 representa um importante dado no que tange o objetivo da Abenomics em disponibilizar um maior número de enfermeiros como forma de aliviar a pressão sobre as mulheres. Com a maior disponibilidade de enfermeiros, as mulheres teriam mais tempo livre para executar uma atividade remunerada fora de casa.

É importante ressaltar que os cuidados de enfermagem em casa também são aplicados a indivíduos que passaram algum tempo em uma instalação de saúde ou hospital. De acordo com informações da Associação de Enfermagem do Japão, os cuidados ofertados em hospitais e instalações de saúde recebem continuidade em casa, dependendo da situação.

Em relatório divulgado em janeiro de 2019, foram demonstrados dados de um levantamento que buscava identificar qual área de preferência para trabalho segundo os enfermeiros. De acordo com essa pesquisa, 60% apresenta preferência em atuar como enfermeiro residencial, um exemplo sendo o de enfermeiros que visitam os pacientes após sua saída do hospital. Essa categoria está separada da que se enquadraria para cuidados dos idosos, sendo essa a de Cuidados a Longo prazo que abrange instalações para cuidados dos idosos assim como enfermagem residencial. Para essa área, 55,5% dos enfermeiros apontaram como sendo o local onde gostariam de trabalhar (JAPANESE NURSING ASSOCIATION, 2019, p. 5).

Um problema que parece ainda precisar de maior atenção do Estado seria o de violência e assédio enfrentado pelos profissionais. Ainda que 57,5% dos profissionais

declararam querer continuar atuando na área, 52,8% declararam já ter sofrido alguma forma de violência. Os dados recolhidos no ano de 2017 demonstram que 16% já enfrentaram assédio sexual, 31,5% já enfrentaram abuso psicológico e 22,9% enfrentaram abuso físico. Um total de 79% dos enfermeiros relatou sofrer alguma forma de assédio sexual de seus clientes e 28,8% sofreram assédio por parte de seus colegas de trabalho. Em relação à violência sexual, 94,5% relatam ter passado pela situação onde a violência era exercida pelo cliente, 18,9% onde a violência era exercida pela família e 5,5%, por algum colega de trabalho. Em relação ao abuso psicológico a maior porcentagem faz menção à violência exercida pelos colegas de trabalho, 64,8%, 40,7% pelos clientes e 18,9% pela família do cliente (JAPANESE NURSING ASSOCIATION, 2019, p. 6).

Durante a exibição dos dados não é discriminado se esses casos foram vivenciados por enfermeiros atuantes em hospitais, casas ou instalações próprias para cuidados de idosos, então deve-se considerá-los com ressalvas. Não obstante, demonstram um cenário que merece atenção dos decisores a fim de garantir maior segurança aos profissionais e, conseqüentemente, elevar o seu tempo de trabalho na profissão assim como atrair mais mão de obra para essa área. Logo, a noção de avanço no número de profissionais na área não elimina as outras problemáticas que podem se agravar com o tempo caso não recebam a atenção devida do Estado. A melhoria em um ponto, conseqüentemente pode corroborar para a piora em outros, de acordo com a resposta, ou não, que o governo japonês terá para o tema.

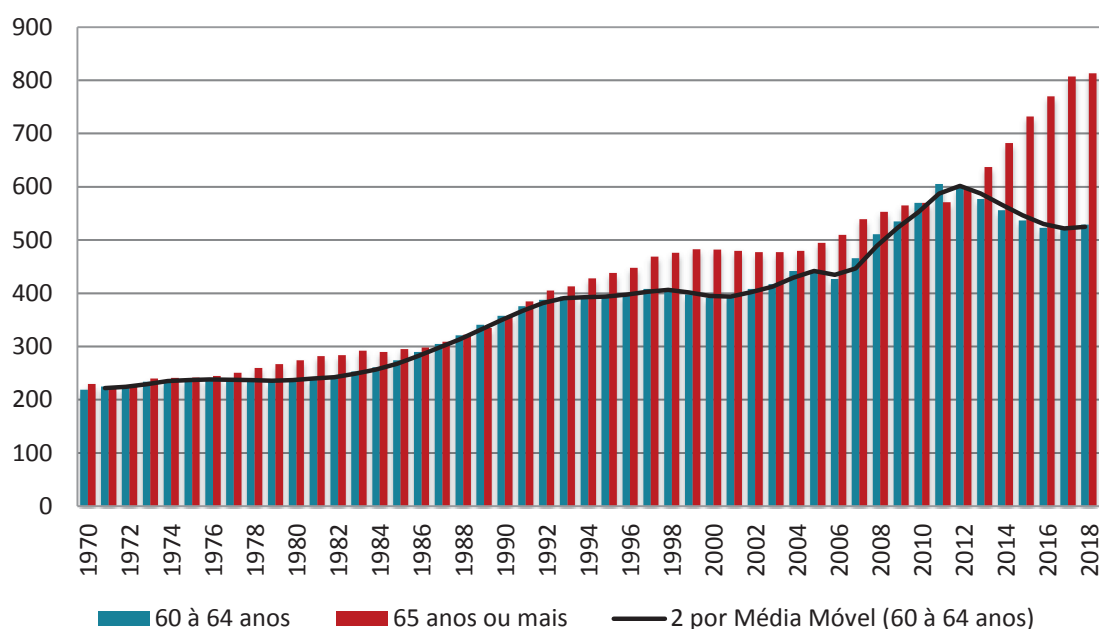
Iniciando o debate sobre idosos no mercado de trabalho utilizam-se os dados apresentados pelo *Statistics of Japan* sumarizados em duas tabelas. A primeira apresenta os números entre os anos de 1970 e 2011, enquanto a segunda, de 2012 a 2018. Essa divisão é necessária para garantir que haja uma distinção clara entre as informações referentes ao governo de Abe iniciado em 2012. Em ambos os gráficos os dados foram separados por idade. O primeiro grupo refere-se a indivíduos entre 60 e 64 anos e o segundo, 65 anos ou mais.

Uma informação que deve ser considerada ao analisar esses dados se dá em relação à idade de aposentadoria mandatória. Em 1994 foi criada uma emenda (Artigo 8) à Lei sobre a Estabilização do Emprego de Idosos que viria a ser aplicada em 1998. Anteriormente à criação dessa emenda as empresas mantinham uma idade de aposentadoria em 55 anos. Com uma emenda à Lei sobre a Estabilização do Emprego

de Idosos as empresas ficaram proibidas de determinar qualquer idade menor que 60 anos como limite para o tempo de trabalho.

Uma emenda (Artigo 9) estabelecida em 2004 obriga que os empregadores que estabeleceram a idade de aposentadoria menor de 65 anos sigam algumas medidas a fim de garantir a posição dentro da empresa para funcionários até essa idade. Essas medidas são: aumentar a idade de aposentadoria obrigatória (medida opcional e não obrigatória); introduzir um sistema de emprego contínuo; abolir a idade mandatória para aposentadoria (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2014, p. 8).

GRÁFICO 15: IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO (1970-2018)<sup>73</sup>



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2019.

Antes de dar início a leitura dos números apresentados no Gráfico 15, deve-se salientar que não foi localizado nas informações disponibilizadas pelo governo japonês uma meta específica em relação a adesão de idosos no mercado de trabalho. Então, ainda que haja medidas como a flexibilização na aposentadoria e incentivo às empresas, ao menos publicamente, não há números disponíveis sobre a meta de qual o percentual de idosos deveria vir a fazer parte do mercado de trabalho. Somado a isso, alguns indicadores utilizados pelo próprio governo se mostram nebulosos em relação a quais

<sup>73</sup> Números referentes ao mês de dezembro de cada ano.

são seus reais objetivos. Em um relatório, o governo japonês coloca como um dos indicadores de suas medidas para maior introdução de idosos no mercado de trabalho, “possibilitar que todos os idosos que desejam trabalhar, tenham um emprego” (COUNCIL FOR THE REALIZATION OF WORK STYLE REFORM, 2017, p. 68). Um indicador que não poderá ser considerado nessa pesquisa. Considerando esse cenário, os dados serão analisados puramente a partir do que demonstram.

É possível observar no Gráfico 15 acima o aumento quase que contínuo de indivíduos com 65 anos ou mais no mercado de trabalho. Em relação a aqueles que fazem parte do grupo entre 60 e 64 anos, o pico se mostra entre os anos de 2006 e 2011. Não obstante, percebe-se que o grupo de 65 anos ou mais tem maior participação do que o grupo de 60 a 64 anos. É possível considerar duas principais razões: a primeira se dá ao fato de que não há um intervalo de idade definido, logo, esse grupo engloba indivíduos com diversas idades após os 65 anos. Em segundo lugar, considera-se emenda de 2004 que obriga as empresas a garantirem uma vaga de trabalho para indivíduos até completarem 65 anos. Logo, o grupo de 65 anos pode demonstrar um aumento significativo a partir dessa resolução.

Segundo o Gráfico 15, no ano de 1998 quando o Artigo 8 foi implementado, 476 mil pessoas com mais de 65 anos faziam parte do mercado de trabalho. No ano do Artigo 9, 2004, esse número havia chegado a 480 mil, apresentando um aumento para 495 mil em 2015, e chegando ao patamar de 510 mil em 2006. No ano de 2011 esse número alcançou o total de 571 mil pessoas. Os números se mostram mais estagnados durante o período de 1981 a 1986, onde as variações não eram tão significantes. Na década de 1990 e início dos anos 2000, durante o período da década perdida, os números também voltaram a apresentar certa estagnação e até mesmo, retrocesso. No ano de 1998 o número chegou a 476 mil pessoas, aumentando para 483 mil pessoas no ano seguinte. O ano de 2002 apresentou uma queda nesses números, sendo que o total de indivíduos no mercado de trabalho durante esse período era de 477 mil, voltando a alcançar 480 mil somente no ano de 2004. Desde então o crescimento foi se mantendo até o ano de 2011 onde chegou a 571 mil pessoas.

Em relação ao grupo entre 60 e 64 anos, no ano do Artigo 8, 1998, houve uma queda em relação ao ano anterior. Enquanto 1997 apresentou um total de 408 mil pessoas, 1998 apresentou uma queda, chegando a 405 mil pessoas. Ainda assim, essa baixa não era tão visível quanto a que viria entre os anos de 1999 e 2001, onde o número chegou a 396 mil pessoas. Em 2002 houve uma recuperação e observou-se um

total de 408 mil pessoas no mercado de trabalho, apresentando um crescimento contínuo desde então. No ano de 2008 esse grupo apresentou um aumento considerável em relação ao ano anterior, chegando a 511 mil pessoas contra 466 mil pessoas em 2007. O aumento até o ano de 2011 é visível, sendo: 2009 com 535 mil pessoas; 2010 apresentando 570 mil pessoas e por fim, 2011 com 605 mil pessoas.

Ainda que no ano de 2011 ambos os grupos se apresentem de forma equilibrada, é muito mais perceptível o crescimento do grupo entre 60 e 64 anos quando comparado com o grupo de 65 anos a mais, o que pode ser considerado um reflexo da criação do Artigo 8 em 1998 e do Artigo 9 em 2004.

Observa-se o considerável avanço no número de indivíduos com 65 anos ou mais no mercado de trabalho durante o intervalo de 2012 a 2018. O ano de 2012, ano de posse do primeiro-ministro, se inicia com um total de 596 mil pessoas, tendo um aumento significativo e chegando a 732 mil no ano de 2015. O aumento do número para esse grupo se mostrou constante para os anos seguintes, não apresentando estagnação ou decréscimo, mas sim alcançando o total de 813 mil pessoas no ano de 2018, um número ainda mais significativo quando comparado com o outro grupo analisado.

O grupo referente aos indivíduos com 60 a 64 anos apresentou uma queda significativa desde o ano de posse de Abe. Ainda que tenha encerrado o ano de 2011 com 605 mil pessoas, o ano de 2012 apresentou uma queda que se mostrou constante até o ano de 2017. Nesse ano, o número total chegou a somente 521 mil pessoas, enquanto os indivíduos com 65 anos ou mais apresentaram um total de 807 mil pessoas.

Obviamente deve-se novamente salientar que o grupo de 65 anos ou mais engloba um número muito maior de indivíduos que se enquadram nessa categoria, o que justifica os números maiores quando comparados com o outro grupo. Ainda assim, ao comparar somente o grupo de 60 a 64 anos a queda no número de indivíduos no mercado de trabalho parece ir contra o que a Abenomics tem como objetivo. No relatório divulgado em setembro de 2018, o governo considera como meta o aumento da idade obrigatória de 60 para 65 anos, mas dispõe os dados referentes ao mercado de trabalho para o grupo de 65 anos ou mais. Considerando esse grupo o governo faz uma afirmação positiva ao mencionar um aumento de 3,5% entre os anos de 2012 a 2017, o que é confirmado pelos dados aqui dispostos.

Duas conclusões podem ser obtidas a partir das informações obtidas. Em primeiro lugar, se a intenção do governo é a de estender o tempo de aposentadoria de 60 para 65 anos, deve-se considerar a necessidade de maiores esforços para garantir essa

mudança ao considerar que o número de indivíduos entre 60 e 64 anos no mercado de trabalho vem decaindo desde a posse do primeiro-ministro em 2012. Obviamente deve-se observar o lado positivo ao reconhecer o avanço do número de indivíduos com 65 anos ou mais no mercado de trabalho, mas o reconhecimento desse sucesso não deve negligenciar a necessidade de esforços maiores para de fato transformar a idade de aposentadoria de 60 para 65 anos, assim como de conseguir incentivar as empresas a considerar indivíduos com mais de 60 anos como aptos para o mercado de trabalho.

Essa menção se faz em relação às empresas, pois consideram-se os dados de que 71% dos indivíduos que fazem parte do grupo analisado demonstram vontade de continuar a trabalhar ainda após a idade de aposentadoria. Logo, compreende-se que a falha de comunicação estaria entre governo e mercado, e não entre governo e sociedade já que, a partir das medidas estabelecidas para esse grupo, o governo japonês estaria respondendo às suas solicitações.

Não obstante, considerar o avanço do grupo de idosos com mais de 65 anos também deve elevar a problemática em relação aos cuidados de saúde. Mais idosos fazendo parte da dinâmica de trabalho em centros urbanos pode também acabar representando um aumento em questões relativas aos temas de saúde. Novamente, a disponibilidade de enfermeiros e profissionais em saúde no geral para atendimento não só da demanda existente, mas também da futura, se torna uma problemática que deve permanecer na agenda governamental como se faz até o presente momento.

## 7.2 EXPATRIADOS

Tezuka (2005) em um artigo sobre os desafios de trabalhadores estrangeiros no Japão trabalha o contexto histórico dos debates sobre o assunto. Segundo o autor, esses debates se dividem em três. O primeiro ocorreu no final de 1980, onde havia uma certeza sobre a escassez de mão de obra. Uma solução que surgiu na época foi a de trazer trabalhadores de países com diferentes níveis de tecnologia e remuneração, garantindo que sua estadia no Japão seria temporária. A solução já havia demonstrado não ser bem-sucedida historicamente, e de qualquer forma, a bolha que ocorreu nessa década transformaria o cenário. A mão de obra se mostrava excessiva e as políticas de aceitação de estrangeiros focaram somente para aqueles que obtinham alguma especialidade em campos específicos.

Com o fim de 1980 a crise chegou em países como o Brasil e Peru, iniciando uma onda de migração de descendentes que habitavam esses países e vieram no Japão uma forma de escapar do período turbulento. Por fim, os descendentes não foram sozinhos, também levando consigo suas famílias. Com o passar dos anos, o número de indivíduos no Japão cresceu, principalmente aqueles que passaram a trabalhar no país sem serem elegíveis para um visto de trabalho. Esse cenário deu início a diversas novas problemáticas incluindo más condições de trabalho e bem-estar para esses expatriados. (TEZUKA, 2005, p. 49-53).

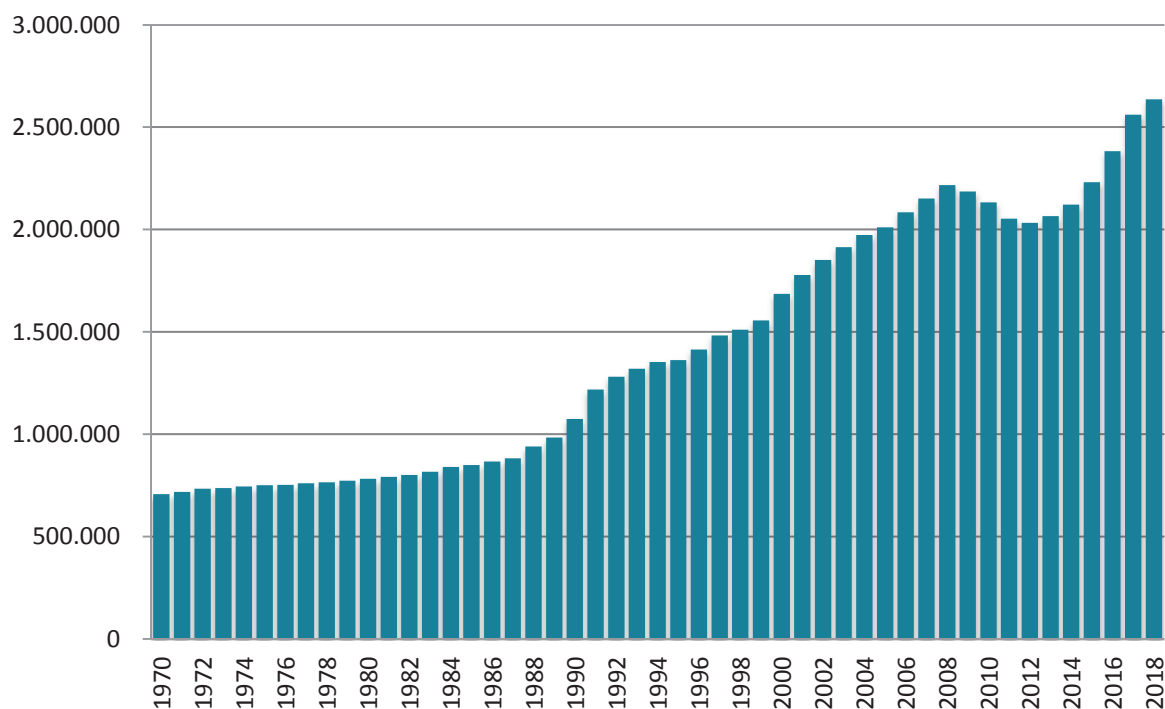
A escassez de mão de obra no Japão se tornou novamente centro de um debate moderno, e fez com que o governo pensasse em políticas que envolvessem não somente sua própria população, também criando a necessidade de um foco maior em busca de encontrar uma solução para o problema. Buscar a maior inserção de grupos muitas vezes excluídos do mercado de trabalho é uma forma positiva e que pode se mostrar eficaz com o tempo, ainda assim, para o caso do Japão onde a situação se mostra emergencial, existe a necessidade de se expandir os mercados internos e abrir as portas para expatriados que possam auxiliar a preencher as vagas existentes dentro do país.

Nessa seção serão analisados os dados referentes ao grupo de expatriados a fim de identificar se houve um aumento no número de profissionais estrangeiros atuando no Japão. Assim como no grupo anterior, os dados obtidos serão comparados a partir do início do governo de Abe, assim como no período anterior, caso necessário, a fim de garantir uma melhor visão dos números e identificar aumento ou decréscimo.

O primeiro gráfico apresenta o número de residentes estrangeiros no Japão entre 1970 e 2011. É possível perceber o aumento gradual que ocorreu, principalmente entre 1987 e 1988 onde os números partiram de 884,025 mil pessoas para 941,005. Esse crescimento continuou até o ano de 2008 onde alcançou um total de 2.217,426 mil pessoas. No ano seguinte, 2009, o número teve uma breve queda alcançando somente 2.186,121 mil pessoas, se agravando nos dois anos seguintes onde, consecutivamente, chegaram a 2.134,151 mil e 2.054,530 mil pessoas (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2018.).

GRÁFICO 16: RESIDENTES ESTRANGEIROS NO JAPÃO (1970-2018)



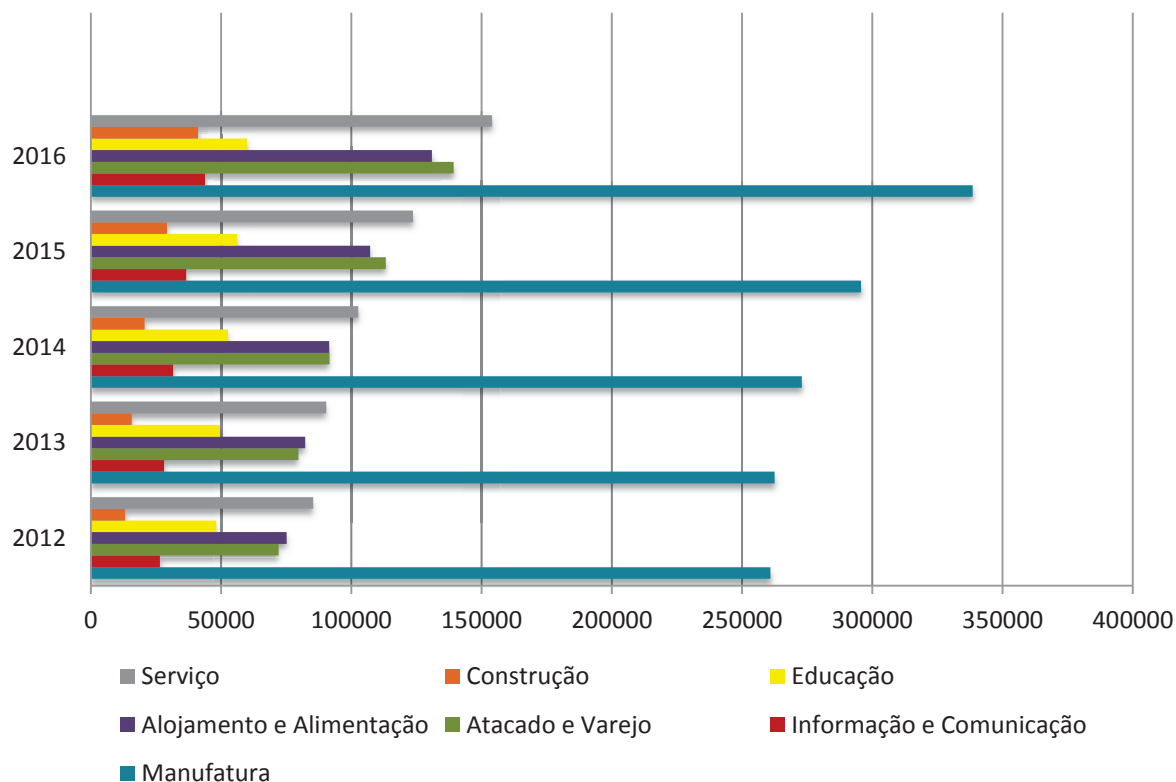


Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por National Institute of Population and Social Security Research, 2018.

Em relação ao intervalo de 2012 a 2018, nota-se a continuidade da queda nos números que se iniciou em 2009. No ano de 2012 o total de residentes estrangeiros no Japão chegou a 20.336,56 mil pessoas. Os números apresentaram aumento nos anos seguintes e em 2016 o Japão alcançou o maior número de residentes estrangeiros quando comparado com os anos anteriormente analisados. Nesse ano o total era de 23.828,22 mil pessoas, apresentando um avanço ainda maior nos anos seguintes, sendo consecutivamente: 25.618,48 mil e 26.372,51 mil pessoas (NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH, 2018.).

O gráfico abaixo apresenta a ocupação de trabalhadores estrangeiros no Japão entre os anos de 2012 e 2016. Nota-se que o setor de manufatura é o mais ocupado pelos trabalhadores estrangeiros, seguido do setor de serviço que apresentou um considerável aumento no decorrer dos anos selecionados.

#### GRÁFICO 17: TRABALHADORES ESTRANGEIROS (TOTAL): POR ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Japan Macro Advisors, 2018.

As categorias dispostas apresentam um aumento no decorrer dos anos dispostos, principalmente o setor de Atacado e Varejo e o de Construção, como é possível notar na disposição apresentada na Tabela 6 abaixo. O setor de Construção apresentou um aumento de 213,72%, com um número total de 41,104 mil pessoas no ano de 2016. O setor de Atacado e Varejo saiu de 72,084 mil pessoas para 13,930mil pessoas em 2016. O setor que menos cresceu foi o de Educação, alcançando um crescimento de 24,73%, seguido do setor de Manufatura que cresceu 29,71%, mas continuou sendo o setor mais ocupado por estrangeiros.

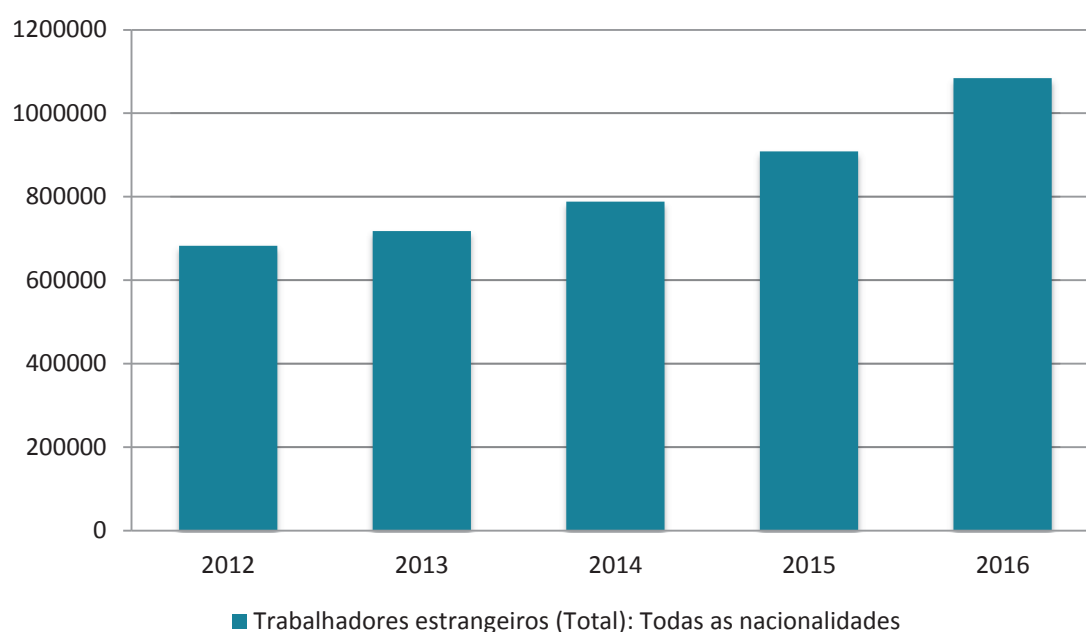
TABELA 6: VARIAÇÃO PERCENTUAL ENTRE OS ANOS.

	Manufatura	Informação e Comunicação	Atacado e Varejo	Alojamento e Alimentação	Educação	Construção	Serviço
Variação percentual	29,71%	65,58%	93,26%	74,18%	24,73%	213,72%	80,42%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

O Gráfico 18 abaixo apresenta o número de estrangeiros trabalhando no Japão entre o período de 2012 e 2016. O crescimento é notável, principalmente entre os anos de 2014 e 2015 onde, respectivamente, os números foram de 78.762,7 mil pessoas para 90.789,6 mil pessoas. No total, houve um aumento de 58,8% no número de trabalhadores estrangeiros no país alcançando um total de 108.376,9 mil pessoas.

GRÁFICO 18: TRABALHADORES ESTRANGEIROS (TOTAL): TODAS AS NACIONALIDADES



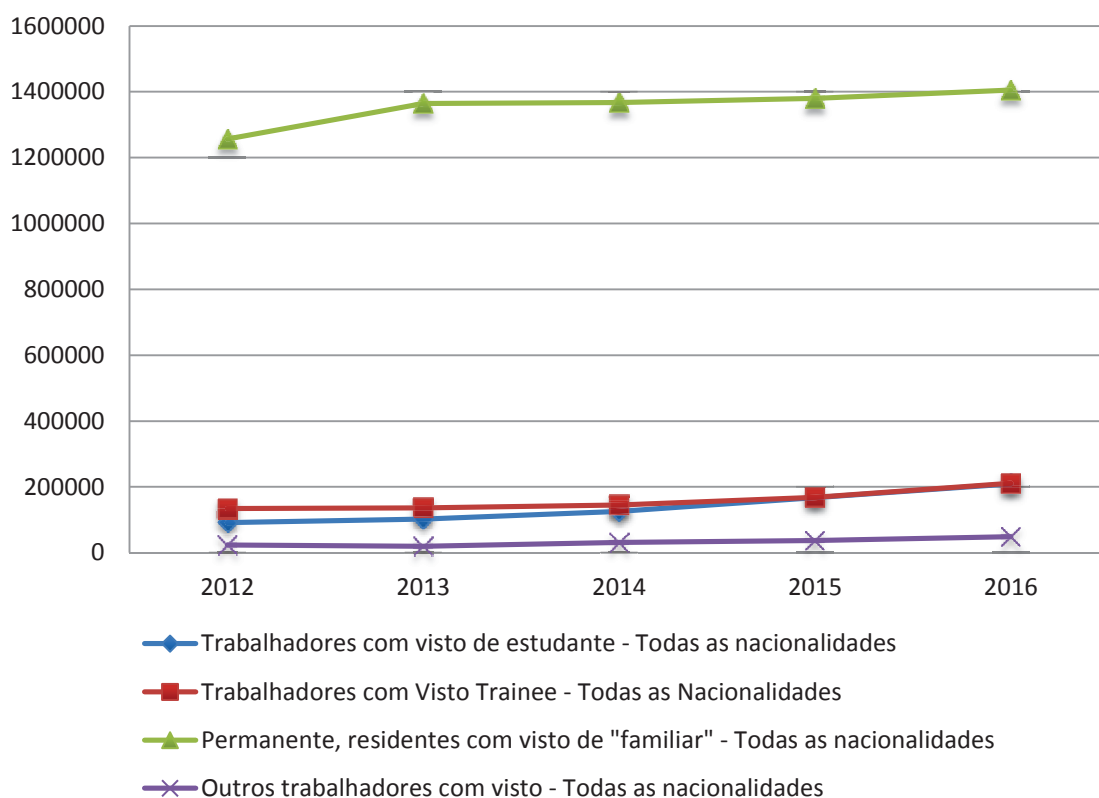
Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Japan Macro Advisors, 2018.

O gráfico apresentado abaixo distingue o número de estrangeiros a partir do tipo de visto utilizado entre os anos de 2012 e 2016. O visto que se destaca é o visto permanente<sup>74</sup> que representava 125.614,4 mil pessoas em 2012, alcançando 140.519,0 mil pessoas em 2016. Em segundo lugar está o visto para *trainee*. Esse visto é ofertado para aqueles que têm objetivo de permanecer por um tempo em uma empresa no Japão e

<sup>74</sup> O visto permanente e “familiar” faz relação aos grupos: Residente Permanente; Residente Permanente Especial; Residente de Longo Prazo; Cônjuge de Nacional Japonês; Cônjuge de Residente Permanente de acordo com a fonte de coleta de dados.

aprender determinadas habilidades e tecnologias. Esse visto tinha um número de 13.422,8 mil pessoas em 2012, chegando a 21.110,8 mil pessoas em 2016.

GRÁFICO 19: TRABALHADORES ESTRANGEIROS PELO TIPO DE VISTO



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Japan Macro Advisors, 2018.

O visto de *trainee* apresentou um aumento de 57,28%, mas seu número total continua relevante, o que pode provocar um impacto ainda maior futuramente. O governo japonês em 2018 decidiu que aqueles que possuem esse visto poderão aplicar para um visto de trabalho, podendo permanecer mais cinco anos no Japão, um total de 10 anos quando somado com o período já existente no visto originalmente. Essas mudanças buscam auxiliar em relação à escassez de mão de obra e podem apresentar um impacto significativo no futuro após a implementação. (REALSTATE, 2018, p. 1)

A Tabela 7 abaixo busca apresentar a variação existente entre os anos a fim de identificar quais tipos de visto apresentaram maior aumento. Como é possível notar, trabalhadores com visto de estudante foram os que mais cresceram durante os anos apresentados. No ano inicial de análise, 2012, o total era o de 99.172,7 mil pessoas,

chegando a 20.965,7 mil pessoas em 2016, uma variação de 128,57%. O segundo maior crescimento foi o da categoria para “outros tipos de visto”, apresentando uma variação de 106,48%.

TABELA 7: VARIAÇÃO PERCENTUAL ENTRE OS ANOS.

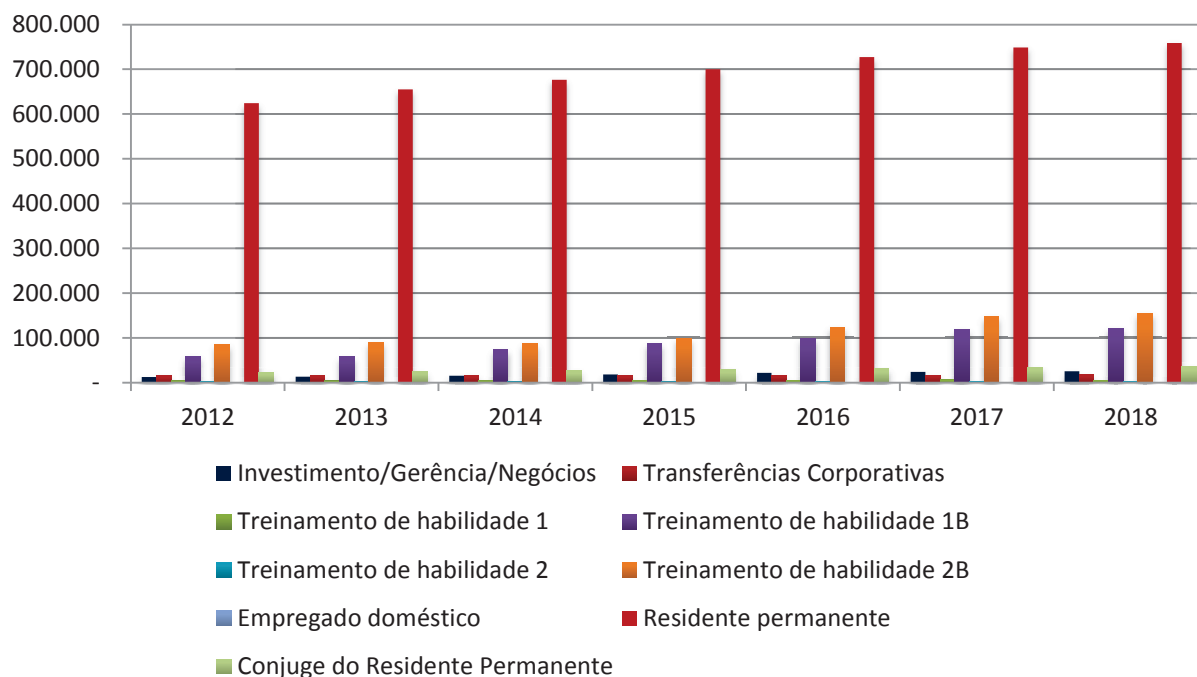
	Total de trabalhadores estrangeiros	Residentes com visto de trabalho	Trabalhadores com visto de estudante	Trainee com visto de trabalho	Visto permanente. Visto para familiares de residentes	Trabalhadores com outros tipos de visto
Varição percentual	58,81%	35,55%	128,57%	57,28%	11,87%	106,48%

Fonte: Tabela elaborada pelo autora.

O Gráfico 20 também explora os *status* de residência dos estrangeiros que adentraram o Japão entre os anos de 2012 e 2018. O crescimento de todos os vistos dispostos é visível, principalmente para o visto de residente permanente, o mais abundante entre todos. A correlação dessa modalidade de visto com as medidas referentes aos expatriados está na resolução que permite que os expatriados com visto especial tenham maior facilidade para a solicitação do visto permanente. De encontro a isso, o crescimento do visto para cônjuges de residentes permanentes também aumentou, o que pode estar correlacionado com outras facilidades criadas pelo governo para que profissionais possam levar seus familiares consigo para o Japão.

O visto relacionado à área de investimentos/negócios também apresentou um considerável crescimento chegando à 25.099 mil em 2018, considerável diferença quando comparado com os 12.609 mil em 2012, também podendo estar relacionado com os esforços do governo japonês em atrair maior investimento externo ao país. Medida não diretamente ligada à maior atração de força de trabalho, mas sim de maior produtividade e movimentação econômica. As transferências corporativas apresentaram um pequeno, mas considerável crescimento partindo de 14.867 mil em 2012, para 17.176 mil em 2018.

GRÁFICO 20: STATUS DE RESIDÊNCIA



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por The Ministry of Justice, 2019.

Em 2008 Peltokorpi já sinaliza a importância de alguns fatores na facilitação da adequação do expatriado no ambiente de trabalho. Para a autora, o conhecimento da língua exerce uma importante influência em relação a como o expatriado socializa não somente na sociedade, mas também em seu trabalho. As diferenças culturais novamente são apontadas sendo responsáveis por situações sociais no trabalho ou sociedade que causam desconforto para os expatriados e diminuem as interações. Para a autora, uma das soluções para esse cenário é o de empatia cultural já que, “aceitação e respeito por diferenças culturais ajudam aos expatriados a adaptarem seu comportamento e estilos de interação” (PELTOKORPI, 2008, p. 1603).

Em um estudo divulgado no ano seguinte, 2009, Peltokorpi e Froese realizaram uma análise sobre o ajuste de expatriados no Japão, criando uma análise entre os expatriados que se mudaram devido às exigências da empresa, e aqueles que decidiram por morar no Japão por vontade própria. Nesse artigo as autoras se aprofundam nas dificuldades de adaptação em relação à cultura, considerando o quão singular a cultura japonesa é e o quanto isso pode se tornar um desafio para aqueles que decidem, ou são

enviados, para o Japão. Segundo resultados da pesquisa realizada pelas autoras, os expatriados que se mudaram para o Japão de forma autônoma apresentam maior facilidade em se ajustar à nova cultura, mas apresentam dificuldade em se ajustar em termos de trabalho. Focando na relação de indivíduo e trabalho, ambos os tipos de expatriados apresentam o mesmo nível de adaptação, o que os autores justificam devido ao fato de que diferenças culturais acabam por se tornar uma barreira dos expatriados que vão para o país devido às ordens da empresa, dificultando que atinjam seus objetivos profissionais (PELTOKORPI, FROESE, 2009, p. 1107).

Em 2011, as autoras lançaram outro estudo focado no impacto que a personalidade dos expatriados tem em seu ajuste a uma nova cultura. Nessa pesquisa o foco se voltou para aqueles que vão para o Japão a partir de uma demanda da própria empresa e não para aqueles que vão de forma autônoma. Em suma as autoras concluíram que sim, traços da personalidade importam no modo de adaptação do indivíduo. Considerando isso, as autoras defendem que tais características devem ser consideradas no processo de seleção a partir de uma análise do seu histórico de interações, produtividade e relações, em geral dentro do ambiente de trabalho, ao invés de considerar somente as habilidades técnicas que o indivíduo apresenta. Não obstante, é defendido que treinamentos podem auxiliar para que o indivíduo se torne mais apto para trabalhar em outro país considerando que alguns aspectos individuais podem ser alterados com treinamento ou até mesmo, experiência. Para as autoras, “apesar de o impacto positivo de trocas culturais, expatriados ainda assim precisam ter os certos aspectos de personalidade para que possam ser efetivos em outros países” (PELTOKORPI, FROESE, 2011, p. 744).

Em 2015, Ganelli e Miake publicaram um artigo sobre a necessidade de atrair mais profissionais estrangeiros para o Japão considerando a alta demanda por mão de obra que até então não estava presente. No processo de discussão, os autores levantaram o questionamento sobre qual tipo de profissionais o Japão estava atraindo. Como mencionado na seção anterior, o Japão implementou em 2012 a categoria de pontos para profissionais altamente qualificados, o que viria a se tornar um visto próprio em 2015. Entretanto, esse visto só estaria disponível para uma categoria muito própria de profissionais. O que trouxe à tona e de fato se mostra um problema é em relação aos profissionais com menos habilidades, profissionais de “colarinho azul”. Os autores debatiam a necessidade de também existir políticas voltadas para a atração desses

profissionais considerando a baixa oferta de mão de obra para profissões que esses expatriados ocupariam (GANELLI, MIAKE, 2015, p. 13).

Uma resposta para o problema veio ao fim de 2018 quando o governo japonês divulgou que a mudança no visto, agora também se estendendo para profissionais de colarinho azul. A princípio esse novo visto englobaria alguns grupos de profissionais que foram indicados por cada Ministério, sendo esses:

- a) Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar: cuidados de enfermagem; limpeza de prédios;
- b) Ministério da Agricultura, Floresta e Agricultura Pesqueira: agricultura, indústria pesqueira; manufatura de bebidas e comidas; restaurantes;
- c) Ministério da Economia, Comércio e Indústria: indústria de materiais, indústria de maquinaria industrial; indústria de equipamentos eletrônicos;
- d) Ministério da Terra, Infraestruturas, Transportes e Turismo: construção; construção de navios; manutenção de carros; aviação; hospedagem (REALSTATE, 2018, p. 3).

Logicamente não se pode ter certeza de quais serão os resultados provenientes dessa nova medida. O governo japonês se mostra otimista ao acreditar que irá atrair milhares de novos trabalhadores e, assim, diminuirá a lacuna entre oferta e demanda no que tange ao mercado de trabalho. Não obstante, deve-se considerar os debates trazidos por autores sobre as relações sociais e sua importância não somente para o profissional estrangeiro, mas também para o nativo. Um mau gerenciamento na forma de receber, alocar e tratar esses profissionais pode gerar impactos não esperados ou desejados.

A barreira cultural talvez seja a mais difícil de se ultrapassar quando a temática é a atração de profissionais estrangeiros. Logo após o anúncio da nova modalidade de vistos, críticas ao governo foram levantadas. Algumas correlacionadas com as já existentes más condições de trabalho para trabalhadores estrangeiros (DENYER, 2018, p. 1), que passariam pelas mesmas condições dos trabalhadores sem visto debatidos por Tezuka (2015), enfrentando exploração a partir de longas jornadas de trabalho, má remuneração e sem acesso aos seus direitos necessários. O debate dentro da sociedade japonesa em certa parte não se mostra tão positivo em relação às novas políticas de visto (MCNEILL, 2018, p. 2), confirmando a necessidade de maior comunicação entre governo e sociedade a fim de garantir que as políticas aplicadas possam ser efetivas sem causar maiores danos para os japoneses e nem para os expatriados.



Em 2005, um artigo publicado através da *Sachs Global Strategy Research* já argumentava que o Japão teria três alternativas para solucionar o problema de mão de obra: aumentar a taxa de natalidade; permitir a entrada de mais imigrantes ou; aumentar a participação no mercado de trabalho. Em relação à imigração é argumentado que o governo teria de elevar muito o número de expatriados dentro do país, sendo quase impossível que uma política para somente esse grupo fosse o suficiente para solucionar os problemas, sendo necessário também expandir para a terceira abordagem: aumentar a participação no mercado de trabalho; nesse ponto, incluindo o suporte a mais mulheres atuantes no mercado japonês (MATSUI, *et al*, 2005, p. 4). O próximo sub-tópico irá analisar os dados observados para esse grupo e quais foram, ou não, as mudanças ocorridas.

### 7.3 MULHERES

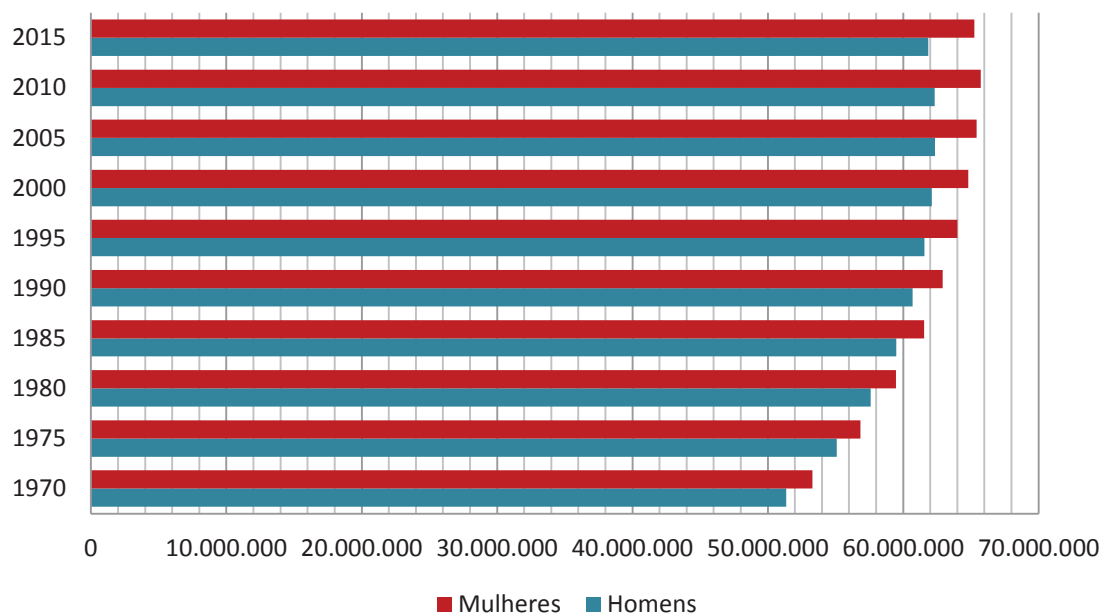
Como citado anteriormente, as mulheres enfrentam algumas dificuldades para entrar e permanecer no mercado de trabalho japonês. Considerando o quão proeminente esse grupo é na sociedade japonesa, como é notável no Gráfico 21, é justificável os esforços realizados pelo governo para conseguir dar suporte para que mulheres possam fazer parte desse mercado. Para isso o governo terá de conseguir promover mudanças não somente no mercado e diretamente com as empresas, mas também com a própria sociedade japonesa. No início dos anos 2000, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era menos de 63,5% no Japão (GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE, 2014, p. 7), elevando a urgência de maior inclusão desse grupo.

Chanlett-Avery e Nelson (2014) debatem alguns desafios para a participação feminina no mercado, incluindo a cultura no espaço de trabalho onde ainda existe uma visão de que mulheres são aquelas que devem prover cuidados aos filhos, de certa forma negligenciando o papel do pai nessa função; e, também, as relações políticas também fazem parte dessa problemática devido à falta de representatividade feminina e criando desafios para a criação de políticas que, de fato, respondem as demandas das mulheres (CHANLETT-AVERY, NELSON, 2014, p. 7).

O Gráfico 21 abaixo apresenta o censo populacional do Japão com divisão por sexo. Enquanto a população masculina demonstrou um crescimento de 20% entre os anos analisados, o crescimento do grupo de mulheres cresceu 22%. Ainda que ambos os

grupos apresentem um crescimento constante, as mulheres continuam representando um total maior.

GRÁFICO 21: ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO POR SEXO (1970-2015)<sup>75</sup>

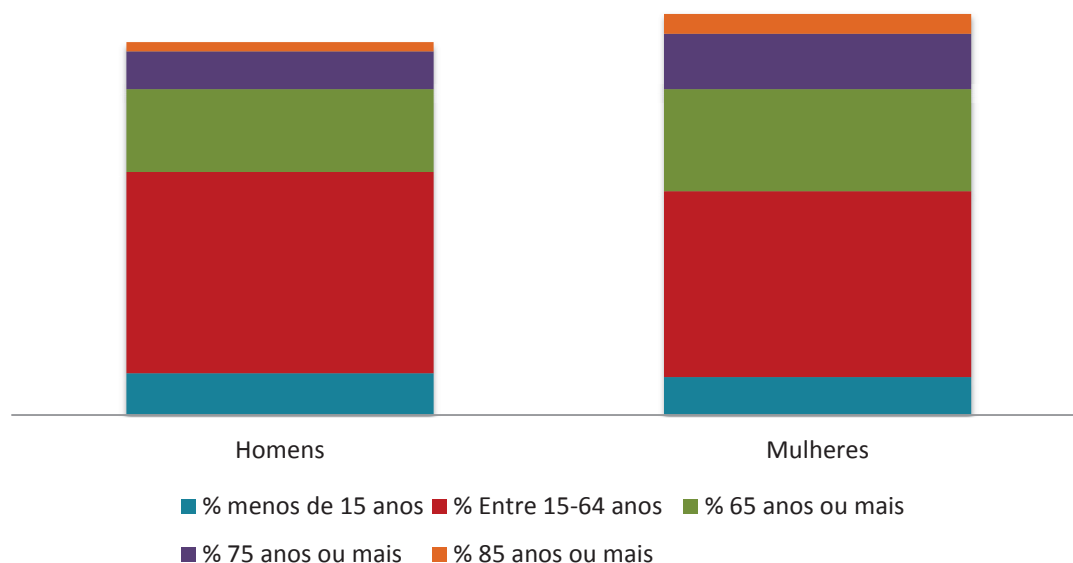


Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

O Gráfico 22 abaixo utiliza dados mais recentes sobre o número de mulheres e homens, também fazendo uma distinção entre a idade. Ainda que as mulheres sejam em maior número num total, elas são minoria no grupo entre 15 a 64 anos, que seria a idade de maior participação no mercado de trabalho. Essa diferença, no entanto, não é tão grande, sendo em 57% enquanto os homens representariam 61,7%. No grupo de 65 anos as mulheres são maioria com 31,3% enquanto os homens apresentam um total de 35,4%. Considerando que esse grupo faz parte do alvo do governo japonês e suas políticas de expansão na idade de aposentadoria, a diferença existente entre homens e mulheres nesse grupo se mostra mais relevante do que a diferença presente entre indivíduos de 15 a 64 anos.

<sup>75</sup> Dados referentes somente a cidadãos japoneses.

GRÁFICO 22: ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO POR IDADE (2018)<sup>76</sup>



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

Utilizando a definição da OECD, a “força de trabalho” representa a população ativa que preenche os requerimentos para serem incluídas no grupo de empregados ou desempregados (OECD, 2019, p.1). Considerando essa informação, é importante estabelecer qual o número de indivíduos que se qualifica para fazer parte da força de trabalho e quais de fato o fazem.

Os gráficos abaixo demonstram esses dados referentes aos anos de 1970 a 2018. Durante o período de 1970 a 2012, prévio ao governo Abe, é possível ver claramente o quanto mais proeminentes são os homens que se qualificam como parte do grupo de força de trabalho. O número que era de 315.1 mil em 1970 chegou a 382.9 mil em 2011, um crescimento de 22%. As mulheres, ainda que num total sejam menos em relação à força de trabalho, apresentam um crescimento maior. Entre os anos de 1970 e 2011 a força de trabalho feminina cresceu 37%.

Entre os anos de 2012 e 2018, já no governo de Abe, o cenário não mostrou muita alteração. Os homens continuaram a representar a maior parte da força de trabalho ao mesmo tempo que as mulheres apresentaram o maior crescimento. A força de trabalho masculina nesse período apresentou um crescimento de 1% somente,

<sup>76</sup> Dados referentes somente a cidadãos japoneses.

enquanto a força de trabalho feminina cresceu 9%, saindo de 276.8 mil em 2012 para 300.9 mil em 2018.

Os outros dados também presentes se referem às mulheres e homens que de fato estão empregados. Uma tendência que parece fazer parte desse cenário é o fato de que ainda que os homens sejam maioria, as mulheres são as que apresentam maior crescimento. Nesse caso, entre 1970 e 2011 o crescimento de homens no mercado de trabalho foi de 17%, enquanto que o das mulheres foi de 33%.

Uma análise ainda mais importante a ser realizada é uma comparação desses números com os números correspondentes à força de trabalho. Em 1970, 315.1 mil homens se qualificavam como parte do grupo de “força de trabalho”, no mesmo ano 311.2 mil de fato estavam empregados. Distâncias maiores entre esses dados existiriam, um exemplo foi o ano de 1996 onde a força de trabalho alcançava um total de 401.1 mil, mas os indivíduos que foram relatados como ocupando um posto de trabalho foi o de 387.6 mil.

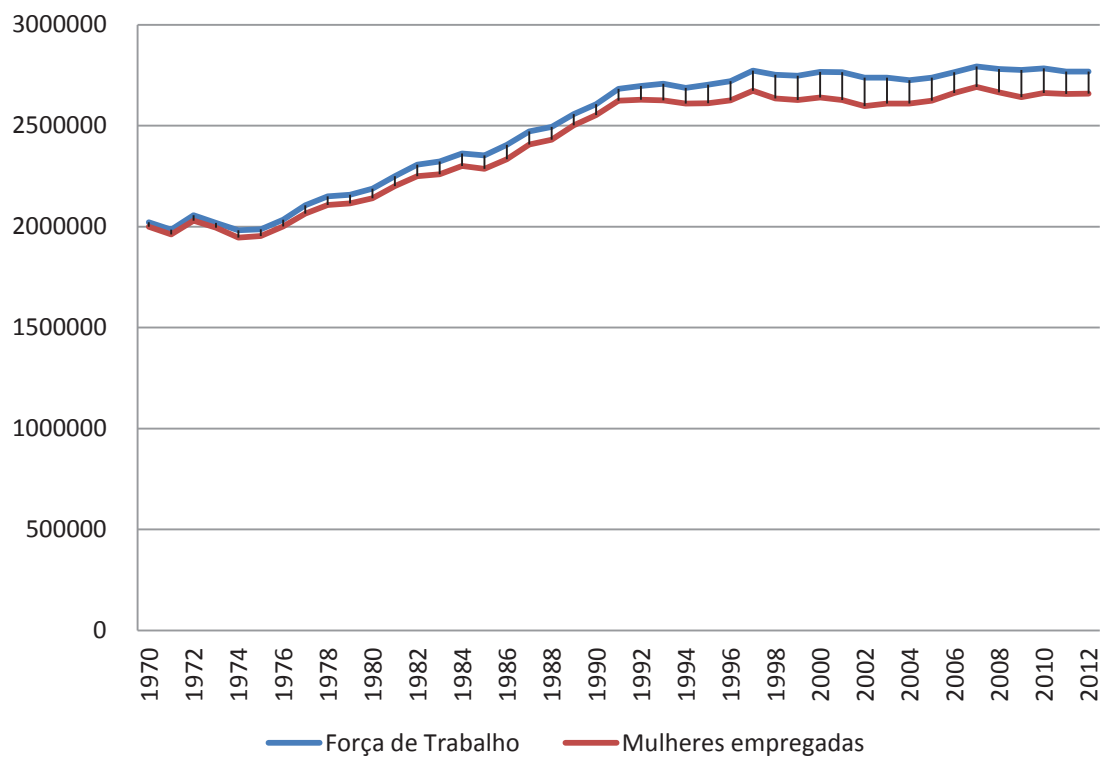
No caso das mulheres não é muito diferente, enquanto em 1970 o total de força de trabalho era 2022 mil, o total de mulheres empregadas era de 1999 mil. O número de mulheres no mercado oscilou pouco, principalmente entre a década de 1990 e os anos 2000. Em 2011 o total de mulheres empregadas era de 2657 mil contra 2768 mil presentes no total da força de trabalho. Em comparação, o total de homens na força de trabalho nesse mesmo ano era de 3829 mil sendo 3643 mil empregados.

Entre os anos de 2012 a 2018 o crescimento geral de homens no mercado de trabalho foi de 4%, enquanto que o de mulheres foi de 11%. Em relação aos homens, 2012 apresentou uma queda em relação ao ano anterior, voltando a se recuperar somente em 2015. As mulheres também seguiram o mesmo processo, iniciando sua recuperação no ano de 2014 e ultrapassando os números de 2011 em 2015. A diferença entre força de trabalho e aqueles empregados manteve-se equilibrada para ambos os grupos. Enquanto em 2018 os homens eram um total de 3828 mil na força de trabalho, somente 3731 mil estavam atuantes no mercado de trabalho; as mulheres alcançavam um total de 2939 mil empregadas e 3009 mil constituindo como força de trabalho.

O aumento de mulheres ocupando postos de trabalho também é reconhecido em um estudo realizado por Matsui *et al* em 2014. O estudo também aponta que a estagnação na participação de homens no mercado de trabalho tem relação com o fato de que grande parte da população masculina começou a chegar na idade de aposentadoria. Não obstante, o número crescente de mulheres no mercado de trabalho

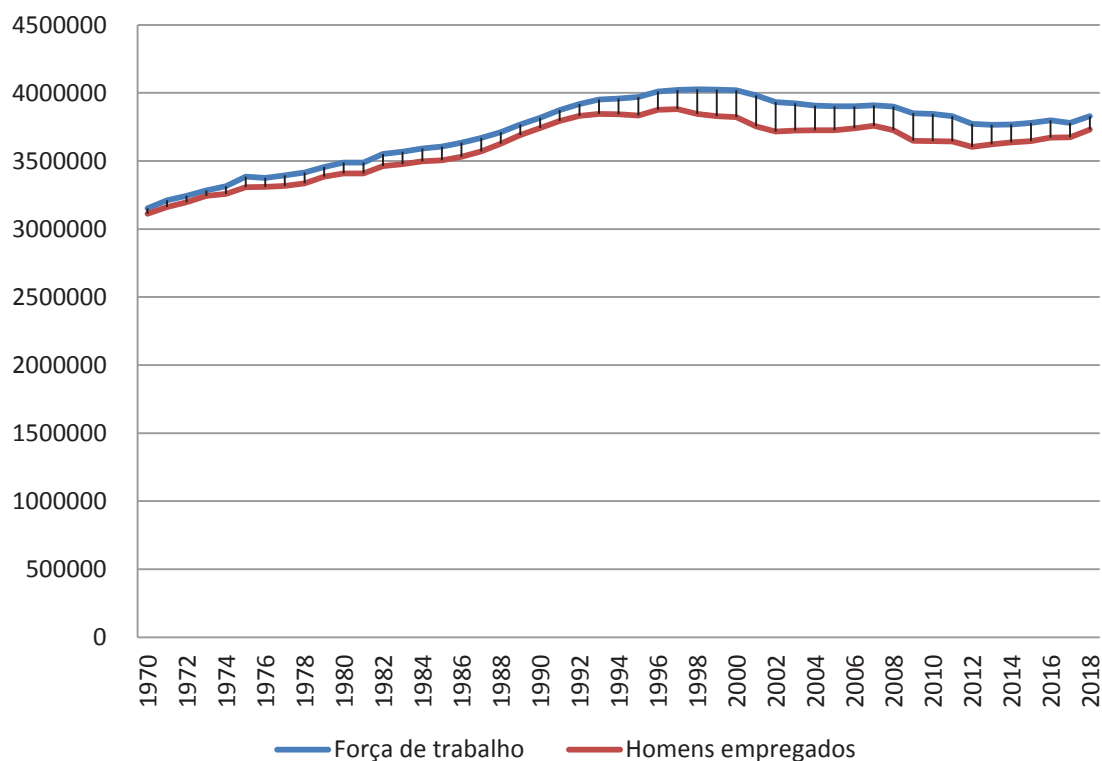
também é atribuído ao fato de que mais mulheres estão assumindo postos de meio-período (MATSUI *et al*, 2014, p. 7), o que será analisado mais adiante nessa seção.

GRÁFICO 23: FORÇA DE TRABALHO FEMININA E MULHERES EMPREGADAS (1970-2018 – 10 MIL PESSOAS)



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

GRÁFICO 24: FORÇA DE TRABALHO MASCULINA E HOMENS EMPREGADOS (1970-2018 – 10 MIL PESSOAS)

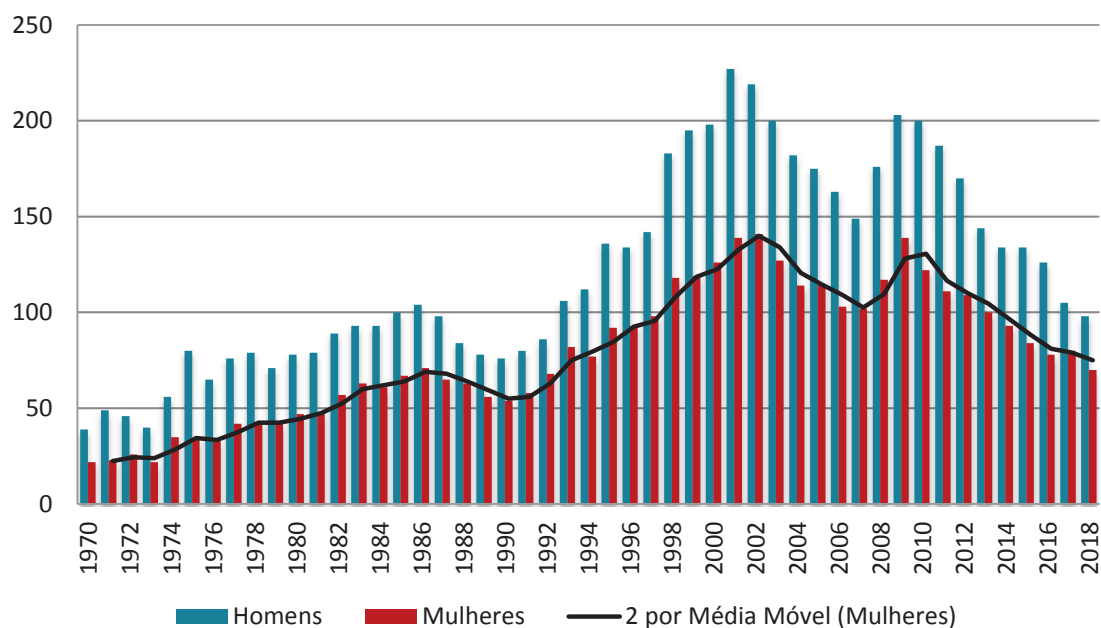


Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

As próximas análises são sobre os indivíduos desempregados. Percebe-se que os picos de desemprego são basicamente os mesmos para ambos os sexos, ocorrendo um avanço nesses números entre 2000 e 2003, voltando a se repetir entre 2009 e 2010. Não obstante, o pico de 2000 parece ser uma continuação do que se iniciou em 1993. Em 1992 o total de homens desempregados era de 86 mil, indo para 106 mil no ano seguinte e alcançando seu máximo na década de 1990 em 1999 quando chegou a 195 mil. As mulheres, em comparação, tiveram um pico de desemprego em 1993, se recuperando no ano seguinte mas voltando a subir em 1995. O grande pico para esse grupo foi em 2002 quando atingiu um total de 141 mil desempregados.

GRÁFICO 25: HOMENS E MULHERES DESEMPREGADOS (1970-2018 – 10 MIL PESSOAS)<sup>77</sup>

<sup>77</sup> Números referentes ao mês de dezembro de cada ano.



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

Ambos os grupos apresentaram uma melhora no ano de 2012, melhora essa que perdurou até 2018 para os homens, e até 2016 para as mulheres, voltando a se recuperar em 2018. Entre 2012 e 2018 o desemprego caiu 42% para os homens e 36% para as mulheres. O início da queda maior nesses números para os homens foi já em 2013, saindo de 170 mil em 2012 para 144 mil no ano seguinte. As mulheres tiveram números mais representativos de sua queda em 2014 onde alcançou 93 mil contra 100 mil vistos no ano anterior. As mulheres, entretanto, apresentaram um breve aumento em 2017 saindo de 78 mil em 2016 para 80 mil, voltando a apresentar melhora no ano seguinte com 70 mil.

O governo japonês disponibiliza dados referentes aos motivos pelos quais as pessoas não fazem parte do mercado de trabalho. Um dos motivos elencados e que chama a atenção faz referência às pessoas que não estão no mercado de trabalho por estarem cuidando de casa. O percentual de diferença entre homens e mulheres é notável, e ainda que possa ser compreendido como um contexto cultural, não se elimina a gravidade da disparidade entre ambos e a necessidade do governo encontrar formas de criar maiores incentivos para as mulheres que fazem parte dessa estatística.

Entre 1970 e 2011 os homens que não faziam parte do mercado de trabalho apresentaram um aumento considerável, sendo de 6.000 mil em 1970, apresentando um

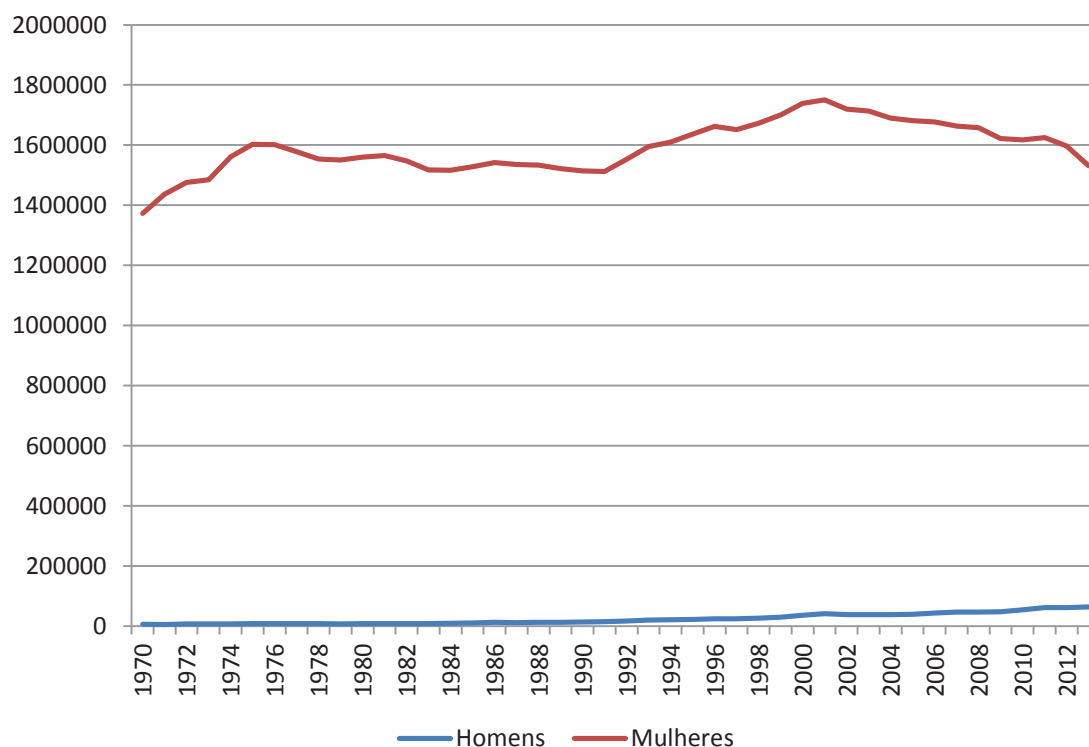
aumento em 2001 quando o número chegou a 42.000 e voltando a cair nos anos seguintes até voltar a crescer em 2007 onde alcançou um total de 47.000 e atingindo 62.000 mil em 2011. Ao mesmo tempo, as mulheres que faziam parte desse grupo chegaram a 16.250,00 mil em 2011 representando um aumento não tão drástico quando comparado com os 13.730,00 mil em 1970, um aumento de 18%.

Em 2012 não houve alteração no total de homens que não faziam parte do mercado de trabalho por esse motivo. As mulheres, entretanto, apresentaram uma queda que se mostrou constante até o ano de 2018, um total de -18% de mulheres se enquadravam nesse grupo entre 2012 e 2018. De 1970 a 2018 o total foi de -5% no crescimento desse grupo. Os homens, no entanto, apresentaram um crescimento até 2017, voltando a cair no ano seguinte.

Um balanço feito pelo Gabinete de Igualdade de Gênero em 2016 mostrou que o total de horas diárias que as mulheres japonesas usam exclusivamente para cuidar da casa, incluindo as crianças, é de 7:34, enquanto que para os homens o total é de 1:23. Comparado com os outros países apresentados (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Suíça e Noruega), as mulheres japonesas são as que mais passam tempo com tarefas diárias e os homens japoneses os que menos o fazem (GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE, 2016, p. 10).

**GRÁFICO 26: HOMENS E MULHERES QUE NÃO FAZEM PARTE DO MERCADO DE TRABALHO POR ESTAREM “CUIDANDO DE CASA” (1970-2012 – 10 MIL PESSOAS)**



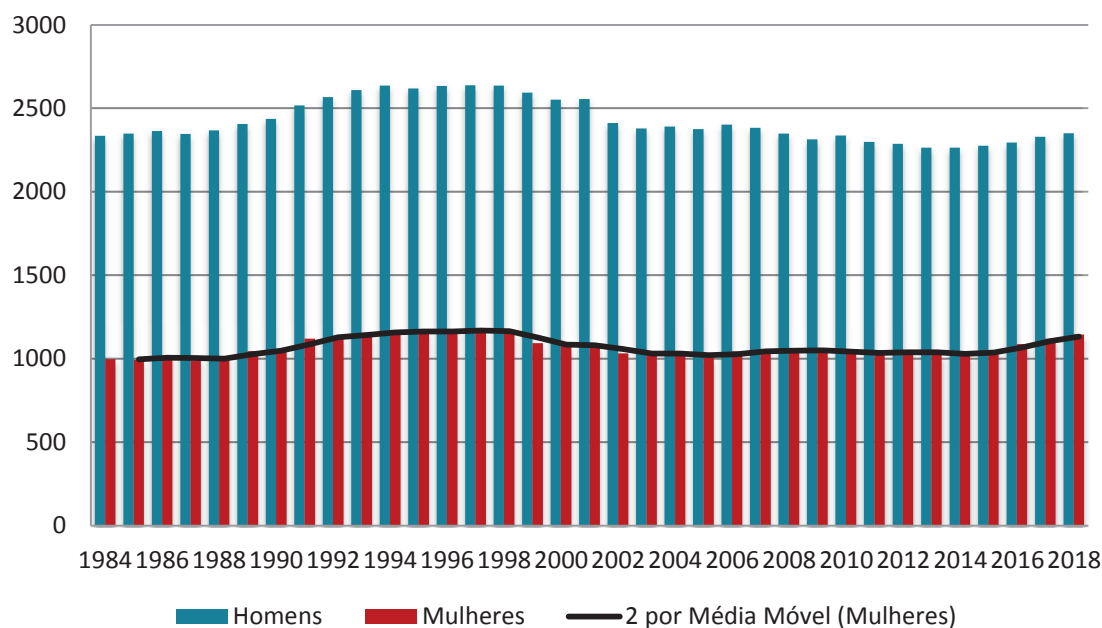


Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

Em relação ao trabalhador regular, a interpretação a ser utilizada é a de que é aquele que “é admitido diretamente pelo empregador sem um tempo pré-determinado de trabalho, trabalhando com horas agendadas” (ASAO, 2011, p. 1). O Gráfico 27 abaixo demonstra o número de trabalhadores regulares no Japão, com divisão a partir do sexo. Entre os anos demonstrados, o grupo de homens apresentou uma queda considerável. Em 1984 o total era de 233.5000 mil atingindo seu pico em 1977 quando alcançou um total de 263.9000, mas voltando a cair nos anos seguintes e chegando a 230.000. Em comparação as mulheres apresentaram um crescimento quase que contínuo durante os anos, um aumento de 3%, mas ainda assim representam um menor número no total de trabalhadores regulares.

**GRÁFICO 27: TRABALHADORES REGULARES POR SEXO (1984-2018 – 10 MIL PESSOAS)<sup>78</sup>**

<sup>78</sup> Números até o ano de 2001 são referentes ao mês de fevereiro. Números a partir do ano de 2002 são referentes a média entre outubro e dezembro de cada ano.



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

Em 2012 o total de homens continuava a cair enquanto que o total de mulheres continuava a crescer. As mulheres, entretanto, passaram a também apresentar uma queda nos anos seguintes, somente voltando a crescer em 2016 quando atingiu 10.88 mil. A queda no número de homens no grupo de trabalhadores regulares perdurou até 2017, ano em que o total alcançou 233.1mil. No total, o crescimento de homens nessa categoria entre 1984 e 2018 foi de somente 1%, enquanto as mulheres apresentaram um crescimento de 15%.

O crescimento feminino em comparação ao masculino é notável, entretanto, considerando os dados anteriores sobre o número de mulheres e homens no Japão, a desigualdade ainda é perceptível. Considerando que as mulheres são a maioria na população japonesa, seu crescimento, ainda que representando um avanço rumo ao caminho certo, ainda não se mostra o suficiente.

Segundo dados da OECD (2019) a porcentagem de homens no mercado de trabalho em 2014 era de 70,4%, tendo um leve crescimento em 2017 onde chegou a 70,5%. Já no caso das mulheres, o número saiu de 49,2% em 2014 para 51,2% em 2017. Um avanço bem mais perceptível, mas ainda assim, como anteriormente mencionado, quando esses números são avaliados a luz dos dados da população japonesa por sexo, se mostram ainda como precisando de uma melhora.

Seguindo a meta estabelecida pelo governo japonês em um relatório divulgado em 2016 (PRIMER MINISTRY OF JAPAN AND HIS CABINET, p. 69), a taxa de participação feminina no mercado de trabalho deveria alcançar 77% em 2020 para o grupo de 24 a 44 anos. Observando os dados disponibilizados *pela Statisc of Bureau of Japan* em 2019, a porcentagem para o grupo de 25 a 34 anos chegou a 77,3% em janeiro de 2019, enquanto que para o grupo de 35 a 44, o percentual foi de 75,3%. A separação entre ambos os grupos dificulta na visão do alcance ou não da meta. Como forma de auxiliar na análise, outro relatório quantitativo divulgado pelo *Statisc of Bureau of Japan* divulgado no mesmo ano também foi analisado. Nele, é possível verificar esse número para um grupo maior, o de mulheres entre 20 a 69 anos, o total de participação foi de 69,4% em janeiro de 2019, alcançado o total de 71% em junho do mesmo ano.

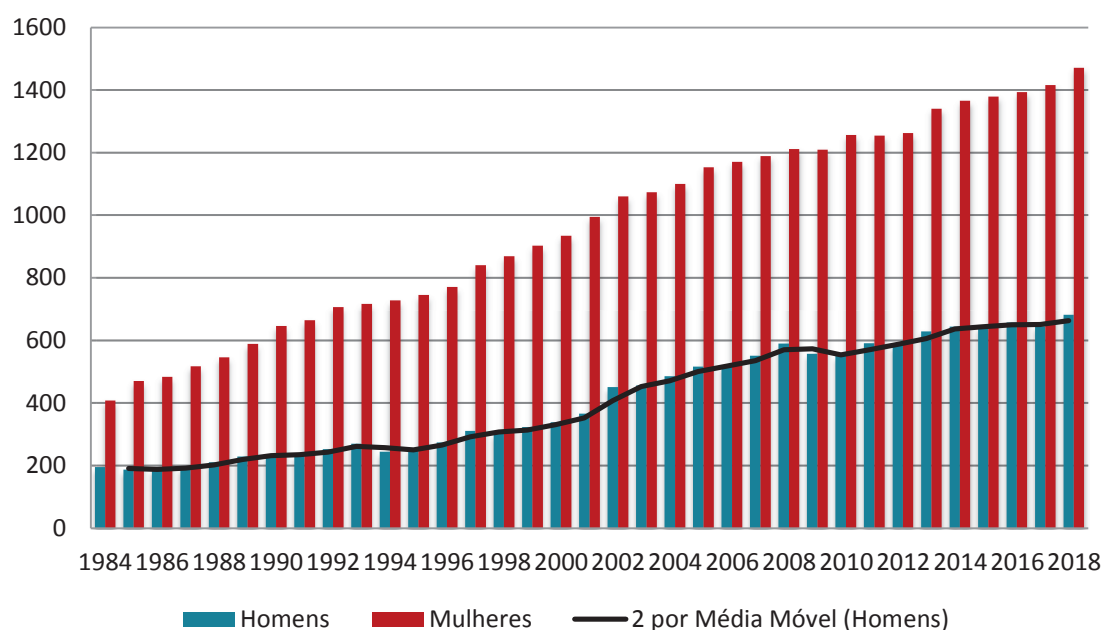
Considerando todos esses dados, é possível observar que a meta de 77% para 2020 parece próxima, já tendo sido cumprida em janeiro de 2019 para o grupo de 25 a 34 anos. Logo, pode-se interpretar que os esforços governamentais para a maior promoção da participação feminina no mercado de trabalho tiveram sucesso. Ainda assim, não é discriminado na meta divulgada no relatório governamental se esse percentual está relacionado a somente modelos de trabalhos regulares ou não.

Essa problemática deve ser considerada pois, caso parte do avanço da participação feminina se faça no mercado informal, ainda se fazem presentes os problemas como más condições de trabalho, baixos salários e não acesso aos direitos básicos trabalhistas, pontos que esse modelo de trabalho muitas vezes tende a negligenciar, como anteriormente mencionado.

O trabalho não-regular pode ter diferentes interpretações. Kambayashi (2013) argumenta que o trabalho não regular pode ser baseado nas horas trabalhadas; na duração do contrato de trabalho, ou descrição do trabalho; assim como, segundo o autor, pode ocorrer uma correlação entre ambas as definições (KAMBAYASHI, 2013, p. 56-62). Partindo para uma análise de dados, em relação aos trabalhadores não regulares, como visto na seção anterior, as mulheres são mais propensas a fazer parte desse grupo, assim como os jovens. O Gráfico 28 apresentado abaixo deixa clara a distância que existe entre o número de homens e mulheres que ocuparam cargos de trabalho não regulares entre 1984 e 2011. Em 1984, enquanto 195 mil homens faziam parte desse grupo, 408 mil mulheres ocupavam postos de trabalho não regulares.

Os homens apresentaram um crescimento contínuo até 1993, logo havendo uma queda no total de indivíduos em empregos não regulares, voltando a crescer em 1996 e desde então mantendo um aumento contínuo e chegando a atingir um total de 590 mil em 2011. As mulheres em contraste eram um total de 706 mil em 1993, alcançando um total de 125.4 mil em 2018.

GRÁFICO 28: TRABALHADORES NÃO-REGULARES POR SEXO (1984-2018 – 10 MIL PESSOAS)<sup>79</sup>



Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por Statistics of Japan, 2018.

Entre 2012 e 2018 as mulheres continuaram sendo as mais proeminentes nesse grupo apresentando um aumento contínuo e chegando a 147.1 mil em 2018. Os homens também apresentaram um crescimento, mas ainda assim representam no total um número bem menor. No total o crescimento de homens na categoria de trabalhadores não regulares foi de 249% e o das mulheres, de 261%. Ainda que a porcentagem de crescimento seja próxima, o número total de mulheres continua a frente no total. Macnaughtan (2015) também chega à mesma conclusão ao debater que as mulheres estão mais propensas a trabalharem num regime não regular do que homens, esses

<sup>79</sup> Números até o ano de 2001 são referentes ao mês de fevereiro. Números a partir do ano de 2002 são referentes à média entre outubro e dezembro de cada ano.

últimos sendo privilegiados pelas empresas que priorizam homens durante o processo de contratação (MACNAUGHTAN, 2015, p. 8).

Inoue, Nishikitani e Tsurugano (2016) comentam sobre o grande número de mulheres ocupando cargos não regulares, argumentando que em grande parte acaba sendo uma escolha para mulheres que precisam de horários mais flexíveis para conseguir equilibrar sua vida pessoal e profissional. Esses dados também estão presentes na análise de Asao (2011), que apresenta que cerca de 28,6% do total de trabalhadores não regulares escolhe esse modelo por não conseguirem se adequar a uma jornada de trabalho integral devido às tarefas domésticas (ASAO, 2011, p. 11). Por outro lado, muitas mulheres ao entrar nessa categoria teriam dificuldade de sair, pois haveriam barreiras para alterar o *status* de trabalhador não regular para trabalhador regular no Japão (INOUE, NISHIKITANI, TSURUGANO, 2016, p. 3).

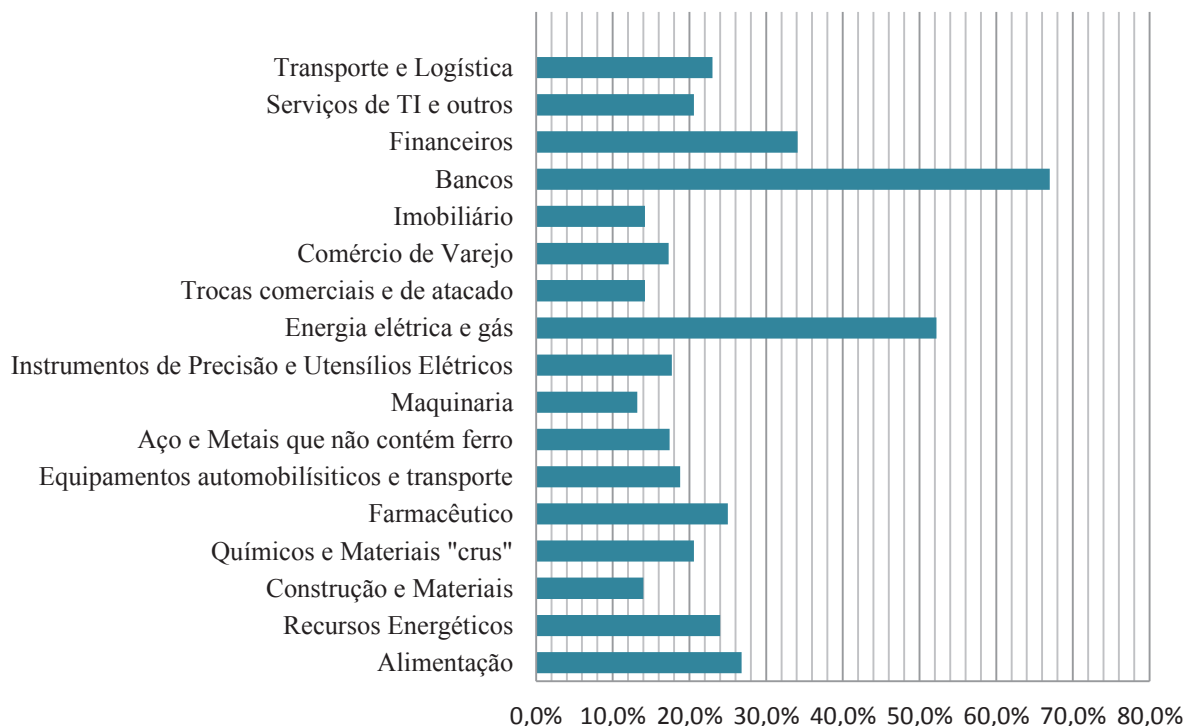
O trabalho não regular levanta outro problema quando analisado por uma diferente ótica. Inoue, Nishikitani e Tsurugano (2016) fazem uma correlação entre esse modelo de trabalho e a saúde daqueles que ocupam esses cargos. Uma correlação feita é em relação às mulheres que estão envolvidas na academia. Segundo dados, mulheres que estão no doutorado tendem a ocupar cargos não regulares para conseguirem se manter e apresentam problemas como estresse, por exemplo, um achado relevante quando confrontado com o discurso de que profissionais com maiores níveis educacionais têm melhor saúde no geral. Outros fatores também têm relação com a exclusão de trabalhadores não regulares das redes de segurança e de salários regulares (INOUE, NISHIKITANI, TSURUGANO, 2016, p. 9).

Deve se considerar que a introdução de mais mulheres no mercado de trabalho também representa o aumento no consumo, mais uma justificativa para a importância do suporte para mais mulheres passarem a fazer parte desse mercado. Matsui *et al* (2005) apresentam dados sobre quais setores apresentaram maior aumento de consumo por parte de mulheres. Gastos em relação à casa e comida são os que apresentaram maior aumento, mas setores como beleza e acessórios também apresentaram um considerável aumento (MATSUI *et al*, 2005, p. 16). Essa discussão é importante para considerar que a inclusão de mulheres não somente no mercado de trabalho, mas também em postos melhores e com melhores salários, também provocará, a longo prazo, o avanço de determinados setores da economia.

Na seção anterior sobre a Abenomics é abordado que o governo passou a solicitar que empresas disponibilizem dados sobre as mulheres que são atuantes a fim de

conseguir obter mais informações sobre a participação desse grupo. Em 2014, a partir de uma pesquisa realizada pelo Gabinete de Igualdade de Gênero, com 3,523 empresas foi possível identificar em quais setores as mulheres tiveram maior participação, como é possível notar abaixo:

GRÁFICO 29: EMPRESAS QUE RELATARAM “PARTICIPAÇÃO DE MULHERES” (2014)



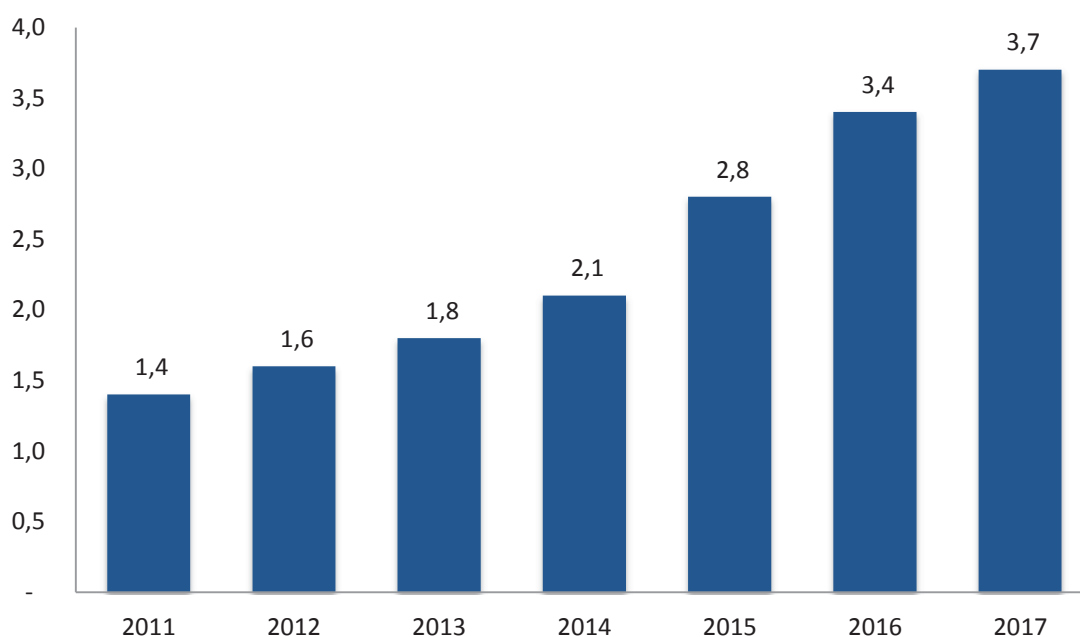
Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados por Gender Equality Bureau Gabinet Office, 2014.

Outra medida da Abenomics tem relação a maior participação de mulheres em posições mais altas dentro de empresas. No gráfico 30 é possível notar o crescimento da participação feminina como membros de conselhos de empresas. Em 2012 a porcentagem de participação era de 1.6%, alcançando 3.7% em 2017, sendo a meta a de alcançar 10% no ano de 2020. O alcance da meta parece um pouco desafiadora quando se analisa a progressão dos números, ainda assim deve ser reconhecido o crescimento observado como um avanço para a temática.

Outra meta estabelecida é a de mulheres na posição de gerência dentro de empresas. Segundo relatório governamental, a meta seria a de alcançar um total de 15% até o ano de 2020 (COUNCIL FOR THE REALIZATION OF WORK STYLE

REFORM, 2017, p. 63). Segundo dados reunidos pela Statista (2019), em 2016 o total de mulheres nessa posição era de somente 2.3%, número ainda mais preocupante quando comparado com o de 2014 que alcançava 2.6%. Novamente, atingir a meta prevista se mostra um desafio, e a pequena queda presenciada entre os anos de 2014 a 2016 não demonstram muito sucesso nesse campo.

GRÁFICO 30: PORCENTAGEM DE MULHERES MEMBROS DE CONSELHOS EM EMPRESAS



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados por Gender Equality Bureau Cabinet Office, 2018.

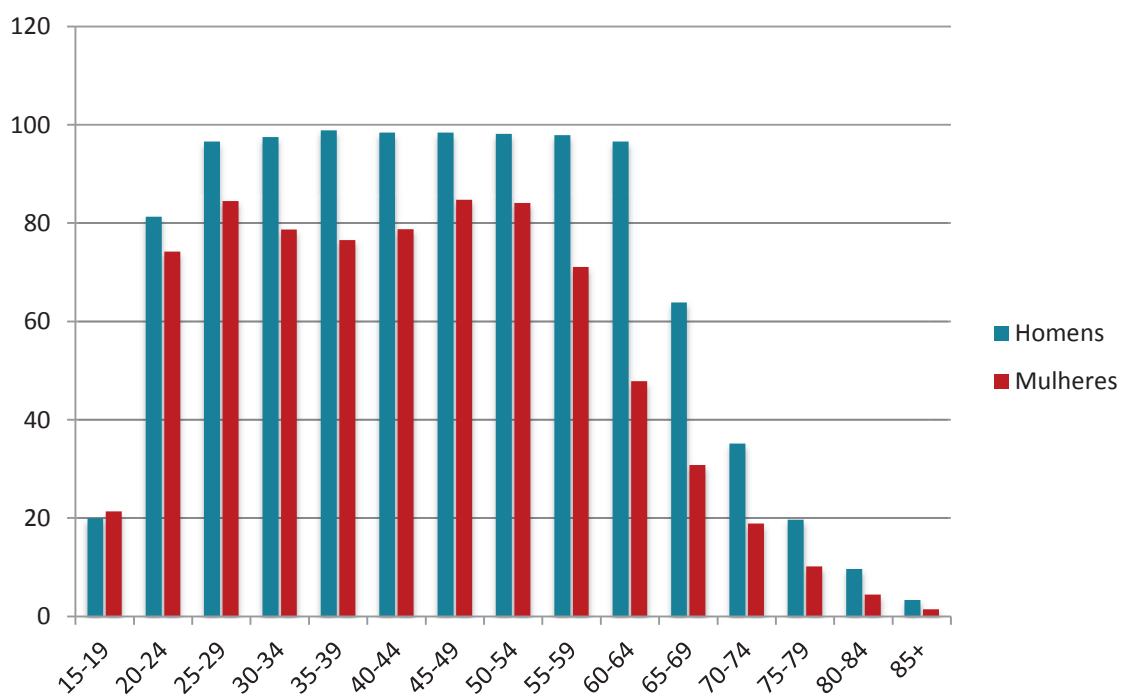
A maior inserção de mulheres no mercado de trabalho também tem conexão com os aspectos culturais do Japão. Pesquisas foram conduzidas durante os anos onde a afirmação era a de que “é esperado que o marido trabalhe fora de casa, enquanto é esperado que a esposa assuma as atividades domésticas. No ano de 2012, prévio ao governo de Abe, o total de pessoas que concordavam completamente com essa afirmação era de 12,9%, e os dos que concordavam “um pouco”, era o de 38,7%. Aqueles que discordavam “um pouco” eram de 31,3% e os que discordavam completamente era o de 23,8%. Em 2016 já é possível notar uma diferença nos resultados: 8,8% concordavam completamente com a frase e 31,7 concordavam “um pouco”; 34,8% discordavam “um pouco” e 19,5% discordavam completamente (GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE, 2016, p. 23).

Macnaughtan (2015) também inclui a cultura em geral como uma barreira notável, mas especifica a cultura do ambiente de trabalho como sendo ainda mais importante. Segundo o autor, os modelos de trabalho, incluindo as cargas horárias, flexibilidades, hierarquia entre outras características são pontos que acabam afastando as mulheres do mercado de trabalho (MACNAUGHTAN, 2015, p. 13).

Como visto no capítulo anterior, o Japão precisa alterar seu modelo de trabalho. Grande parte foi alterada durante a década perdida e o aumento de trabalhadores não regulares, mas parte da estrutura hierarquizada e valorização de funcionários que permanecem por um longo tempo em um cargo (BOBOWSKI, 2016, p. 2000) acabam não condizendo com as necessidades das mulheres que enfrentam a responsabilidade de também precisarem cuidar da casa e, muitas vezes, não somente dos próprios filhos, mas também de outros membros de sua família.

O Gráfico 31 abaixo apresenta a projeção de participação na força de trabalho em 2030. Observa-se que a lacuna entre homens e mulheres não será tão grande entre algumas idades, confirmando o quão significativa a força de trabalho feminina tende a ser no futuro e a necessidade de conseguir estabelecer políticas de longo prazo que possam impulsionar que esse grupo seja mais ativo no mercado de trabalho.

GRÁFICO 31: PROJEÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO POR IDADE E SEXO EM 2030 (%)





Fonte: Gráfico elaborado a partir das informações disponibilizadas por National Institute of Population and Social Security Research, 2018.

Concordando com Bobowski (2016), existe a necessidade de um esforço em alterar a cultura dentro das empresas em relação à organização de trabalho e formas de estímulo, provendo não somente a oportunidade de que mulheres cheguem a cargos mais altos, mas que também sejam respeitadas dentro da posição que ocupam. As políticas de flexibilização se mostram como possível solução para esses problemas, mas a sua aplicabilidade para as empresas ainda se mostra frágil.

## 8 CONCLUSÃO

A avaliação de políticas pode ter diversas funções. Quando executada internamente, dentro do próprio governo, pode auxiliar nos rumos que uma política já existente deve tomar. Quando a avaliação é realizada externamente ao governo, a variedade de motivações pode ser ainda maior. No caso da presente pesquisa, a motivação para a execução da avaliação foi a de verificar o impacto das políticas implementadas pelo governo japonês em relação ao mercado de trabalho e com isso preencher a lacuna metodológica de estudos que não correlacionam os três grupos aqui trabalhados: mulheres, idosos e expatriados.

No início da pesquisa, ainda que com a variedade de dados disponíveis, sabia-se que a tarefa de verificar todas as medidas apresentadas não seria simples. De fato, alguns obstáculos foram encontrados e merecem ser citados, não somente como respeito ao leitor dessa pesquisa, mas também como uma forma de expor possíveis futuros caminhos de pesquisa no tema.

Enquanto houve facilidade no recolhimento de informações de políticas implementadas, assim como alguns órgãos do governo auxiliaram na distribuição de dados, no que tange a disposição de metas governamentais, nem todas se mostraram claras. Nos relatórios divulgados pelo governo japonês, algumas metas se mostravam obscuras, escondidas atrás de termos gerais, enquanto outras não eram claramente mencionadas.

Não obstante, deve-se reconhecer que algumas medidas que apresentaram metas não puderam ser avaliadas. Um dos principais casos se faz em relação a medida de maior promoção de vagas em creches e escolas para crianças, uma medida que faria parte do pacote de maior promoção de mulheres no mercado de trabalho. Nesse quesito, a dificuldade se fez no recolhimento de dados referentes ao alcance ou não das metas pré-estabelecidas.

No que tange aos pontos que foram possíveis de analisar, em parte os resultados se mostraram visualmente positivos. Deve-se então considerar alguns pontos. O não uso de metas governamentais como ponto de comparação para os dados recolhidos deixa a interpretação de seus números puros, ou seja, seu aumento é visto de forma crua, sem estarem amparados em números pré-definidos. É nesse momento que o uso de outras informações deve ser feito a fim de contribuir para os dados levantados.

Nesse ponto, ainda que parte dos números reunidos demonstrem aspectos positivos, é importante considerar as últimas decisões do governo japonês em relação ao seu mercado de trabalho, principalmente no que tange a atração de profissionais estrangeiros. Em abril de 2019 diversos jornais (JAPANTIMES, 2019; CBN, 2019; KYODONEWS, 2019; VIETNAMNEWS, 2019) anunciaram as novas medidas do governo japonês para os vistos de trabalho.

A grande mudança desse novo visto seria o de expandir o grupo de trabalhadores permitidos a entrar no Japão para trabalho. O visto que antes tinha foco em profissionais qualificados de específicas áreas, agora seria estendido para outros grupos de trabalhadores buscando aumentar também o número de indivíduos que entrariam no país para ocupar cargos de “colarinho azul”.

A expansão dos vistos de trabalho representa a ainda emergente necessidade de mão de obra do Estado japonês. Isso não representa necessariamente uma falha do governo japonês em provocar maior adesão dos grupos selecionados no mercado de trabalho, mas pode ser interpretado como um mal cálculo governamental em relação ao quanto esses grupos seriam capazes, ou não, de resolver os problemas internos do mercado de trabalho.

Como visto anteriormente, a criação de novas medidas dentro do campo de políticas públicas é algo normal e normalmente responde a percepção governamental de que as medidas até então implementadas não mais representam o necessário para se atingir os objetivos iniciais. Logo, a adoção de novas medidas representa um ponto positivo no que tange a fiscalização do Estado em relação as suas próprias medidas.

Uma outra questão que deve ser tratada nessa conclusão é a de informalidade no mercado de trabalho japonês. Como tratado na seção histórica, durante a década perdida ocorreu um avanço no número de indivíduos que assumiam postos informais de trabalho. Essa tendência teve impactos principalmente nas relações de previdência social, o que é ainda mais preocupante ao considerar os números referentes ao aumento da expectativa de vida no Japão.

A seção sobre a Abenomics entra um pouco nas medidas para promover a flexibilização de trabalho e garantir que menos indivíduos tenham que embarcar em trabalhos não regulares onde os salários e as condições gerais de trabalho não são ideais. A relação de uma nova reforma no modelo de trabalho apresenta uma discussão ainda mais extensa e individual em relação às políticas particulares para os três grupos.

Como debatido anteriormente, as mudanças no modelo de trabalho são parte das políticas para esses grupos, mas suas problemáticas são extensas e constroem um novo caminho para discussão. Propõe-se que o ideal seria uma futura avaliação sobre essa reforma no modelo de trabalho buscando compreender como, a partir dessa reforma, é possível, ou não, alterar a cultura dentro do mercado de trabalho assim como a visão da sociedade sobre o funcionamento da hierarquia e a dinâmica profissional. A avaliação sobre uma nova forma de flexibilização de trabalho apresentaria uma nova perspectiva para a avaliação aqui realizada, assim como contribuiria para a bibliografia relacionada ao tema considerando a crescente alteração nas dinâmicas de trabalho em múltiplos países.

## REFERÊNCIAS

AIMAN-SMITH, Lynda.; BERGEY, Paul.; CANTWELL, April R.; DORAM, Mark. The Coming Knowledge and Capability Shortage. *Research-Technology Management*, 49:4, 15-23, 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08956308.2006.11657383>> Acesso em: 31 de mar. de 2019.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, ano 51, numero 4, 2000.

AOYAGI, Chie.; GANELLI, Giovanni.; MURAYAMA, Kentaro. How Inclusive is Abenomics? IMF Working Paper, 2015.

AOYAGI, Chie; GANELLI, Giovanini. Labor Market Reform: Vital to the Success of Abenomics IN BOTMAN, Dennis; DANNINGER, Stephan; SCHIFF, Jerald. Can Abenomics Succeed? International Monetary Fund, Washington, 2015.

AOYAGI, Chie.; et al. Minimum wage as a wage policy tool in Japan. *The Japanese Political Economy*, 2018.

ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais(BIB)*, v. 39, p. 3– 40, 1995.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In:RICO, Elizabeth.Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate. São Paulo:Cortez Editora;IEE/PUC/SP, 1998.

ASAO, Yutaka. Overview of non-regular employment in Japan. JILPT Seminar on Non-regular Employment, Toquio, . 1-42, 2011. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/non-regular-employment-issues-and-challenges-common-to-the-major-developed-countries-2011-jilpt-seminar-on-non-regular-employment/10009553310>> Acesso em 28 de fev. De 2019.

ASO, Taro. Twenty-seventh meeting. International Monetary andFinancial Committee, 2013. Disponível em: <<https://www.imf.org/External/spring/2013/imfc/statement/eng/jpn.pdf>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

ASPALTER, Christian. *Discovering the Welfare State in East Asia*. Praeger, 2002.

ASPALTER, Christian. The East Asian welfare model. *International Journal of Social Welfare*, Vol. 15, pp. 290-301, 2006.

ASPALTER, Christian. Welfare state system in Japan and China: Past Changes and Future Challenges. SSRN, 2001. Disponível em: < <https://ssrn.com/abstract=1732875>> Acesso em: 09 de junho de 2019.

BANK OF JAPAN, Financial System Report, 2018. Disponível em: <<https://www.boj.or.jp/en/research/brp/fsr/data/fsr180419a.pdf>> Acesso em: 24 de jul. de 2018.

BANK OF JAPAN, Introduction of the “Quantitative and Qualitative Monetary Easing”, 2013. Disponível em: < [https://www.boj.or.jp/en/announcements/release\\_2013/k130404a.pdf](https://www.boj.or.jp/en/announcements/release_2013/k130404a.pdf)> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

BANK OF JAPAN, Statement on Monetary Policy, 2015. Disponível em: < [https://www.boj.or.jp/en/announcements/release\\_2015/k150121a.pdf](https://www.boj.or.jp/en/announcements/release_2015/k150121a.pdf)> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

BANK OF JAPAN, Statement on Monetary Policy, 2018. Disponível em: < [https://www.boj.or.jp/en/announcements/release\\_2018/k180427a.pdf](https://www.boj.or.jp/en/announcements/release_2018/k180427a.pdf)> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

BANK OF JAPAN, Summary of Opinions at the Monetary Policy Meeting, 2018. Disponível em: < [https://www.boj.or.jp/en/mopo/mpmsche\\_minu/opinion\\_2018/opi180615.pdf](https://www.boj.or.jp/en/mopo/mpmsche_minu/opinion_2018/opi180615.pdf)> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

BANK OF JAPAN. Outline of the Bank. 2019. Disponível em: < <https://www.boj.or.jp/en/about/outline/index.htm/>> Acesso em: 04 de abril de 2019.

BARTIK, Timothy J.; BINGHAM, Richard D. Can Economic Development Programs be Evaluated? In BINGHAM, Richard D.; MIER, Robert. *Dilemmas of Urban Economic Development: Issues in Theory and Practice*, SAGE, 1997.

BOBOWSKI, Sebastian. Abenomics and the challenges of the labour market n Japan. *The 10th International Days of Statistics and Economics*. 2016.

BOJKOVA, Viara. Abenomics and Japans Future. The Global Policy Institute, Discussion Paper, 2015.

BOSCH, Karel V.; CANTILLON, Bea. Policy Impact In: GOODIN, Robert E.; MORAN, Michael; REIN, Martin. The Oxford Handbook of Public Policy, 2008. Disponível em: <  
<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199548453.001.0001/oxfordhb-9780199548453-e-020?print=pdf>> Acesso em 16 de abril de 2019.

BOTMAN, Dennis.; DANNINGER, Stephan.; SCHIFF, Jerald. Can Abenomics Succeed? Overcoming the Legacy of Japan's Lost Decades. International Monetary Fund, 2015.

BOVENS, Mark.; HART, Paul'T.; KUIPERS, Sanneke. The Politics of Policy Evaluation In: GOODIN, Robert E.; MORAN, Michael; REIN, Martin. The Oxford Handbook of Public Policy, 2008. Disponível em: <  
<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199548453.001.0001/oxfordhb-9780199548453-e-020?print=pdf>>.

BRASILGOV. Total de trabalhadores estrangeiros cresce 50% em três anos. 2015. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/trabalho-estrangeiro-no-brasil-cresce-50-em-tres-anos>> Acesso em 01 de abril de 2019.

BRAUN, Anton R.; WAKI, Yuichiro. Monetary Policy During Japan's Lost Decade. The Japanese Economic Review, vol. 57, ed. 2, p. 324-344, 2006. Disponível em: <  
[https://papers.ssrn.com/sol3/Papers.cfm?abstract\\_id=910622](https://papers.ssrn.com/sol3/Papers.cfm?abstract_id=910622)> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 537-572, 2007. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

CABALLERO, Ricardo J.; HOSHI, Takeo.; KASHYAP, Anil K. Zombie Lending and Depressed Restructuring in Japan. American Economic Review, vol. 98, no. 5, p. 1943-77, 2008. Disponível em: <  
<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.98.5.1943>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

CABINET OFFICE, Basic Policies for Economic and Fiscal Management and Reform - Ending Deflation and Revitalizing the Economy, Toquio, 2013. Disponível em: <  
[http://www5.cao.go.jp/keizai1/2013/20130614\\_2013\\_basicpolicies\\_e.pdf](http://www5.cao.go.jp/keizai1/2013/20130614_2013_basicpolicies_e.pdf)> Acesso em: 13 de jul. De 2018.

CABINET OFFICE, Basic Policies for the Economic and Fiscal Management and Reform 2014: From Deflation to an Expanded Economic Virtuous Cycle. Toquio, 2014. Disponível em: < [http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2014/2014\\_basicpolicies\\_02.pdf](http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2014/2014_basicpolicies_02.pdf)> Acesso em: 13 de jul. De 2018.

CABINET OFFICE, Basic Policy on Economic and Fiscal Management and Reform 2015, Toquio, 2015. Disponível em: < [http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2015/2015\\_basicpolicies\\_en.pdf](http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2015/2015_basicpolicies_en.pdf)> Acesso em: 13 de jul. 2018.

CABINET OFFICE, Basic Policy on Economic and Fiscal Management and Reform 2016, Toquio, 2016. Disponível em: < [http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2016/2016\\_basicpolicies\\_en.pdf](http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2016/2016_basicpolicies_en.pdf)> Acesso em: 13 de jul. 2018.

CABINET OFFICE, Basic Policy on Economic and Fiscal Management and Reform 2017, Toquio, 2017. Disponível em: < [http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2017/2017\\_basicpolicies\\_en.pdf](http://www5.cao.go.jp/keizai-shimon/kaigi/cabinet/2017/2017_basicpolicies_en.pdf)> Acesso em: 13 de jul. 2018.

CAPPELLI, Peter. Will There Really be a Labor Shortage? Human Resource Management, vol. 44, n. 2, 143-149, 2005. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/hrm.20056>> Acesso em: 31 de mar. de 2019.

CAVALCANTI, Mônica Maria A. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais – Uma abordagem conceitual. Interfaces de Saberes (João Pessoa) , v. 6, 2006.

CHAKRABORTY, Supama. Accounting for the ‘Lost Decade’ in Japan. Macroeconomics. Disponível em: < <https://ideas.repec.org/p/wpa/wuwpma/0408009.html>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

CHANLETT-AVERY, Emma; NELSON, Rebecca M. “Womenomics” in Japan: In Brief. Congressional Research Service, 2014.

CHOI, Peter. The Abenomics Difference: Three Arrows of Roosevelt Resolve in Japan. Master's thesis, Harvard Extension School, 2015. Disponível em: <<https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/26519854/CHOI-DOCUMENT-2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 16 de abril de 2019.

CHUNG, Haejoo. MUNTANER, Carles. Welfare state matters: A typological multilevel analysis of wealthy countries. Health Policy 80, 328–339, 2007.



COLEMAN, David. Population Ageing: An Unavoidable Future *in* PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis G.; *The Welfare State Reader*. Polity Press, Reino Unido, 2ª ed, 2006.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP*, rio de Janeiro, n. 37, 2003.

D'AMBROGIO, Enrico. At a Glance. European Parliamentary Research Service, 2017. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2017/608792/EPRS\\_ATA\(2017\)608792\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2017/608792/EPRS_ATA(2017)608792_EN.pdf)> Acesso em: 06 de fev. De 2019.

DASGUPTA, Romit. The “Lost Decade” of the 1990s and Shifting Masculinities in Japan. *Culture, Society & Masculinity*, ovl. 1, ed. 1, p. 79-95, 2009. Disponível em: <<http://www.mensstudies.info/OJS/index.php/CSM/article/view/63>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

DENYER, Simon. Japan passes controversial new immigration bill to attract foreign workers. *The Washington Post*. 2018. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/japan-passes-controversial-new-immigration-bill-to-attract-foreign-workers/2018/12/07/a76d8420-f9f3-11e8-863a-8972120646e0\\_story.html?noredirect=on&utm\\_term=.f9b3e4281497](https://www.washingtonpost.com/world/japan-passes-controversial-new-immigration-bill-to-attract-foreign-workers/2018/12/07/a76d8420-f9f3-11e8-863a-8972120646e0_story.html?noredirect=on&utm_term=.f9b3e4281497)> Acesso em: 27 de fev. de 2019.

DEUBEL, André-Noël Roth. Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Como elaborar las políticas públicas. Quién decide. Cómo realizarlas. Quién gana o pierde. 6. ed. Bogotá (Colombia): Ediciones Aurora, 2006.

DOURILLE-FEER, Evelyne. Can the magic of Abenomics succeed? CEPII Working Paper, n. 24, 2015. Disponível em: <[http://www.cepii.fr/PDF\\_PUB/wp/2015/wp2015-24.pdf](http://www.cepii.fr/PDF_PUB/wp/2015/wp2015-24.pdf)> Acesso em: 16 de abril de 2019.

DUNN, William N. *Evaluating Policy Performance In Public Policy Analysis*. Pearson, 5ª ed, 2014.

DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. 14ª ed. Harlow (England): Pearson Education Limited, 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Tradução de Dinah da Abreu Azevedo. Lua Nova, nº 24, 1991.

FREEMAN, Richard B. Employment and Earnings of Disadvantaged Young Men in a Labor Shortage Economy. NBER Working Paper Series, n. 3444, 1990. Disponível em: < <https://www.nber.org/papers/w3444>> Acesso em: 31 de mar. de 2019.

FREEMAN, Richard B. Is a Great Labor Shortage Coming? Replacement Demand in the Global Economy. NBER Working Paper Series, n. 12541, 2006. Disponível em: < <https://www.nber.org/papers/w12541>> Acesso em: 31 de mar. de 2019.

FUJIWARA, Ipppei.; NAZAKONO, Yoshiyuki.; UEDA, Kozo. Has Abenomics Brought about Monetary Regime Change in Japan? CIRJE – Center for International Research on the Japanese Economy, The University of Tokyo, 2014. Disponível em: < <http://www.cirje.e.u-tokyo.ac.jp/research/conf/abenomics0307/Fujiwara-Nakazono-Ueda.pdf>> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

FUKAO, Kyoji.; UKWON, Hyeog UG. Why did Japan's TFP growth slow down in the Lost Decade? An empirical analysis based on firm-level data of manufacturing firms. The Japanese Economic Review, vol. 57, ed. 2, p. 195-228, 2006. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5876.2006.00359.x>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

FUKAO, Mitsuhiro. Financial Crisis and the Lost Decade. Asian Economic Policy Review, vol. 2, n. 2, p. 273-297, 2007. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1748-3131.2007.00077.x>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

GASPER, Des. Policy Evaluation: From managerialism and econocracy to a governance perspective In Handbook of International Development Governance, 2006.

GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE. Facts and Figures: The Elderly. 2018. Disponível em: < [http://www.gender.go.jp/english\\_contents/pr\\_act/pub/pamphlet/women-and-men18/pdf/1-5.pdf](http://www.gender.go.jp/english_contents/pr_act/pub/pamphlet/women-and-men18/pdf/1-5.pdf)> Acesso em: 4 de março de 2019.

GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE. International Comparison of the Social Environment regarding the Declining Birthrates and Gender-Equality. Summary Report. Disponível em: < [http://www.gender.go.jp/english\\_contents/basic\\_data/resarches/pdf/english-1.pdf](http://www.gender.go.jp/english_contents/basic_data/resarches/pdf/english-1.pdf)> Acesso em: 4 de março de 2019.

GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE. Perceptions of Gender Equality. Summary Report. Disponível em: <[http://www.gender.go.jp/english\\_contents/pr\\_act/pub/pamphlet/women-and-men18/pdf/1-4.pdf](http://www.gender.go.jp/english_contents/pr_act/pub/pamphlet/women-and-men18/pdf/1-4.pdf)> Acesso em: 4 de março de 2019.

GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE. Women and Men in Japan 2018. Disponível em: <[http://www.gender.go.jp/english\\_contents/pr\\_act/pub/pamphlet/women-and-men18/index.html](http://www.gender.go.jp/english_contents/pr_act/pub/pamphlet/women-and-men18/index.html)> Acesso em: 16 de abril de 2019.

GENDER EQUALITY BUREAU CABINET OFFICE. Work-Life Balance. Summary Report. Disponível em: <[http://www.gender.go.jp/english\\_contents/pr\\_act/pub/pamphlet/women-and-men18/pdf/1-4.pdf](http://www.gender.go.jp/english_contents/pr_act/pub/pamphlet/women-and-men18/pdf/1-4.pdf)> Acesso em: 4 de março de 2019.

GIATTI, Luana.; BARRETO, Sandhi M. Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. Cad. Saúde Pública, 19 (3): 759-771, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000300008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2003000300008&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 01 de abril de 2019.

GODO, Yoshihisa. Can Abenomics Reinvigorate Japan's Economy?: A Preliminary Assessment. East Asian Policy, vol. 5, ed. 4, p. 117-123, 2013. Disponível em: <<https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S1793930513000421?src=recsys&journalCode=eap>> Acesso em: 24 de jul. de 2018.

GOMES, Fábio G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. RAP, Rio de Janeiro, 40 (2): 201-36, 2006.

GOYAL, Vidhan K.; YAMADA, Takeshi. Asset Price Shocks, Financial Constraints, and Investment: Evidence from Japan. The Journal of Business, vol. 77, no. 1, pp. 175-199, 2004.

HAMAAKI, Junya; *et al.* Changes in the Japanese Employment System. New ESRI Working Paper, Toquio, no.18, 2011. Disponível em: <[http://www.esri.go.jp/jp/archive/new\\_wp/new\\_wp020/new\\_wp018.pdf](http://www.esri.go.jp/jp/archive/new_wp/new_wp020/new_wp018.pdf)> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

HAMADA, Koichi. OKADA, Yasushi. Monetary and international factors behind Japan's lost decade. Journal of the Japanese and International Economies, vol. 23, ed. 2, p. 200-219, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889158309000069>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

HARARI, Daniel. Japan's economy: from the "lost decade" to Abenomics. House of Commons Library, 2013. Disponível em: <<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN06629>> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

HAUSMAN, Joshua K.; WIELAND, Johannes F.; Abenomics: Preliminary Analysis and Outlook. Brookings Papers on Economic Activity, 2014. Disponível em: <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/2014a\\_Hausman.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/2014a_Hausman.pdf)> Acesso em: 13 de jul. 2018.

HAYASHI, Fumio.; PRESCOTT, Edward. The 1990s in Japan: A Lost Decade. Review of Economic Dynamics, vol. 5, ed. 1, p. 206-235, 2002. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1094202501901498>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

HENRY, Gary T. How Modern Democracies Are Shaping Evaluation and the Emerging Challenges for Evaluation. American Journal of Evaluation, vol. 22, ed 3, 2001.

HOFFMANN, Rodolfo.; LEONE, Eugênia T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Nova Economia, 14 (2), 35-38, 2004. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

HORIOKA, Charles Y. The causes of Japan's 'lost decade': The role of household consumption. Japan and the World Economy, vol. 18, ed. 4, p. 378-400, 2006. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0922142506000144>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

HOSHI, Takeo. Has Abenomics Succeeded in Raising Japan's Inward Foreign Direct Investment? Asian Economic Policy Review, vol 13, ed 1, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/aepr.12211>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

HOSHI, Takeo. Will Abenomics Restore Japan's Growth? Macro Economy Research Conference "Prospects for Growth In the World's Four Major Economies", Nomura Foundation, Brookings Institution, Washington, 2013. Disponível em: <[https://www.nomurafoundation.or.jp/wordpress/wp-content/uploads/2014/08/20130911\\_T\\_Hoshi\\_000.pdf](https://www.nomurafoundation.or.jp/wordpress/wp-content/uploads/2014/08/20130911_T_Hoshi_000.pdf)> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

HOSHI, Takeo.; KOIBUCHI, Satoshi.; SCHAEDE, Ulrike. Changes in Main Bank Rescues during the Lost Decade: An Analysis of Corporate Restructuring in Japan, 1981-2007. ESRI Research Program: "Japan's Bubble, Deflation and Long-Term Stagnation", 2009. Disponível em: <[http://www.esri.go.jp/en/workshop/081211/081211\\_conference07.pdf](http://www.esri.go.jp/en/workshop/081211/081211_conference07.pdf)> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

IHARA, K. (2000). Japan's policies on long-term care for the aged: The Gold Plan and the long-term care insurance program. New York: International Longevity Center.

III FLETCHER, Miles W. Dreams of economic transformation and the reality of economic crisis in Japan: Keidanren in the era of the 'bubble' and the onset of the 'lost decade', from the mid-1980s to the mid-1990s. Asia Pacific Business Review, vol. 18. Ed. 2, p. 149-165, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13602381.2011.561651>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

IMMIGRATION BUREAU OF JAPAN. Availability of Preferential Treatment. Disponível em: <[http://www.immi-moj.go.jp/newimmiact\\_3/en/preferential/index.html](http://www.immi-moj.go.jp/newimmiact_3/en/preferential/index.html)> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

INOUE, Mariko.; NISHIKITANI, Mariko.; TSURUGANO, Shinobu. Female non-regular workers in Japan: Their current status and Health. Industrial Health, 2016.

INOUE, Tomoo.; OKIMOTO, Tatsuyoshi. Were there structural breaks in the effects of Japanese monetary policy? Re-evaluating policy effects of the lost decade. Journal of The Japanese and International Economies, n. 22, ed. 3, p. 320-342, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889158308000063>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

IPENBURG, Pam V. Abequality. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desigualdade Econômica na Perspectiva Política), 2016.

JACOB, Didier. Social welfare systems in East Asia: A comparative Analysis including private welfare. 1998.

JAPAN MACRO ADVISORS. Immigration to Japan, 2018. Disponível em: <<https://www.japanmacroadvisors.com/page/category/economic-indicators/labor-markets/immigration-to-japan/>> Acesso em: 01 de março de 2019.

JAPANESE NURSE ASSOCIATION. JNA News Release. Vol. 27, 2019. Disponível em: < [https://www.nurse.or.jp/jna/english/news/pdf/2019nr\\_27.pdf](https://www.nurse.or.jp/jna/english/news/pdf/2019nr_27.pdf)> Acesso em: 25 de fev. De 2019.

JAPANESE NURSE ASSOCIATION. Number of Employed. 2018. Disponível em: < <https://www.nurse.or.jp/jna/english/statistics/index.html>> Acesso em: 01 de março de 2018.

JAPANESE NURSE ASSOCIATION. Nursing for the older people in Japan, 2015. Disponível em: < <https://www.nurse.or.jp/jna/english/pdf/info-02.pdf>> Acesso em: 25 de fev. De 2019.

JAPANGOV. We are Tomodachi, 2017. Disponível em: <[https://www.japan.go.jp/tomodachi/2017/summer2017/points\\_system\\_aims\\_to\\_attract.html](https://www.japan.go.jp/tomodachi/2017/summer2017/points_system_aims_to_attract.html)> Acesso em: 12 de fev. De 2018.

KAMBAYASHI, Ryo. Differences in Definitions of Non-Regular Employees in Government Statistics. Japan Labor Review, vol. 10, n. 4, 2013.

KAMBAYASHI, Ryo.; KATO, Takao. Good Jobs, Bad Jobs, and the Great Recession: Lessons from Japan's Lost Decade. IZA Discussion Paper no. 6666, 2012. Disponível em: < <https://academiccommons.columbia.edu/catalog/ac:164071>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

KHAN, Anisur R.; MIZANUR, Rhaman Md. The Role of Evaluation at the stages of policy formulation, implementantion and impact assessment. Agathos, vol. 8, ed 1, 2017.

KIM, Phil Ho. The East Asian welfare state debate and surrogate social policy: an exploratory study on Japan and South Korea.

KNOEPFEL, Peter et. al. Public Policy Analysis. Bristol (Great Britain): The Policy Press, 2007.

KODAMA, Takashi. Japan's Immigration Problem: Looking at immigration through the experiences of other countries. Daiwa Institute of Research, no. 17, 2015.

KUBO, Edson Keyso M.; BRAGA, Beatriz Maria. Ajustamento Intercultural de executivos japoneses expatriados no Brasil: Um estudo empírico. RAE, v. 53, n. 3, 243-255, 2013. Disponível em: < <https://rae.fgv.br/rae/vol53-num3-2013/ajustamento-intercultural-executivos-japoneses-expatriados-no-brasil-estudo-emp>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

KUSHIDA, Kenji E. Abenomics' Third Arrow: Fostering Future Competitiveness? IN PEKKANEN, Robert J. *Et al.* Japans Decides 2017: The Japanese General Election. Palgrave Macmillan, ed 1, 2018.

Labor Situation in Japan and it's analysis: General Overview 2015/2016. The Japan Institute for Labour Policy and Training, 2016.

LAM, Kwok-Chiu. Did Abenomics' Two Arrows Hit the Bulls? *Journal of Applied Finance & Banking*, vol. 5, no. 3, p. 47-61, 2015. Disponível em: <[https://ideas.repec.org/a/spt/apfiba/v5y2015i3f5\\_3\\_4.html](https://ideas.repec.org/a/spt/apfiba/v5y2015i3f5_3_4.html)> Acesso em: 13 de jul. De 2018.

LECHEVALIER, Sébastien.; MONFORT, Brieue. Abenomics: Has it worked? Will it fail? *Sciences de L'homme et de la société*, 2016. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01415428>> Acesso em: 13 de jul. 2018.

LEIGH, Daniel. Monetary Policy and the Lost Decade: Lessons from Japan. International Monetary Fund, Working Paper No. 09/232, 2009. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Monetary-Policy-and-the-Lost-Decade-Lessons-from-Japan-23365>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

LISE, Jeremy. *et al.* Wage, income and consumption inequality in Japan, 1981-2008: From boom to lost decades. *Review of Economy Dynamics*, vol. 17, ed. 4, p. 582-612, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1094202514000027>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

MACNAUGHTAN, Helen. Womenomics for Japan: Is the Abe policy for gendered employment viable in an era of precarity? *The Asia-Pacific Journal*, vol. 13, ed. 12, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://eprints.soas.ac.uk/19702/1/HM%20womenomics%20APJ%20Final%20March%202015.pdf>> Acesso em: 4 de março de 2019.

MAJONE, Giandomenico. Policy as Theory. *Omega the Inst. JI of Mgmt Sci.* Vol 2, 1980.

MATSUDA, Shinya. Health Policy in Japan – Current Situation and Future Challenges. *JMA*, 2(1): 1-10, 2019.



MATSUI, Kathy.; SUZUKI, Hiromi.; SUWABE, Takashi.; USHIO, Yoko.; NAKATA, Mitsuya.; IWAO, Yohei. Womenomics: Japan's Hidden Asset. Goldman Sachs Global Strategy Research, Japan: Portfolio Strategy, 2005. Disponível em: <<https://www.goldmansachs.com/insights/investing-in-women/bios-pdfs/womenomics-pdf.pdf>> Acesso em: 4 de março de 2019.

MATSUI, Kathy.; SUZUKI, Hiromi.; TATEBE, Kazunori.; AKIBA, Tsumugi. Womenomics 4.0: Time to Walk the Talk. Goldman Sachs Global Investment Research. Japan: Portfolio Strategy, 2014. Disponível em: <<https://www.goldmansachs.com/insights/pages/macroeconomic-insights-folder/womenomics4-folder/womenomics4-time-to-walk-the-talk.pdf>> Acesso em: 4 de março de 2018.

MCNEILL, David. Japan's cabinet votes to allow in more foreign workers: Plan to address ageing population and labour crunch has attracted criticism. Irish Times, 2018. Disponível em: <<https://www.irishtimes.com/news/world/asia-pacific/japan-s-cabinet-votes-to-allow-in-more-foreign-workers-1.3684154>> Acesso em: 27 de fev. De 2019.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. Las políticas públicas. Trad. De Francisco Morata. Barcelona (Espanha): Editorial Ariel S.A, 1992.

MICHELIS, Andrea de.; IACOVIELLO, Matteo. Raising an Inflation Target: the Japanese Experience with Abenomics. European Economic Review, vol. 88, p. 67-87, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292116300411>> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

MINISTRY OF ECONOMY, TRADE AND INDUSTRY. Meti to conduct the FY2017 Nadeshiko Brand Initiative. Disponível em: <[http://www.meti.go.jp/english/press/2017/0911\\_001.html](http://www.meti.go.jp/english/press/2017/0911_001.html)> Acesso em: 11 de fev. De 2019.

MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE. Overview of Employment Measures for Older Persons. 2014. Disponível em: <<https://www.mhlw.go.jp/file/06-Seisakujouhou-10500000-Daijinkanboukokuksaika/0000064248.pdf>> Acesso em: 26 de fev. De 2019.

MISHKIN, Frederic S. How should we respond to asset price bubbles? em Valuation and Financial Stability, Banque de France, p. 109-0012, 2008. Disponível em: <[https://www.banque-france.fr/sites/default/files/medias/documents/financial-stability-review-12\\_2008-10.pdf](https://www.banque-france.fr/sites/default/files/medias/documents/financial-stability-review-12_2008-10.pdf)> Acesso em: 04 de jun. de 2018.



MIWA, Takashi. Labor Market Reform under Abenomics and Productivity. The Nomura Securities, 2016.

NAGASE, Nobuko. Has Abe's Womanomics Worked? Asian Economic Policy Review, 13, pp. 68-101, 2018.

NASRI, Fablo. O envelhecimento populacional no Brasil. Einstein, 4-6, 2008. Disponível em: < <http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH. Foreigners by Age, Sex and Labor Force Status: 2000 – 2005. 2018.

NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH. Projected Labor Force Participation Rates by Age and Sex: 2006-30. 2018.

NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH. Registered Foreigners by Nationality: 1950-2010. 2018.

NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY RESEARCH. The Financial Statistics of Social Security in Japan Providing data for relevant government ministries and international. Disponível em: < <http://www.ipss.go.jp/pr-ad/e/eng/04.html>> Acesso em: 09 de junho de 2019.

OECD.STAT. Labour force participation rate, by sex and age group. 2019. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=54741>> Acesso em 20 de agosto de 2019.

OGINO, Noboru. Government Decides “Action Plan for the Realization of Work Style Reform” Relevant Laws to Be Amended Aimed at Overtime Limits and Equal Pay for Equal Work. Japan Labor Issues, vol.1, no.1, 2017. Disponível em: < <https://www.jil.go.jp/english/jli/documents/2017/001-01.pdf>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

PATRICK, Hugh. Japan's Abenomics: So Far So Good, But Will It Prevail? Center on Japanese Economy and Business, Occasional Paper Series, no. 67, 2014. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8JW8CJQ>> Acesso em: 25 de fev. De 2019.

PELTOKORPI; Vesa. Cross-cultural adjustment of expatriates in Japan. The International Journal of Human Resource Management, 19:9, 1588-1606, 2008. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09585190802294903>> Acesso em: 26 de fev. De 2019.

PELTOKORPI; Vesa.; FROESE, Fabian J. Organizational expatriates and self-initiated expatriates: who adjusts better to work and life in Japan? The International Journal of Human Resource Management, 20:5, 1096-1112, 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09585190902850299>> Acesso em: 26 de fev. De 2019.

Pension. Tokyo International Communication Committee. Disponível em: <[https://www.tokyo-icc.jp/guide\\_eng/life/01.html](https://www.tokyo-icc.jp/guide_eng/life/01.html)> Acesso em: 16 de junho de 2019.

PRIMER MINISTRY OF JAPAN AND HIS CABINET. The Japan's Plan for Dynamic Engagement of All Citizens, 2016. Disponível em: < <https://www.kantei.go.jp/jp/singi/ichiokusoukatsuyaku/pdf/plan2.pdf>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2014. Disponível em: < [http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo\\_jan\\_gen\\_a\\_evolucao\\_da\\_mulher\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf)> Acesso em: 01 de abril de 2019.

RAMOS, Lauro.; SOARES, Ana Lúcia. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, texto para discussão n. 350, 1994. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3448](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3448)> Acesso em: 01 de abril de 2019.

RAMOS, Luiz Roberto.; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento Populacional: Uma realidade brasileira. Rev. Saúde pública, 21(3): 211-224, 1987. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101987000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101987000300006&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 01 de abril de 2019.

REALSTATE. Japan to open doors to 5000,000 new workers by 2025 to alleviate labor shortage. 2018. Disponível em: <<https://resources.realestate.co.jp/news/japan-to-open-doors-to-500000-new-workers-by-2025-to-alleviate-labor-shortage/>> Acesso em: 27 de fev. De 2019.

REALSTATE. New Specified Skills Residency Visas for Japan: Here's what you need to know. 2018. Disponível em: <<https://resources.realestate.co.jp/living/new-specified-skills-residency-visas-for-japan-heres-what-you-need-to-know/>> Acesso em: 27 de fev. De 2019.

REIS, Fabiano A. Gestão de Expatriados no Brasil: a percepção de expatriados japoneses à luz da teoria do ajustamento cultura. Revista Foco, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: < <http://revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/142/104>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

ROSSI, Peter H.; FREEMAN, Howard E.; LIPSEY, Mark W. Evaluation – A Systematic Approach. SAGE Publications, London, 6 ed, 1999.

RUA, Maria G. Para aprender políticas públicas. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas, vol. 1 Conceitos e Teorias.

SAIKI, Ayako. FROST, Jon. Does unconventional monetary policy affect inequality? Evidence from Japan. Applied Economics, vol. 46, p. 4445-4454, 2014. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00036846.2014.962229>> Acesso em: 13 de jul. De 2018.

SAXONHOUSE, Gary R.; STERN, Robert M.; The Bubble and the Lost Decade. Blackwell Publishing, Reino Unido, 2003.

SCHULZ, James H. The Evolving concept of 'Retirement': Looking forward to the year 2050. in PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis G.; The Welfare State Reader. Polity Press, Reino Unido, 2ª ed, 2006.

SHIBATA, Saori. Re-packaging old policies? 'Abenomics' and the lack of an alternative growth model for Japan's political economy. Japan Forum, vol. 29, ed 3: Japanese Political Economy Revisited: Abenomics and Institutional Change, 2017. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09555803.2017.1284143?scroll=top&needAccess=true>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

SHIMIZU, Junko. SATO, Kiyotaka. Abenomics, Yen Depreciation, Trade Deficit, and Export Competitiveness. RIET Discussion Paper Series, vol. 15, ed. 20, 2015. Disponível em: <<https://www.rieti.go.jp/en/publications/summary/15020010.html>> Acesso em: 24 de jul. de 2018.

SHINZO, Abe. Council on Overcoming Population Decline and Vitalizing Local Economy. Prime Minister of Japan and His Cabinet, 2017. Disponível em: <[https://japan.kantei.go.jp/98\\_abe/actions/201711/17article4.html](https://japan.kantei.go.jp/98_abe/actions/201711/17article4.html)> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

SHIRAKAWA, Kunio O. SHIRATSUKA, Shigenori. The Asset Price Bubble and Monetary Policy: Japan's Experience in the Late 1980s and the Lessons. Monetary and Economics Studies (special edition), Bank of Japan, vol. 19 (S1), p. 395-450, 2001. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/ime/imemes/v19y2001is1p395-450.html>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

Social Security in Japan 2014. National Institute of Population and Social Security Research, 2014. Disponível em: <<http://www.ipss.go.jp/s-info/e/ssj2014/006.html>> Acesso em: 16 de junho de 2019.

STATISTA. Japan: Life expectancy at birth from 2006 to 2016. The Statistics Portal, 2018. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/263719/life-expectancy-in-japan/>> Acesso em: 01 de março de 2019.

STATISTICS OF JAPAN. Employed person by Age Group. Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications, 2018. Disponível em: <<http://www.stat.go.jp/english/data/roudou/results/month/index.html>> Acesso em: 16 de abril de 2019.

STATISTICS OF JAPAN. Labour Force by Age Group. Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications, 2018. Disponível em: <<http://www.stat.go.jp/english/data/roudou/results/month/index.html>> Acesso em: 16 de abril de 2019.

STATISTICS OF JAPAN. Non-regular employee by Age Group. Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications, 2018. Disponível em: <<http://www.stat.go.jp/english/data/roudou/results/month/index.html>> Acesso em: 16 de abril de 2019.

STATISTICS OF JAPAN. Regular employee by Age Group. Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications, 2018. Disponível em: <<http://www.stat.go.jp/english/data/roudou/results/month/index.html>> Acesso em: 16 de abril de 2019.

STATISTICS OF JAPAN. Unemployed person by Age Group. Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications, 2018. Disponível em:

<<http://www.stat.go.jp/english/data/roudou/results/month/index.html>> Acesso em: 16 de abril de 2019.

SUGIMOTO, Kentaro.; KASHIWAGI, Masayo.; TAMIYA, Nanako. Predictors of preferred location of care in middle-aged individuals of municipality in Japan: a cross-sectional survey. BMC Health Services Research, 17:352, 2017.

TAYLOR, John B. Lessons from the Recovery from the “Lost Decade” in Japan: The Case of the Great Intervention and Money Injection. Background paper for the International Conference of the Economic and Social Research Institute Cabinet Office, Government of Japan, 2006. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~johntayl/JapanCabinetOfficePresentation.pdf>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

TAKEGAWA, Shogo. Japan’s welfare-state regime: welfare politics, provider and regulator. Development and Society Vol.34 No.2, pp. 169-190, 2005.

TEZUKA, Kazuaki. Foreign Workers in Japan: Reality and Challenges. Japan labor review, vol. 2, 48-71, 2005.

THE GOVERNMENT OF JAPAN, Abenomics, 2017. Disponível em: <[https://www.japan.go.jp/abenomics/\\_userdata/abenomics/pdf/170508\\_abenomics.pdf](https://www.japan.go.jp/abenomics/_userdata/abenomics/pdf/170508_abenomics.pdf)> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

THE GOVERNMENT OF JAPAN, Abenomics, 2018. Disponível em: <[https://www.japan.go.jp/abenomics/\\_userdata/abenomics/pdf/1809\\_abenomics.pdf](https://www.japan.go.jp/abenomics/_userdata/abenomics/pdf/1809_abenomics.pdf)> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

THE GOVERNMENT OF JAPAN, Abenomics. Japangov, 2018. Disponível em: <[https://www.japan.go.jp/abenomics/\\_userdata/abenomics/pdf/1806\\_abenomics.pdf](https://www.japan.go.jp/abenomics/_userdata/abenomics/pdf/1806_abenomics.pdf)> Acesso em: 13 de jul. 2018.

THE GOVERNMENT OF JAPAN, Women. Disponível em: <<https://www.japan.go.jp/women/>> Acesso em: 11 de fev. De 2019.

THE GOVERNMENT OF JAPAN. Japan: The Rising Magnet for Foreign Talent, 2019. Disponível em: <<https://www.japan.go.jp/investment/opportunities/>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

THE WORLD FACTBOOK. Japan. 2019. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ja.html>> Acesso em: 25 de fev. De 2019.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. *Revista do Serviço Público*, ano 51, número 2, 2000.

UZUHASHI, Takafumi. Japanese Model of Welfare State: How it was changed throughout “the lost decade” of the 1990’s? *The Japanese Journal of Social Security Policy*, vol. 02, no. 2, 2003. Disponível em: < <http://www.ipss.go.jp/webjournal/files/SocialSecurity/2003/03dec/Uzuhashi2003dec.pdf>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *RAP*, Rio de Janeiro, 30 (2): 543, 1996.

WATANUKI, Joji. Is there a “japanese-type welfare society”? *International Sociology*, Vol 1, Issue 3, 1986.

WAKATABE, Masazumi. *Japans Great Stagnation and Abenomics: Lessons for the World*. Palgrave Macmillan US, ed 1, 2015.

WAKATABE, Masazumi. Turning Japanese? Lessons from Japan’s Lost Decade to the Current Crisis. Center on Japanese Economy and Business, Columbia University, no. 309, 2012. Disponível em: < <https://academiccommons.columbia.edu/catalog/ac:155608>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

WEISS, Carol H. *The Interface between Evaluation and Public Policy*. Sage, 1999.

WHITE, Gordon.; GOODMAN, Roger. *The east asian welfare model: Welfare orientalism and the state*. Routledge, Nova Iorque, 1998.

WOLLMANN, Hellmut. Policy Evaluation and Evaluation Research In *Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods*. Boca Raton/ London / New York: CRC Press, 2007.

WONG, Laura L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Bras. Est. Pop.* V. 23, n. 1, 5-26, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02.pdf>> Acesso em: 01 de abril de 2019.

WORLD BANK; Life Expectancy at Birth, Total for Japan, retrieved from FRED, Federal Reserve Bank of St. Louis; Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/series/SPDYNLE00INJPN>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Health situation and trend assessment, 2019. Disponível em: <[http://www.searo.who.int/entity/health\\_situation\\_trends/data/chi/elderly-population/en/](http://www.searo.who.int/entity/health_situation_trends/data/chi/elderly-population/en/)> Acesso em: 26 de fev. De 2019.

XING, Yuqing. Japanese Economy Facing the Constraint of an Ageing. EAI Background Brief No. 1108, 2016. Disponível em: <<http://www.eai.nus.edu.sg/assets/pdf/BB1108.pdf>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

XU, Wun. Et al. Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos. traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.

YANG, Dali L. China's Looming Labor Shortage. Far Eastern Economic Review, 168, 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Dali\\_Yang2/publication/265199684\\_China's\\_Looming\\_Labor\\_Shortage/links/54f5c80e0cf2ca5efefd2770/Chinas-Looming-Labor-Shortage.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Dali_Yang2/publication/265199684_China's_Looming_Labor_Shortage/links/54f5c80e0cf2ca5efefd2770/Chinas-Looming-Labor-Shortage.pdf)> Acesso em: 31 de mar. de 2019.

YOSHIKAWA, Hiroshi. Japan's Lost Decade: What Have We Learned and Where Are We Heading? Asian Economic Policy Review vol. 2, no. 2, p. 186–203, 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1748-3131.2007.00065.x>> Acesso em: 04 de jun. de 2018.

YOSHINO, Naoyuki. HESARY, Farhad T. An Analysis of Challenges Faced by Japan's Economy and Abenomics. The Japanese Political Economy, vol. 40, p. 37-62, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2329194X.2014.998591?src=recsys&journalCode=mjes20>> Acesso em: 13 de jul. De 2018.

YOSHINO, Naoyuki. TAGHIZADEH-HESARY, Farhad. Three Arros of Abenomics and the Structural Reform of Japan. Asian Development Bank Institute Working Paper Series, no. 492, 2014. Disponível em: <<https://www.unescap.org/sites/default/files/Abenomics-Farhad-ADBI-WP-No492-2014.08.01.pdf>> Acesso em: 12 de fev. De 2019.

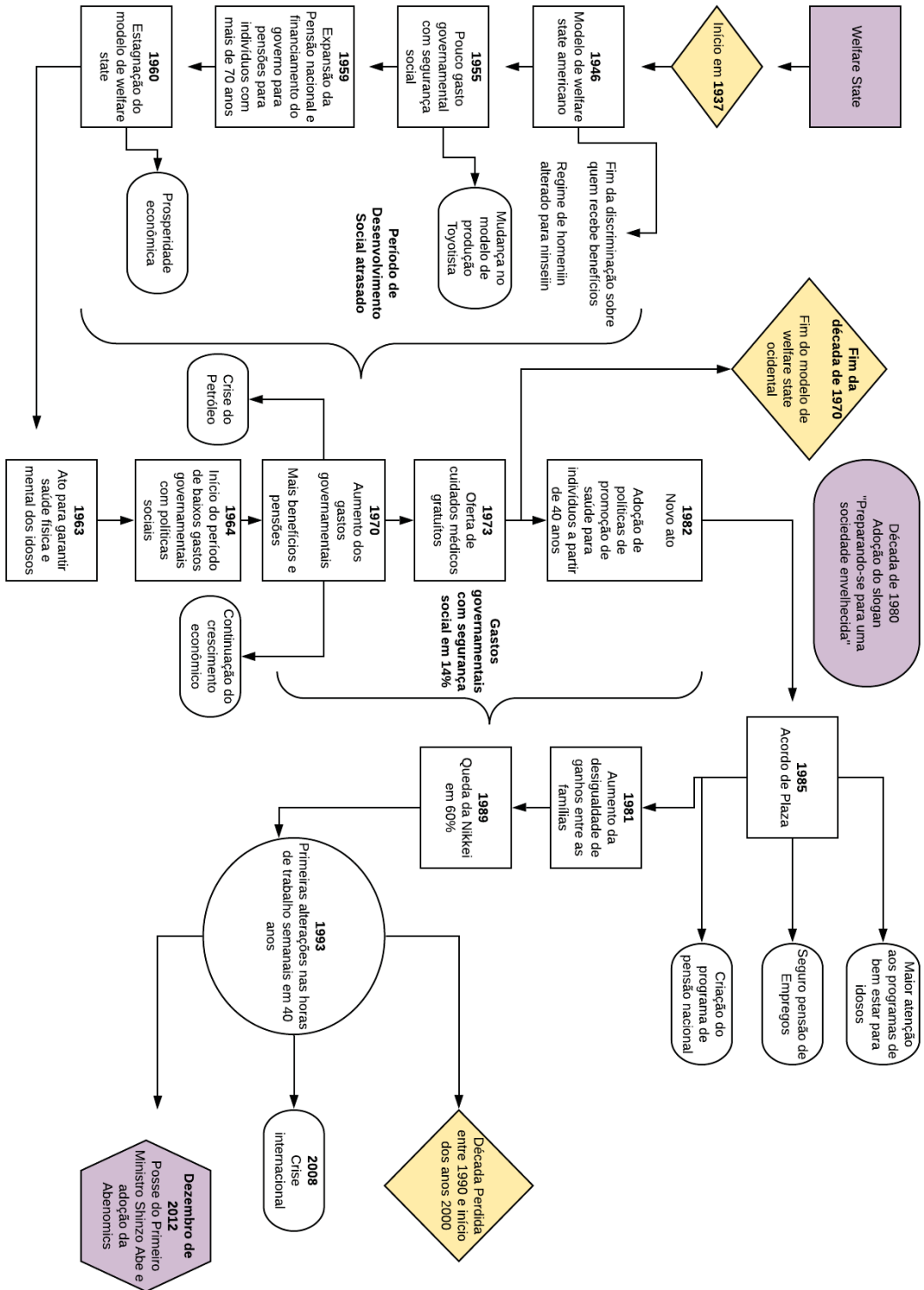
YOSHINO, Naoyuki.; HESARY, Farhad T. Effectiveness of the Easing of Monetary Policy in the Japanese Economy, incorporating Energy Prices. Journal of Comparative Asian Development, ADBI Working Paper Series, No. 503, 2015. Disponível em: <

<https://www.adb.org/publications/effectiveness-easing-monetary-policy-japanese-economy-energy-prices>> Acesso em: 13 de jul. de 2018.

YOSHINO, Naoyuki; TAGHIZADEH-HESARY, Farhad. Japan Lost Decade Lessons for Asian Economie. Springer Singapore, ed 1, 2017.



# APENDICE A – FLUXOGRAMA DO WELFARE STATE E PROCESSO ECONÔMICO DO JAPÃO



**APENDICE B - DESAFIOS E MEDIDAS PARA O ALCANCE DA META DE  
“NINGUÉM OBRIGADO A DEIXAR SEU TRABALHO PARA EXERCER  
CUIDADOS DE ENFERMAGEM”**

<b>Desafios</b>	<b>Direções</b>	<b>Medidas</b>
<p><b>“Quer utilizar serviços de cuidados de enfermagem”</b></p> <p>Fatos: Principais razões pelas quais indivíduos entre 40 e 50 anos deixam seu emprego:</p> <p>a) Aumento de responsabilidade devido a indisponibilidade de centros de cuidados;</p> <p>b) Aumento de responsabilidade devido a indisponibilidade de cuidados de enfermagem em casa.</p>	<p>Suprimento da fundação de cuidados de enfermagem</p> <p>a) Prover cuidados de enfermagem em casa para 3,52 milhões de pessoas;</p> <p>b) Prover cuidados de enfermagem em casas para 0,38 milhões de pessoas;</p> <p>c) Atendimento de 0,95 milhões de pessoas em centros de cuidados de enfermagem.</p>	<p>Criação de serviços de enfermagem que correspondam as necessidades de uso da terceira idade.</p>
	<p>Garantir e desenvolver “mão de obra” capaz de providenciar cuidados de enfermagem</p> <p>a) Alcançar uma taxa de 2,73 em aplicações para o setor de cuidados de enfermagem</p>	<p>Aumento da disponibilidade de “mão de obra” nas áreas de cuidados de enfermagem e aumento de sua produtividade.</p>
<p><b>“Quer prover cuidados médicos sem ansiedade”</b></p>	<p>Melhora no ambiente onde as famílias recebem apoio</p>	<p>Melhora nos sistemas de apoio e funções de</p>

<p>Fatos: O número de pessoas certificadas para oferecer cuidados de enfermagem é o de 6,08 milhões.</p>	<p>Um dos maiores motivos pelos quais pessoas entre 40 e 50 anos abandonam seu trabalho para cuidados de enfermagem</p> <p>a) Piora na sua própria saúde mental e física.</p>	<p>consultoria como forma de atender aos problemas de ansiedade e preocupações das famílias que provém cuidados de enfermagem.</p>
<p><b>“Quer equilibrar as atividades de cuidados de enfermagem com o trabalho”</b></p> <p>Um dos principais motivos pelas quais as pessoas entre 40 e 50 abandonam seu trabalho para cuidados de enfermagem</p> <p>a) Dificuldade em equilibrar seu</p>	<p>Melhora no ambiente onde as famílias recebem apoio</p> <p>Um dos maiores motivos pelos quais pessoas entre 40 e 50 anos abandonam seu trabalho para cuidados de enfermagem</p> <p>a) Piora na sua própria saúde mental e física.</p>	<p>Melhora nos sistemas de apoio e funções de consultoria como forma de atender aos problemas de ansiedade e preocupações das famílias que provém cuidados de enfermagem.</p> <p>Melhora no ambiente de</p>

trabalho com os cuidados de enfermagem.	<p>Melhora na utilização da taxa de licença para cuidados</p> <p>a) A percentagem de 67% em empresas com normas para licenças (de até 93 dias por ano);</p> <p>b) A percentagem de 62% em empresas com normas para licença (de até 5 dias por ano)</p>	trabalho providenciando a oportunidade para que familiares, que precisem, possam retirar licenças para providenciar cuidados de enfermagem.
	<p>Diminuição da prática de estender o período de trabalho. Aumento da prática de outras formas de trabalho mais flexíveis</p> <p>a) O nível salarial de trabalhadores de meio período em relação aos de tempo integral é de 56,6%;</p> <p>b) A taxa de indivíduos trabalhando mais de 49 horas por semana é de 21,3%;</p> <p>c) A taxa de indivíduos trabalhando com mais de 65 anos é de 20,8%</p>	Promoção de reformas no modelo de trabalho

<p><b>“Quer viver confortavelmente mantendo uma boa saúde por um longo tempo”</b></p> <p>Fatos:</p> <p>a) A expectativa média de vida para homens é de 80,21 e para mulheres, de 86,61;</p> <p>b) Expectativa de vida saudável é a de 71,19 para homens e para mulheres, de 74, 21;</p> <p>c) A percentagem da população com mais de 65 anos é de 26,7%;</p> <p>d) A percentagem da população “envelhecida” é de 12,9%</p>	<p>Prevenção da fragilidade dos idosos e contramedidas</p> <p>a) O número de pacientes com síndrome metabólica é de 14 milhões de pessoas;</p> <p>b) A percentagem de pessoas (entre 40 e 74 anos) que realizam checkups é de 66,2%;</p> <p>c) A percentagem de pessoas certificadas como “precisando de cuidados médicos” é de 17,8%</p>	<p>Prolongamento da expectativa de “vida saudável” para que os indivíduos possam viver de forma abundante e saudável</p> <p>Garantia de oportunidades de trabalho para os aposentados</p>
	<p>Melhora no ambiente onde as pessoas com incapacidades físicas e pessoas com doenças possam ser independentes e participar da sociedade</p>	<p>Apoio para atividades de pessoas com incapacidades físicas e pessoas com doenças.</p>
	<p>Aprimoramento de habilidades para resolução de problemas locais e utilização de “mão de obra” em setores médicos e de bem estar.</p>	<p>Realização de sociedades regionais coesas.</p>

Fonte: Tabela elaborada a partir de fluxograma criado por Primer Minister of Japan and His Cabinet, 2016, p. 13.

## APÊNDICE C - PARTICULARIDADES DO VISTO OFERTADO PARA EXPATRIADOS PROFISSIONAIS DE ALTA QUALIFICAÇÃO

Permissão para múltiplas atividades	Permite que o profissional exerça diferentes atividades que requerem diferentes tipos de visto, não sendo necessário, entretanto, os obter. Exemplo: um profissional com visto de trabalho poderá ao mesmo tempo exercer uma atividade de pesquisa em uma universidade sem precisar do visto de estudante.
Garantia de um período de 5 anos de estadia	Os profissionais com alta qualificação tem um visto de longo período com duração até 5 anos, podendo ser estendido por um período maior.
Relaxamento nos requisitos para obter o visto permanente	Permite que expatriados trabalhando no Japão possam adquirir o visto de residência permanente com 3 anos de estadia, ou 1 ano caso o mesmo tenha uma qualificação específica. <sup>80</sup>
Permissão para que o conjugue do profissional altamente qualificado possa trabalhar	O conjugue de um profissional qualificado poderá em áreas de engenharia e até humanidades, entre outros, sem necessariamente obter um certificado para tal. <sup>81</sup>
	Sob duas condições <sup>82</sup> : 1) caso o parente esteja viajando junto para tomar conta de uma criança menor de 7

<sup>80</sup> O tempo necessário para se obter o visto de residência permanente para aqueles que não fazem parte do grupo de profissionais altamente qualificados é o de 10 anos.

<sup>81</sup> Em casos habituais (não fazem parte do grupo de profissionais altamente qualificados), o conjugue deve apresentar certificado acadêmico assim como comprovar experiência profissional na área em que deseja atuar.

<sup>82</sup> Em casos habituais o familiar do profissional não tem entrada no Japão permitida.

<p>Permissão para que os familiares acompanhem os profissionais altamente qualificados</p>	<p>anos;</p> <p>2) caso o parente esteja viajando junto para tomar conta de um profissional ou esposa de profissional grávida.</p> <p>O parente também deve viver na mesma residência que o profissional e estar relacionado<sup>83</sup> com o profissional ou seu conjugue.</p> <p>Tais condições são aplicáveis somente para profissionais com salário anual de 8 milhões de ienes ou mais<sup>84</sup>.</p>
<p>Permissão para que o trabalhador doméstico acompanhe o profissional</p>	<p>Sob as condições:</p> <p>1) Quando o profissional altamente qualificado emprega continuamente o mesmo trabalhador doméstico que já havia sido empregado por ele em um país estrangeiro.</p> <p>a) o profissional qualificado deve ter salário anual de no mínimo 10 milhões de ienes</p> <p>b) o profissional qualificado tem o direito de levar consigo somente um trabalhador doméstico</p> <p>c) o profissional qualificado deve planejar pagar no mínimo 200 mil ienes por mês ao trabalhador doméstico</p> <p>d) em casos em que ambos adentram juntos o país, o trabalhador doméstico deve estar trabalhando para o o profissional qualificado por pelo menos</p>

<sup>83</sup> Biologicamente ou não.

<sup>84</sup> Esse valor pode ser uma somatória entre o profissional e seu conjugue.



<p>altamente qualificado</p>	<p>um ano a partir do momento em que o o profissional qualificado adentrou ao Japão</p> <p>e) em casos em que o o profissional qualificado entra o país primeiro, o trabalhador doméstico deve estar trabalhando para o mesmo por pelo menos um ano antes do mesmo adentrar ao Japão</p> <p>f) o trabalhador doméstico deve deixar o Japão junto do o profissional qualificado</p> <p>2) quando o o profissional qualificado emprega um empregado doméstico que não se encaixa no quesito 1</p> <p>a) o salário do o profissional qualificado deve ser de no mínimo 10 milhões de ienes</p> <p>b) o o profissional qualificado deve trazer consigo somente um trabalhador doméstico</p> <p>c) o profissional qualificado deve planejar pagar no mínimo 200 mil ienes para o trabalhador doméstico</p> <p>d) o o profissional qualificado tem particularidades familiares ex: filho com menos de 13 anos ou conjugue incapaz de fazer tarefas domésticas devido a doença ou outros motivos</p>
<p>Processo preferencial para entrada e residência</p>	<p>A solicitação de visto para profissionais altamente qualificados é processado de forma mais rápida.</p> <p>Em 15 dias o profissional poderá ter em mãos o certificado de elegibilidade e status de residente.</p>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações obtidas no Immigration Bureau of Japan, 2018.